



Hinc patriam sustinet

**Instituto Superior de Agronomia**  
**Universidade Técnica de Lisboa**

# **ENTRE O DECLÍNIO E A ATRACTIVIDADE: A UTILIZAÇÃO DE RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS NO RURAL DE BAIXA DENSIDADE**

**Tiago Gillot Faria**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Engenharia Agronómica**

Orientadora: Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas

Co-orientadora: Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais

## **Júri:**

Presidente: Doutor Fernando Silva Oliveira Baptista, Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais: - Doutor José Manuel Osório de Barros de Lima e Santos, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

- Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Lisboa, 2010



## AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de agradecimento são para a Professora Maria João Canadas, que pacientemente orientou este trabalho. Em particular, fico a dever-lhe, mais uma vez, a sua disponibilidade e dedicação, mas também a capacidade, clareza e confiança, mesmo nos momentos mais difíceis.

O meu reconhecimento também para a Professora Ana Novais, que aceitou co-orientar os trabalhos desta Dissertação. Sublinho, agradecendo, o seu interesse e a forma dedicada como contribuiu para a procura de soluções para o tratamento da informação e os conselhos relevantes em todas as matérias.

Agradeço ainda a Miguel Martins Gonçalves Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim no momento da recolha da informação fundamental para o desenvolvimento deste estudo, pela sua disponibilidade que muito ajudou na concretização do trabalho de campo realizado.

Por fim, agradeço a Albano Manuel Reynolds Pires Marques, actual Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, pela partilha de informação que permitiu actualizar o retrato da realidade da aldeia.



## RESUMO:

Perante a rápida modernização da agricultura, os espaços rurais nos países desenvolvidos foram palco de mudanças significativas nas últimas décadas. Em Portugal, como em outros países da Europa do Sul, estas transformações ocorreram de forma mais tardia e menos profunda. Em todo o caso, meio século passado, a agricultura deixou de constituir a grelha de análise fundamental para ler o rural. Outras actividades substituem esse anterior domínio, algumas das quais associadas a novas procuras de origem urbana, que crescentemente interpretam estes territórios como espaços de consumo.

Neste trabalho abordam-se as novas dinâmicas económicas e sociais no contexto do rural de baixa densidade. Trata-se de um estudo de caso, numa aldeia do distrito de Castelo Branco, onde, através de um inquérito por questionário a utilizadores de residências secundárias, se avalia a sua contribuição para estas dinâmicas. Os resultados demonstram que, durante as suas estadias, estes visitantes sazonais, marcados por uma relação anterior com o local, constituem um importante fluxo populacional, desenvolvem actividades associativas e práticas de consumo localmente relevantes. No entanto, identificam-se relações entre os padrões de utilização das casas e as diversas gerações de utilizadores, que deixam em aberto o futuro deste movimento.

## PALAVRAS CHAVE:

Rural, Residências secundárias, Dinâmicas económicas e sociais, Transição rural, Baixa densidade, Turismo em espaços rurais.



## ABSTRACT:

As modern productivist agriculture prevailed, rural areas in developed countries have witnessed significant changes in the last decades. In Portugal, likewise other southern European countries, these changes are more recent and subtle. Although, agriculture is no longer, as a half a century ago, the main activity in Portuguese countryside, nor on economic terms or employment rates. Economic diversification takes place, in part related to the fact that urban tourists increasingly seek rural idyll and leisure activities.

The aim of this work is to analyse new social and economical dynamics arising in peripheral and depopulated rural zones. Second homes are part of these new dynamics, as presented in this case study of a small village in Castelo Branco district, where second homers' pattern of visits to the village and their social and economical activities are evaluated. Survey results show that these temporary visitors, with previous relationship with the study area, are numerous, participate in local activities and develop consumption activities, which are locally relevant. However, identified links between pattern of visits and generation cohorts challenges further investigation.

## KEY WORDS:

Rural, Second Homes, Economical and social dynamics, Rural transition, Low Demographic Density, Rural Tourism.





## EXTENDED ABSTRACT:

As modern productivist agriculture prevailed, rural areas in developed countries have witnessed significant changes in the last decades. Some argue we are now living a post-productivist era, as countryside faces economic diversification and social recomposition.

In Portugal, likewise other southern European countries, these changes are more recent and subtle. Although, agriculture is no longer, as a half a century ago, the main activity in Portuguese countryside, nor on economic terms or employment rates.

Massive out-migration pattern to metropolitan areas and foreign countries is now slowing. Urban lifestyle became dominant within rural dwellers and better life conditions and facilities are now present. In some areas, in-migration brought demographic revitalization, while newcomers are often responsible for new business creation. Economic diversification takes place, in part related to the fact that urban tourists increasingly seek rural idyll and leisure activities. Consumption countryside emerges as food production decreases.

The aim of this work is to analyse new social and economical dynamics arising in peripheral and depopulated rural zones. Second homes are part of these new dynamics, as presented in this case study of a small village in Castelo Branco district, where second homers' pattern of visits to the village and their social and economical activities are evaluated.

Survey results show that these temporary visitors, with previous relationship with the study area, are numerous, participate in local activities and develop consumption activities, which are locally relevant in economical (revenue) and social (demographic impacts and local activities improvement) terms. However, identified links between pattern of visits and generation cohorts challenges further investigation, as it seems that younger visitors are lowering their travel frequency to the village.



# ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. UM RURAL EM MUDANÇA.....	4
<i>A emergência do mundo e da sociedade rurais.....</i>	4
<i>Um novo rural.....</i>	6
2.1. Reestruturação após o domínio produtivista?.....	8
<i>O outro lado do produtivismo.....</i>	9
<i>Uma nova proposta para ler um contexto de transformação.....</i>	9
<i>Sinais inequívocos de mudança na economia.....</i>	10
<i>... e nas populações rurais.....</i>	12
<i>Mudança de paradigma ou apenas mudança?.....</i>	14
2.2. Que transição nos rurais em Portugal e na Europa do Sul?.....	15
<i>A Sul, outra realidade e outro padrão de mudanças.....</i>	16
<i>Transição rural.....</i>	17
<i>Os rurais em Portugal.....</i>	19
<i>Novas dinâmicas.....</i>	21
3. O TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS E A UTILIZAÇÃO DE RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS.....	23
3.1. O turismo em espaços rurais: procura e mercado.....	25
<i>Os espaços rurais como espaços de turismo.....</i>	26
<i>Turistas e oferta turística.....</i>	27
<i>Uma via de desenvolvimento para as zonas rurais?.....</i>	29
3.2. A utilização de residências secundárias e as dinâmicas locais no rural português.....	32
<i>Um fenómeno em crescimento.....</i>	32
<i>Os utilizadores e as dinâmicas locais.....</i>	33
<i>O que são residências secundárias?.....</i>	34
<i>O critério da proximidade.....</i>	35
<i>A procura de valências específicas.....</i>	36
<i>As raízes provincianas e a relação com o local.....</i>	37

4. OBJECTO E METODOLOGIA.....	40
4.1. Objecto de estudo e modelo de análise.....	40
4.2. Metodologia.....	42
<i>A estrutura do questionário.....</i>	<i>42</i>
<i>Dados elementares sobre a aplicação do questionário.....</i>	<i>43</i>
<i>A “escolha” dos inquiridos e a aplicação do questionário.....</i>	<i>43</i>
<i>Outras fontes de informação locais.....</i>	<i>44</i>
<i>A escolha de Medelim.....</i>	<i>44</i>
5. MEDELIM: CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO.....	46
5.1. Introdução.....	46
<i>Medelim: a “aldeia dos balcões”, num concelho conhecido pelo património....</i>	<i>46</i>
5.2. A população.....	46
<i>Uma região envelhecida e em acentuado declínio demográfico.....</i>	<i>46</i>
<i>A aldeia no contexto do concelho.....</i>	<i>48</i>
5.3. A aldeia: actividades e estruturas.....	49
<i>Os equipamentos e os serviços públicos.....</i>	<i>49</i>
<i>O comércio.....</i>	<i>51</i>
<i>O associativismo.....</i>	<i>52</i>
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	53
6.1. Os utilizadores principais.....	53
<i>As origens dos inquiridos: “filhos da terra”, por nascimento ou “afinidade”.....</i>	<i>53</i>
<i>A residência principal.....</i>	<i>54</i>
<i>Dados pessoais elementares: a idade e o sexo dos inquiridos.....</i>	<i>55</i>
<i>O nível de instrução e as qualificações.....</i>	<i>55</i>
6.2. Os outros utilizadores.....	57
<i>As gerações que utilizam as casas.....</i>	<i>57</i>
<i>As qualificações.....</i>	<i>58</i>
6.3. Alguns dados relativos à totalidade dos utilizadores.....	59
6.4. A casa.....	60
<i>Propriedade.....</i>	<i>60</i>
<i>Intervenções.....</i>	<i>61</i>
6.5. Dados gerais sobre a utilização da casa.....	62

<i>A utilização no presente</i> .....	62
<i>A utilização no passado</i> .....	63
<i>As alterações na utilização (dos utilizadores principais)</i> .....	65
<i>As razões para a utilização</i> .....	65
6.6. Padrões de utilização.....	66
6.7. Os padrões de utilização e as gerações.....	69
6.8. As actividades desenvolvidas pelos inquiridos.....	72
<i>Associativismo</i> .....	72
<i>Património fundiário e actividades produtivas</i> .....	73
<i>Consumo</i> .....	75
7. CONCLUSÕES.....	77
<i>Um fenómeno em crescimento, um fluxo de pessoas localmente significativo</i> .....	77
<i>Maior diferenciação nas utilizações, novas mobilidades</i> .....	77
<i>“Raízes”, um factor determinante</i> .....	78
<i>As várias gerações de utilizadores</i> .....	79
<i>Notas finais</i> .....	79
8. BIBLIOGRAFIA.....	81



# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da constatação e apreciação das mudanças que, nas últimas décadas, vêm percorrendo os territórios rurais no contexto europeu, com um olhar particular sobre o caso português. Nestas mudanças descobrem-se novas dinâmicas sociais e económicas, que, com maior ou menor profundidade, conforme os países, as regiões e até os locais, se vão afirmando e tomando o lugar que agora já não pertence apenas – cada vez menos – à agricultura.

O espaço, a economia e as populações rurais, antes estruturadas pelo domínio da produção agrícola e florestal, conhecem agora outras actividades. Unidades industriais, mas também múltiplas iniciativas no sector terciário, fazem já também parte deste rural em mudança. Aqui abordam-se sobretudo os fenómenos relacionados com a consolidação das procuras, de origem urbana, fundadas na percepção do rural como um espaço de consumo e que, na complexa interligação entre os factores em presença, podem constituir uma dimensão decisiva para o desenvolvimento destes territórios: o turismo em espaços rurais, embora representando uma fracção muito minoritária do fenómeno global do turismo, proporciona frequentemente impactes ao nível local com significado, do ponto de vista social e económico.

Em particular, neste trabalho procura-se avaliar a contribuição da utilização de residências secundárias em meio rural para a afirmação destas novas dinâmicas, focando este olhar nos territórios em que ao declínio da agricultura se seguiu uma pronunciada erosão demográfica, que hoje persiste e é acompanhada pelo envelhecimento da população, a par de uma significativa debilidade das economias locais – no contexto do Continente português, esta é a realidade dominante nas regiões do interior, onde nas últimas décadas as estatísticas e os discursos públicos sublinham sintomas de desertificação.

O ponto de partida é um trabalho anterior (Faria, 2006): um estudo de caso em que foram inquiridos utilizadores de residências secundárias numa aldeia beirã, onde o fenómeno é relevante e são as ligações anteriores ao local que constituem o critério determinante para as visitas sazonais. Os resultados revelam um significativo fluxo populacional associado à utilização das casas de família, trazendo ao local, em diferentes épocas do ano, contingentes de pessoas que influenciam a economia e a vida locais: com formação e, sobretudo, um poder de compra acima da média dos habitantes autóctones, a presença

destes utilizadores de residências secundárias é importante para a viabilidade das iniciativas locais, não só na dinamização da economia (porque representam uma procura com efeitos, nomeadamente, no comércio e no sector da construção civil), mas também engrossando o associativismo local e participando de forma decisiva nos eventos mais relevantes da aldeia.

No estudo que aqui se introduz apresenta-se um enquadramento teórico mais amplo e actualizado, procurando alargar as referências e reflexões que dão corpo ao modelo de análise seguido. Recorreu-se, desta forma, a uma revisão bibliográfica mais extensa e sobretudo de âmbito mais alargado, seguindo novas pistas que incluem os debates que animam a avaliação das mudanças noutros *rurais* dos territórios europeus, que assim podem ser melhor confrontados com a situação portuguesa e o seu contexto particular.

Foi também promovida uma nova profundidade no tratamento estatístico do material empírico então recolhido. Nomeadamente, foram identificados padrões de utilização para o conjunto dos indivíduos representados na amostra, bem como a sua relação com a geração a que pertencem, permitindo ampliar o conjunto dos resultados analisados e tecer novas linhas de conclusões.

Este estudo de caso revela alguns aspectos distintivos da utilização de residências secundárias com base na relação anterior com o local, sublinhado pelo carácter misto das motivações e das práticas dos seus utilizadores: as dimensões turísticas são decisivas e enquadráveis nas tendências mais amplas que justificam as crescentes procuras pelos espaços rurais no plano consumista, mas coexistem com compromissos e referências presentes no território; as estadias são interpretadas como momentos de lazer, mas também de contacto com raízes, patrimónios e pessoas que se cruzam naquele local. Por outro lado, a existência de múltiplos padrões de utilização das casas reflectem a evolução no sentido do crescimento e diversidade nas utilizações, onde se podem identificar ainda novas formas de mobilidade; em particular, a diferenciação das utilizações segundo as gerações dos indivíduos abre a questão sobre as formas como se pode desenrolar a continuidade deste movimento.

O corpo do trabalho está dividido em 6 capítulos distintos. Nos dois primeiros, desenvolve-se o debate que alimenta pontos de partida para o estudo que constitui o objectivo central no trabalho, reunindo referências em torno das mudanças – e os seus diferentes contornos no contexto europeu, com destaque para a situação portuguesa – nos territórios rurais (capítulo 2.) e discutindo a evolução do movimento e das práticas turísticas, em particular nos espaços rurais (capítulo 3.), tendo em vista o enquadramento do fenómeno da utilização das



residências secundárias em meio rural, os seus pontos de contacto e distinção relativamente ao movimento crescente do turismo em espaços rurais, bem como as diferentes situações a que corresponde. No capítulo 4., clarifica-se o objecto de estudo e o modelo de análise seguido, bem como a metodologia desenvolvida para o efeito. Depois, no capítulo 5., é caracterizada a área onde se desenvolve o estudo, com dados sobre o concelho e, mais particularmente, sobre a aldeia, a sua população, actividades e infraestruturas, onde se inclui uma actualização face às mudanças ocorridas desde o momento da primeira recolha de informação. O capítulo 6. agrega os resultados do inquérito e o tratamento da informação. Finalmente, no capítulo 7., avançam-se algumas conclusões, tendo em conta os resultados obtidos e a sua confrontação com as hipóteses de trabalho.

## 2. UM RURAL EM MUDANÇA

Os territórios rurais dos chamados países desenvolvidos vêm sendo palco de significativas transformações. Depois da sua consagração enquanto áreas de produção, a história não acabou. A existência de novas actividades e dos novos actores que as protagonizam, bem como a articulação, mais ou menos profunda, com os sistemas urbanos são hoje factores cada vez mais determinantes para compreender as dinâmicas económicas e sociais em presença e cuja avaliação é relevante para observar as vias de desenvolvimento que vão sendo seguidas ou são simplesmente projectadas.

Nestas mudanças, para lá de se reconhecerem os traços comuns dos sistemas económicos que, no contexto europeu, determinaram e continuam a imprimir novas realidades para os territórios e populações rurais, registam-se também significativas diferenças. As tendências gerais não eliminam especificidades e até alguns contrastes – coexistem, portanto, diferentes realidades nos espaços rurais da Europa, qualquer que seja a escala de análise escolhida.

Neste capítulo, pretende-se dar conta deste percurso de transformações, registando os seus diferentes ritmos e intensidades, procurando ainda avaliar as situações e dinâmicas presentes. Pela sua importância, não se ignoram os debates que, embora centrados nas realidades do Norte da Europa, animam as investigações sobre um eventual “rural pós-productivista”. Destaca-se depois o caso português, inseparável do contexto observável na Europa do Sul, acompanhando-se as referências que delimitam vários *rurais* presentes e encaminhando reflexões já mais focadas no objectivo deste trabalho. Mas, antes de mais, deixam-se breves notas sobre o contexto em que passa a ser possível falar na existência do rural.

### ***A emergência do mundo e da sociedade rurais***

O século XIX assistiu, na Europa, à afirmação da indústria. Manufacturas e fábricas, concentradas nas grandes cidades em expansão, desenhavam uma poderosa transformação na organização do trabalho e da produção. A industrialização revolucionou a economia e os modos de vida: era a expressão de um novo mundo, de novos produtos e de novas ideias.

Registavam-se, nesta altura, acentuados crescimentos demográficos no contexto europeu,

possibilitados pelo aumento da produtividade agrícola e pela menor incerteza nas colheitas, resultantes de significativas alterações nas práticas agronómicas (Mazoyer e Roudart, 2001). Conquistado um inédito excedente agrícola, foi possível manter uma grande parte da população dedicada a actividades não agrícolas, abrindo, desta forma, as portas para o desenvolvimento industrial.

Este crescimento demográfico fez-se acompanhar de uma forte concentração da população nestas novas cidades industriais, que agora acolhiam uma renovada capacidade de mão-de-obra – em grande medida, produzida nos campos. Traçava-se, assim, um novo contraste no território, que opunha estas urbes em transfiguração aos restantes aglomerados, resultado de diferenças sensíveis na organização social, mas também dos diferentes “lugares” ocupavam na economia: era agora possível falar-se do rural, por oposição ao urbano, numa diferenciação que resulta duma polarização sem precedentes entre o campo e a cidade.

No mundo rural prevalecia o domínio da agricultura, que se estendeu progressivamente no território, respondendo ao aumento da população e à crescente procura de alimentos. Mas, para lá do cumprimento, no rural, desta função essencial para garantir a expansão económica em curso, não era apenas uma diferenciação espacial da produção que separava estes dois mundos. À efervescência da modernidade que exprimia um novo dinamismo nas cidades, opunha-se a continuidade de “um tempo longo” nos campos, como resume Baptista (2001: 54): as grandes urbes, “em continuada expansão, contrastavam com a população rural disseminada pelo espaço em pequenos aglomerados, onde se viviam sociabilidades e culturas marcadas pelas actividades agrárias, pelo peso político e social da propriedade fundiária e pelos saberes e tradições herdados do passado”.

Assim, enquanto na esfera urbana prevaleciam as relações distantes e formais, se intrometiam os conhecimentos técnicos e “renovavam-se hábitos, costumes e comportamentos”, nas aldeias as sociabilidades eram fortemente marcadas pela informalidade e pelo interconhecimento. A sociedade rural afigurava-se, portanto, num contexto de comunidade, em que era ténue a fronteira entre a vida pública e a vida privada, persistindo também, quase sempre, uma incontornável influência da religião e os valores conservadores.

Impunham-se as contingências que resultam da dimensão dos aglomerados, às quais se somava o domínio da actividade agrícola, enquadrando valores e modos de vida que confirmavam uma forte interdependência entre os indivíduos. Enquanto os ritmos e a exigência desse confronto permanente com a natureza reclamavam a entreatajuda e a

importância das redes familiares, também a propriedade garantia um estatuto decisivo na organização social – prevaleciam as relações de proximidade, ditadas pelo carácter endógeno da vida nas aldeias e pela centralidade da produção agrícola, mas não estavam, longe disso, afastadas as formas de dominação e estratificação social.

Este quadro em que se afirmou o rural não permaneceu, contudo, estático. O dinamismo económico e social, mais vincado nas sociedades modernas pontuadas pelo capitalismo industrial, impunha transformações permanentes às quais o mundo rural, que já as ia adivinhando e sentindo, não escapou.

### ***Um novo rural***

Na primeira metade do século XX, as inovações tecnológicas foram uma realidade determinante para a agricultura no contexto europeu. A cidade – através da produção industrial e do conhecimento científico – compensava, desta forma, os alimentos baratos, a abundante mão-de-obra e uma variedade de matérias-primas que, vindos do campo, permitiram o seu desenvolvimento, num movimento que representava ainda uma fonte importante de escoamento para os produtos industriais. Assim, o incremento e as melhorias na mecanização, o advento da motorização, o melhoramento de plantas e animais, bem como a difusão de adubos e fitofármacos vieram permitir um grande aumento da produtividade do trabalho e das quantidades produzidas por unidade de área.

As consequências configuraram alterações significativas. O cultivo, que hegemonizava o território, foi progressivamente abandonado nas terras menos produtivas e a prática agrícola concentrou-se em sistemas de produção especializados. A uma nova eficiência proveniente das técnicas e das tecnologias, correspondeu também um decréscimo do número de braços necessários para garantir a produção de alimentos, o que implicou uma redução considerável do número de pessoas envolvidas na actividade agrícola, ao ritmo do êxodo para as cidades, onde havia trabalho e a promessa de uma vida menos penosa que a dos campos. A estas linhas gerais, junta-se ainda um esbatimento das diferenças nas sociabilidades que antes separavam claramente os mundos rural e urbano (Baptista, 2001).

Inicia-se, assim, a desagregação do anterior domínio da agricultura nas economias e sociedades rurais da Europa. Progressivamente, surgem novas actividades e novos actores nestes territórios, numa crescente articulação com as zonas urbanas, que deixou de se circunscrever às trocas de alimentos e tecnologias. Diversificam-se as actividades produtivas e, neste percurso de várias décadas de mudanças, o rural é crescentemente

interpretado e vivido também como um espaço de consumo.

Neste “novo” rural, em que o modo de vida tradicional passa a ser desafiado por novas dinâmicas, onde uma aparente continuidade de séculos é decisivamente perturbada por factores inéditos, a questão da sua delimitação tem que ser recolocada. Perdidas, em grande medida, as especificidades que o mundo rural conservava relativamente ao urbano, consolidados padrões de comportamentos, hábitos e qualidade de vida cada vez menos distinguíveis dos que se vivem nas cidades, existe hoje um consenso que traça a fronteira do rural sobretudo a partir da forma como a população se distribui pelo espaço, nomeadamente tendo em conta a dimensão dos aglomerados populacionais (Baptista, 2001 e 2003).

O mundo rural é hoje, então, o das pequenas localidades, mas onde a dimensão dos aglomerados já não significa uma especificidade das relações sociais, dos valores culturais dominantes ou mesmo da vida económica. Sublinha-se, no entanto, que este processo conheceu diferentes ritmos e características, que distinguem, desde logo, países e regiões. A diferenciação entre territórios rurais, antes sobretudo atribuível à diversidade dos sistemas agrários presentes em cada região, é agora ditada por uma relação complexa entre um alargado conjunto de factores (Baptista, 2003). Rodrigues (2003: 1), aclarando sobre o contexto em que ocorre esse “desigual desenvolvimento de territórios rurais”, num contributo que segue um quadro analítico centrado na avaliação da realidade portuguesa e que concede à produção agrícola e à propriedade um lugar central para a leitura do espaço, aponta reflexões sobre “a importância relativa dos processos sócio-económicos globais, das políticas e das condições naturais”.

Cruzam-se, portanto, várias influências que desenham diferenças entre territórios, de qualquer modo em mudança – apesar das diferentes amplitudes e sustentabilidades. Desde logo, conta a profundidade da já mencionada articulação com fluxos económicos de âmbito mais amplo que o local, bem como a presença, a importância e o sentido da diversificação de actividades. Relevante é também a eventual persistência da agricultura – na produção e na afirmação dos interesses que dela se reivindicam ou ainda nas culturas e identidades –, mas também as escolhas e o efeito redistributivo das políticas agrícolas. Marcante ainda é a dimensão do referido êxodo e o grau de resistência à erosão demográfica (ou, em alguns casos, os sinais de revitalização), bem como a presença de equipamentos sociais e infraestruturas que contribuam para a qualidade de vida e para a mobilidade das populações.

Identifica-se, para concluir, a existência de um movimento geral de mudanças que vem percorrendo os territórios rurais no contexto europeu, não deixando de se reconhecer a especificidade com que ocorreu em cada território. Esta constatação não impede de assinalar tendências dominantes, nas quais se distinguem grandes áreas geográficas, correspondentes a conjuntos de países que, também eles, experimentaram diferentes ritmos no seu desenvolvimento económico e social. Aqui vão distinguir-se as situações identificadas com a Europa do Norte e a Europa do Sul, que moldaram diferentes ocorrências e ritmos de transformação e, conseqüentemente, resultam, ainda hoje, em debates e preocupações não totalmente coincidentes quando se olha para o rural e as questões relacionadas com o desenvolvimento do território.

## 2.1. Reestruturação após o domínio produtivista?

Na Europa do Norte, foram mais precoces os primeiros sintomas de erosão do antigo rural e da especificidade das sociedades que o ocupavam. Aqui tomaram dianteira as transformações no quadro complexo de desenvolvimento da ordem capitalista, com efeitos económicos, sociais e políticos, também nos territórios rurais.

De facto, nestes países, comparando com outras zonas da Europa, a motomecanização e os restantes avanços tecnológicos – continuamente disponibilizados ao ritmo do desenvolvimento da indústria, dos transportes e do conhecimento científico –, chegaram primeiro e encontraram condições para a sua integração no processo produtivo. Perante os brutais ganhos de produtividade na agricultura, o número de explorações decresceu muito significativamente e a população activa agrícola baixou para valores de apenas um dígito, em percentagem, em relação à população activa total. O triunfo da exploração familiar, com uma média dimensão conquistada na selecção de quem não resistiu às exigências da modernização, altamente especializada e capitalizada, favorecida pelo sentido e força das políticas, consolidou-se, assim, sob a afirmação de uma filosofia e prática produtivistas (Mazoyer e Roudart, 2001).

Em particular, com o fim da Segunda Guerra Mundial, respondendo ao contexto da reconstrução e da recuperação económica, a intervenção pública destes Estados visou o fornecimento de mais alimentos com recurso a uma menor fatia da população activa – ou seja, garantir a segurança alimentar e libertar mão-de-obra para os sectores emergentes, conforme seria consagrado na filosofia da Política Agrícola Comum (PAC), que, em 1957, foi

uma das bases da fundação da então Comunidade Económica Europeia (CEE). Era, desta forma, acelerado e consolidado o processo, já em curso, de incorporação de tecnologia e modernização da agricultura.

### ***O outro lado do produtivismo***

Estas notáveis aquisições da “segunda revolução agrícola dos tempos modernos” tiveram, contudo, efeitos que ultrapassam a simples euforia de uma inédita capacidade e eficiência na exigente tarefa de produzir alimentos. O sucesso da agricultura familiar moderna, desempenhada muitas vezes por um único elemento do agregado, que dispensa outra mão-de-obra e consegue aceder a factores de produção que lhe permitem multiplicar por várias dezenas a produtividade de apenas algumas décadas antes, teve também consequências menos entusiasmantes. Assim, passados apenas alguns anos, sentiam-se os efeitos negativos duma agricultura que abraçou este modelo fortemente produtivista.

Desde logo, ganham visibilidade os problemas ambientais, resultantes da actividade agrícola, em grande parte devido aos enormes incrementos nos consumos intermédios, muitos deles correspondentes à utilização de combustíveis fósseis ou ao recurso intensivo a produtos de síntese aplicados apenas com critérios económicos. Surgem também excedentes na produção, fruto da acção combinada das produtividades crescentes e das extensas garantias consagradas na PAC, que avolumam a evidência dum contraditório sucesso dos seus objectivos iniciais; bem como fortes desigualdades entre territórios, pela impossibilidade de implementar o modelo de intensificação em vastas regiões, gerando desemprego, agravando as dimensões do êxodo rural e desafiando limiares de sustentabilidade (Calvário, 2010).

Importa ressaltar que, neste espaço geográfico, persistiram ainda políticas de âmbito estritamente nacional – países como o Reino Unido, a Irlanda ou a Dinamarca, apenas aderiram à CEE na década de 70; Finlândia e Suécia (em conjunto com a Áustria), integraram a União Europeia somente na década de 90. No entanto, mesmo não ignorando as diferenças e especificidades, as consequências negativas atrás descritas foram uma realidade em todos os países onde se afirmou a modernização da agricultura – e confrontavam-se com sociedades mais informadas, mais exigentes e mais urbanas.

### ***Uma nova proposta para ler um contexto de transformação***

Quando, na década de 70 do século passado, se retraem as economias dos países

desenvolvidos e se afiguram alterações de carácter global, a realidade nestes territórios rurais tinha também mudado consideravelmente. As novas configurações da actividade agrícola, mais concentrada no espaço e menos relevante na economia, coexistiam já com dinâmicas de origens diversas. Da mesma forma, algumas décadas passadas, as sociedades rurais já não eram as mesmas que antes se pautavam pelo contexto quase exclusivo da agricultura.

O cenário tornou-se bastante mais complexo e as mudanças tiveram consequências que não foram homogêneas ao longo dos territórios rurais. A actividade económica diversificou-se, a mobilidade destas populações aumentou e chegaram novos residentes atraídos por atributos que não encontravam nas cidades. Do mundo urbano passaram a chegar também novas expectativas e exigências.

Perante a necessidade de um novo quadro analítico, nas últimas décadas os estudos têm discutido a existência de uma “reestruturação rural”, nomeadamente a partir da publicação de um trabalho de Marsden *et al.* (1993) que, apesar de focado na realidade britânica, iniciou um debate que teve ecos nos países desenvolvidos e concretamente no contexto do Norte da Europa. Esta abordagem reclama a importância das mutações nos territórios rurais e a sua centralidade num novo enquadramento económico e social global, defendendo uma visão holística e integradora dos múltiplos elementos que se cruzam e conformam um quadro de mudança.

Assim, é defendido que, após o crescimento do período pós-Guerra, se seguiu uma crise de acumulação própria das sociedades capitalistas e a consequente reestruturação do processo produtivo, agora marcado por métodos mais flexíveis, menor regulação e uma nova dispersão espacial dos investimentos. Não deixando de conceder a cada local um papel concreto e determinante, as mudanças nos territórios rurais inseridos nas economias mais avançadas estariam, nesta perspectiva, abraçadas por este contexto. Desta forma, seguindo a pista da evolução dos direitos de propriedade, consideram-se os interesses que os disputam e as respectivas formas de regulação, na presença de novas actividades e alterações na composição social dos aglomerados rurais.

### ***Sinais inequívocos de mudança na economia...***

Como já se disse, o processo de modernização aumentou largamente a produção e a produtividade agrícola, que assim passou a ocupar menos área e pessoas, marcando tempos de novas realidades e desafios. As mudanças que se seguiram justificam que



grande parte dos estudos nos países da Europa do Norte passem a falar num “rural pós-produtivista”, onde se afirmam preocupações ambientais e de conservação da natureza e se instalam actividades dos outros sectores da economia, ao mesmo tempo que crescem as procuras de origem urbana e perspectiva consumista. As linhas que se seguem procuram resumir este contexto.

Estes territórios rurais encontram-se agora na presença de um renovado conjunto de interesses e expectativas, estabelecendo-se novos equilíbrios entre produção e consumo. Marsden *et al.* (1993) apontam que, em busca da “especialização flexível”, unidades industriais, mas sobretudo variados serviços, foram atraídos para os territórios rurais, onde os avanços nas redes de comunicação e nas tecnologias de informação tornaram possível a instalação de novos investimentos, que encontram condições para responder às novas exigências: são locais menos marcados pelo anterior paradigma Fordista, com disponibilidade em mão-de-obra barata e adaptável, num ambiente habituado à versatilidade dos pequenos negócios e valorizado pelos atributos que os distinguem da urbanização e suburbanização das cidades. Assim, apesar desta reconfiguração, admite-se que ainda é o legado de um domínio longo da agricultura sobre as relações económicas e sociais que constitui “a base de distinção dos seus mercados de trabalho” – quase sempre poupados, por exemplo, às experiências sindicais que se desenvolveram nos pólos industriais e se generalizaram no mundo urbano.

Estes sinais de diversificação económica, apesar de consistentes, devem ser olhados com prudência, desde logo devido à crescente vulnerabilidade das zonas rurais dos países desenvolvidos à competição internacional e à ameaça constante de deslocalização da actividade económica para locais onde os custos com a mão-de-obra são mais reduzidos. Por outro lado, mantém-se, em muitas regiões, a influência dos interesses ligados à agricultura, não só por conservarem uma posição importante quanto à propriedade do solo (e, portanto, condicionarem a sua evolução), mas também porque décadas de favorecimento das políticas públicas, além de constituírem uma base privilegiada para investimentos futuros, prestam-se a reivindicações sobre a sua continuidade, mesmo que crescentemente adaptada a novos pressupostos.

Às explorações agrícolas, neste contexto definitivamente marcado pela visibilidade dos efeitos do modelo produtivista, passariam a competir novas funções, respondendo às preocupações de uma sociedade civil mais informada e exigente, mas também às novas procuras de origem urbana. Assim, seguindo o denominado “paradigma da multifuncionalidade”, além da função produtiva (garantida sob padrões mais rigorosos de

respeito pelo ambiente e qualidade alimentar), à agricultura caberia o cumprimento de funções ambientais (como a protecção da natureza ou a gestão da paisagem) e sociais (contribuindo para a diversificação da economia rural e gerando emprego, através da prestação de serviços que respondem às oportunidades lançadas pelas procuras urbanas, como as de âmbito turístico ou os produtos alimentares diferenciados). Esta visão, em grande parte correspondente à afirmação dos interesses da propriedade agrícola, teve eco nas políticas públicas (nomeadamente na PAC, a partir das alterações de 1992), que, ao ligarem os objectivos relacionados com o desenvolvimento rural aos apoios à agricultura, privilegiaram este sector em detrimento dos restantes que emergiam nos territórios rurais, com resultados discutíveis: a diversificação, modesta em termos relativos, ocorreu sobretudo nas explorações de maior dimensão, que resistiram à concorrência dos mercados internacionais justamente por terem prosseguido o processo de modernização e intensificação (Calvário, 2010). De facto, a “transição pós-produtivista” da agricultura, a que corresponderia uma generalizada “reorganização estrutural e institucional das explorações” tendo em vista a superação do anterior paradigma da modernização, não é – nem mesmo no rural britânico, que inspirou a proposta – confirmada pelos dados empíricos (Ortiz, 2005: 10).

Apesar destas ressalvas, os sinais de mudanças são inequívocos. A diversificação, mesmo que débil no seio das explorações, ocorreu nas economias rurais. A agricultura viu decrescer consideravelmente o seu peso na riqueza criada e no emprego, agora dominado pelos outros sectores, nomeadamente os serviços. A questão ambiental e as diversas formas de consumo do espaço são hoje variáveis incontornáveis para a leitura do rural.

### ***... e nas populações rurais***

Também a sociedade mudou nestes territórios. Desde logo, porque as já descritas transformações no processo produtivo agrícola foram acompanhadas, não só por um acentuado êxodo, mas também pelo esbatimento das antigas linhas diferenciadoras nas sociabilidades, com a crescente homogeneização dos comportamentos e hábitos segundo os padrões urbanos.

Em todo o caso, a mobilidade de e para os territórios rurais aumentou significativamente nas últimas décadas. Esse foi o guião que ocupou, desde a década de 70 do século passado, grande parte dos estudos sobre as populações rurais nos países desenvolvidos, onde foram identificados os primeiros sinais de alguma recuperação demográfica (Milbourne, 2007). Assim, passa a falar-se na existência de um fenómeno de contra-urbanização, ou seja, de fluxos populacionais do urbano para o rural, contrariando a tendência de forte concentração

das décadas anteriores.

Este movimento foi justificado com a busca, por parte de urbanos, de um estilo de vida mais tranquilo e saudável, por oposição ao ambiente hostil das cidades, associado à poluição, à insegurança ou a custos de vida elevados. Estes novos residentes do rural, identificados com a classe média que resultou da terciarização da economia, descobrem um rural que conserva atributos agora valorizados, mas também onde o investimento público e a dinâmica económica esbateram algumas desvantagens que marcavam, no passado, a vida fora dos grandes centros urbanos.

Foi, portanto, largamente estabelecida uma associação entre o processo de reestruturação e este fenómeno, visto como uma resposta a uma maior dispersão espacial da actividade económica (e diversificação das actividades nas áreas rurais), à melhoria das vias de comunicação e acesso a serviços públicos, numa conjuntura capaz de atrair para o rural pessoas sobretudo em idade activa, constituindo assim uma “oportunidade” de desenvolvimento para estes territórios, conforme indicam Stockdale *et al.* (2000) num estudo sobre o contexto escocês. A chegada de novos residentes transporta consigo um potencial de rejuvenescimento e capacidade empreendedora, contribuindo para a criação de emprego e novas actividades económicas, bem como para a manutenção dos serviços e negócios locais. Estes autores, como outros (Milbourne, 2007; Ní Laoire, 2007), identificam e contestam a sobrevalorização, presente nas narrativas mais clássicas da contra-urbanização, dos conflitos entre “locais” e “recém-chegados” – estes últimos, com maior poder de compra e habilitações, transportando a sua visão do rural, seriam responsáveis pelo aumento do custo de vida (sobretudo da habitação), por competirem pelo emprego e dominarem as economias locais, além de potenciarem um choque cultural entre o seu modo de vida urbano e os valores tradicionais.

Importa ainda acrescentar que esta tendência de revitalização demográfica no rural não demonstrou uma total consistência: as estatísticas revelam, logo a partir da década de 80, uma quebra neste movimento e, apesar de alguma recuperação na década seguinte, os fluxos anteriores não foram retomados (Mitchell, 2004). Ainda assim, continua a ser um importante factor de redistribuição da população em grande parte dos países desenvolvidos (Stockdale *et al.*, 2000).

Em suma, a população redistribuiu-se pelo espaço, os comportamentos tornaram-se mais homogéneos, a qualidade de vida e o acesso a serviços públicos e infraestruturas

alargaram-se para lá dos limites urbanos: em poucas décadas, mesmo tendo em conta algumas precauções, as dinâmicas observadas nestes territórios foram significativas.

### ***Mudança de paradigma ou apenas mudança?***

A amplitude e significado do quadro de alterações atrás descrito integram actualmente o debate dos estudos rurais centrados nos países da Europa do Norte. Se é indiscutível que o cenário presente em meados do século passado não é comparável ao de hoje, é também verdade que a unanimidade não é total entre as leituras sobre as transformações económicas e sociais das últimas décadas.

Assim, importa referir algumas reservas apontadas às interpretações mais comuns que resultam dos estudos que reivindicam a presença de um fenómeno de reestruturação nos territórios rurais dos países desenvolvidos. Além dos aspectos mais particulares, Hoggart e Paniagua (2001a) aprofundam estas dúvidas, desafiando as metodologias e conclusões mais frequentes, questionando a existência de um processo de reestruturação de carácter global e, mais concretamente, a sua penetração nos territórios rurais. Não deixando de defender a sua utilidade enquanto abordagem – que, no entanto, apesar do proclamado holismo, necessitaria de maior “mistura na teorização”, incluindo outras perspectivas na visão até aqui centrada na economia política –, recusam a reestruturação rural como um “facto”, apoiados, entre outros exemplos, na dificuldade em confirmar a afirmação de uma “agricultura pós-produtivista” ou como, apesar dos sinais de diversificação de actividades ou do movimento de novos residentes, se mantêm velhos traços da economia (entre outros indicadores, o domínio dos empregos associados a baixas remunerações e fraca incorporação de tecnologia) e da sociedade rural tradicional (nos aspectos relativos aos papéis de género, por exemplo).

Assinalam-se também alertas dirigidos a algumas das conclusões mais frequentes nos estudos sobre as populações. Mitchell (2004), num ensaio sobre os estudos focados no fenómeno da contra-urbanização, adverte mesmo para uma conceptualização pouco consistente e a sua utilização pouco homogénea ou até “arbitrária”, afectando a comparabilidade das investigações. Já Ní Laoire (2007), num trabalho que aborda o retorno para o rural irlandês, evidencia que a leitura sobre o fenómeno migratório comporta dimensões que mereceram pouca atenção nas abordagens mais “ortodoxas”, questionando o “dualismo” presente nas narrativas dos conflitos entre habitantes locais e novos residentes. Stockdale (2006), debruçando-se sobre algumas zonas periféricas do rural escocês, confirma a importância do retorno, nomeadamente de jovens qualificados, para o

desenvolvimento endógeno. Por outro lado, apesar de dominarem as referências às migrações de elementos da classe média em idade activa, Jauhiainen (2009), num estudo de caso no rural finlandês, integra o retorno de idosos e reformados no fenómeno da contra-urbanização, defendendo a sua potencialidade para o desenvolvimento das zonas mais remotas e o papel das políticas públicas desse ponto de vista. Esse rural mais periférico que, convém sublinhar, foi bem menos procurado por novos residentes do que as zonas que permitem, pela sua curta distância e facilidades proporcionadas pelas vias de comunicação, movimentos pendulares diários, continuando assim, em vastas áreas, o declínio demográfico. Milbourne (2007) confirma esta última ressalva e relembra ainda que, saindo do contexto geográfico mais habitual dos estudos, mesmo olhando para os restantes países europeus, a tendência continua a ser o despovoamento. Deste ponto de vista, voltando ainda às críticas de Hoggart e Paniagua (2001a: 42), estes autores identificam a frequente “consagração do excepcionalismo” e o perigo do empirismo, lembrando que os “não acontecimentos” devem ser também tidos em conta na avaliação neste processo, apesar de reconhecerem a existência de uma “enorme mudança”.

Aprofundar os debates em torno das conclusões mais comuns dos estudos rurais dos países do Norte da Europa, assim como as polémicas sobre a validade da abordagem que defende a existência de um processo de reestruturação nestes territórios, ultrapassa em muito o objectivo deste trabalho. No entanto, regista-se a sua utilidade para, neste contexto, se assinalarem as leituras e, sobretudo, as tendências que configuram as inegáveis mudanças das últimas décadas, bem como os contrastes relativamente às situações noutras regiões da Europa: a Leste, onde, apesar do cenário de aceleradas transformações, o peso da actividade agrícola é ainda marcante, mesmo depois da expansão dos limites da União Europeia a muitos daqueles países; e a Sul, onde, após o fim do domínio da agricultura, a diversificação e dinamização económica do rural foram e são menos significativas. É nestes últimos territórios, onde se insere a situação portuguesa, que se centram as reflexões que se seguem.

## 2.2. Que transição nos *rurais* em Portugal e na Europa do Sul?

A integração dos territórios rurais do Sul da Europa no contexto geral de mudanças ocorreu de forma mais tardia e menos profunda do que o cenário que se procurou resumir no ponto anterior. Esta foi, em grande parte, marca de uma situação geográfica mais periférica relativamente aos países que, a Norte, testemunharam o impulso inicial da industrialização e

das transformações que a acompanharam, bem como produto de condicionantes políticas e sociais diferenciadas. Também aqui, convém sublinhá-lo, se verificam importantes diferenças entre países, mas também entre regiões, como mais à frente se defende para a situação portuguesa. No entanto, há traços gerais que unificam a realidade neste espaço geográfico e que, com especial relevo para o objectivo deste trabalho, importa distinguir.

### ***A Sul, outra realidade e outro padrão de mudanças***

A industrialização tardia e relativamente modesta ou os regimes autoritários e mais fechados ao exterior marcaram boa parte do século XX nestes países. O processo de modernização da agricultura foi assim menos intenso e as políticas públicas foram, deste ponto de vista, quase sempre ténues ou mesmo contrárias a esse objectivo. Relembra-se ainda que Portugal, Espanha e Grécia apenas aderiram ao espaço comunitário europeu na década de 80, confrontando-se com uma PAC desenhada para outros contextos e que não corrigiu as desigualdades em presença, mesmo depois das sucessivas reformas a partir de 1992 (Calvário, 2010).

O sector primário, em todo o caso, perdeu peso nas economias nacionais e a agricultura a anterior hegemonia nos espaços rurais. No entanto, nestes países registam-se ainda taxas de população activa agrícola relativamente elevadas no contexto europeu, a par de uma bem mais frágil diversificação económica no rural (Baptista, 2010) – ainda que se observem novas dinâmicas, que à frente se abordam com mais detalhe, objecto de avaliação particular neste trabalho. Em muitas zonas subsiste ainda o trabalho a tempo parcial na agricultura, respondendo frequentemente à necessidade de compensar os fracos rendimentos familiares com origem noutras ocupações. A este último aspecto alia-se a menor profissionalização e competitividade do sector, pelo que, relativamente à situação no Norte da Europa, o ajuste estrutural, apesar da aceleração das últimas décadas (Arnalte e Baptista, 2009), foi mais tímido e a dimensão média das explorações é menor.

Tendo em conta a presença deste contexto bastante diferenciado, as grelhas de análise e as preocupações foram necessariamente diversas das tendências dominantes nos estudos do Norte da Europa. A este respeito, Baptista (2010) relembra que a teoria da reestruturação rural “implica, para ser heurística, que a economia da população rural se associe estreitamente à economia do espaço”, o que, mesmo não abreviando a necessidade de considerar o “tema da propriedade”, torna difícil a sua aplicação à situação portuguesa, tendo em conta o “acentuado desfasamento” entre aquelas dimensões. Sobre a realidade espanhola, Hoggart e Paniagua (2001b) consideram que as mudanças das últimas décadas

foram muito moderadas do ponto de vista qualitativo e que, portanto, “não se pode dizer que tenham reestruturado o rural”, onde detectam ainda uma “coerência estrutural” com raízes antigas. Por outro lado, Ortiz (2005: 21) considera que “os rurais espanhóis estão a experimentar processos de diferenciação” e, embora reconhecendo as diferenças relativamente ao seu contexto original, defende que esta abordagem, por relacionar múltiplas dimensões e actores envolvidos, contribui para compreender o processo de mudança e poderá até ser útil para descobrir “‘outras’ reestruturações”.

### ***Transição rural***

A situação da Europa do Sul é, portanto, distinta daquela que marcou o percurso de mudanças nos países mais desenvolvidos da Europa. Olhando mais concretamente para os territórios da Península Ibérica, importa resumir os aspectos mais relevantes que enquadram a realidade nestes espaços rurais. Assim, seguem-se aqui as pistas que procuram avaliar as características e incidências de um rural em transição, embora ainda com muitas debilidades e uma assinalável diferenciação geográfica.

Destaca-se, desde logo, uma forte diminuição do peso da actividade agrícola: a contribuição para o produto e o emprego baixaram consideravelmente nas últimas décadas, mesmo que a um ritmo e intensidade menores do que nos espaços a Norte da Europa. Estes territórios acompanharam, ainda que com algum atraso, a alteração profunda dos pressupostos da “questão agrária” no conjunto dos países desenvolvidos, fruto do processo de modernização da agricultura já descrito. Assim, Arnalte e Baptista (2009) assinalam a emergência da “questão rural” nos territórios ibéricos e constataam “uma progressiva dissociação dos espaços e sociedades rurais relativamente à produção agrária, tanto em Portugal como em Espanha”. Da mesma forma, a presença de novos elementos de dinamismo económico favorecem frequentemente a separação entre a população rural e o território que a rodeia. Existem, pois, novas questões a considerar, como os novos usos do solo (a partir de investimentos desligados da actividade agrícola), a afirmação de actividades territoriais (associadas às novas procuras de origem urbana) ou a gestão ambiental do território (que, perante um reajuste das políticas sob o desígnio da multifuncionalidade, vem sobretudo reforçando os grandes domínios fundiários, agora convertidos em “propriedade ambiental”).

Num contributo para o debate sobre as vias para o desenvolvimento rural nos territórios da península ibérica, Arnalte e Muñoz Zamora (2009) confirmam a presença de velhos e novos actores, agora num cenário em que as funções atribuídas ao território e os interesses a que correspondem são mais diversificados. Concretizando sobre o rural espanhol, apoiados nos

exemplos das regiões da Catalunha e da Comunidade Valenciana, estes autores descrevem a existência de situações diferenciadas ao longo do território, tanto no que diz respeito às racionalidades perseguidas pelas explorações agrícolas, como relativamente às características e peso de novas actividades económicas. De qualquer modo, regista-se, nos últimos anos, a diminuição da superfície agrícola a nível nacional, acompanhada de um crescimento da dimensão económica média das explorações. Paralelamente, afirmam-se os "mercados das ruralidades", que tiram partido do crescente interesse urbano pelos atributos rurais, ainda que nem sempre os impactes no emprego sejam relevantes e se constate que grande parte dos rendimentos gerados não são retidos localmente.

Já sobre as dinâmicas demográficas, Arnalte e Baptista (2009: 10) assinalam que a estabilização da população no rural espanhol registada nos últimos anos "oculta (..) apreciáveis desequilíbrios territoriais" e, concretamente, a continuada erosão demográfica nas zonas mais distantes dos centros urbanos. Assim, um movimento de novos residentes, que vai compensando a perda e o envelhecimento da população, indica também a existência de uma nova "mobilidade laboral" (não apenas dos recém-chegados), ou seja, fluxos diários entre trabalho (nas zonas urbanas) e residência (num "rural periurbano", que, todavia, se vai alargando ao ritmo da melhoria das vias de comunicação). Há ainda a registar a chegada de trabalhadores imigrantes (que crescentemente assumem tarefas na agricultura intensiva ou na construção civil) ou de "neo-rurais" (vindos de zonas urbanas e que, ao se fixarem no rural, buscam um novo estilo de vida e protagonizam frequentemente iniciativas empresariais inovadoras), conformando um rural mais heterogéneo do que no passado recente.

Relativamente à situação portuguesa, um estudo recente sobre "As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente Português" traça o perfil actual dos territórios rurais no país e procura os vectores da sua diferenciação espacial, que se aborda mais à frente. Os dados provenientes de informação estatística secundária, combinados com estudos de caso representativos da diversidade de situações em presença, destacam, desde logo, algumas características gerais, que importa assinalar.

Seguindo um texto de Baptista (2010), que compila os principais resultados e conclusões do estudo, é saliente o facto das produções agrícola e florestal terem hoje um peso minoritário, mesmo onde mais resistiram ao declínio, face às outras actividades económicas. Simultaneamente, observa-se "a relevância crescente das actividades ambientais, territoriais e ligadas à *herança rural*", num espaço que "está agora segmentado entre as funções que assegura e repartido pelos interesses sectoriais dos que promovem e organizam as



diferentes actividades”. Enquanto cresce “a visão do espaço rural como um *espaço de consumo*”, a agricultura mantém uma presença forte “nos planos social e cultural”, apesar da grande perda de relevância do ponto de vista económico. O rural português é ainda fundamentalmente um rural “de nascimento”, “familiar” e “de interconhecimento” e onde surgem sinais de atractividade residencial (também por parte dos habitantes locais). No entanto, o despovoamento continua e estas populações são, relativamente às cidades, mais envelhecidas e mais dependentes do Estado-Providência (e, portanto, menos comprometidas com o mercado de trabalho), sendo ainda evidente a debilidade dos actores locais e, em geral, a sua reduzida capacidade para conduzir iniciativas no seu território. No fundo, há sinais de uma transição rural que, no entanto, “é ainda muito incipiente”.

Em suma, a transição rural em curso nos territórios ibéricos corresponde a um processo complexo, com distintas velocidades e profundidades em diferentes regiões e povoados, no qual se identifica a queda do anterior domínio da agricultura (na riqueza criada, no emprego gerado, no espaço ocupado) e interação múltiplos factores de mudança em conjunto com algumas realidades antigas. Entre as explorações que sobreviveram às transformações das últimas décadas, além das mais modernizadas, com maior dimensão e modelos intensivos de produção, acentuando a desvinculação com o rural em que se inserem, persistem ainda outras em que a lógica familiar é a da pluriactividade. Em muitos casos, são dependentes, em maior ou menor grau, das subvenções públicas, numa sustentabilidade precária que fragiliza também a sua relação com o território. As novas funções (não produtivas), atribuídas às explorações e consagradas nas políticas, vêm tendo pouco eco no contexto ibérico e são quase sempre detectadas nas unidades de maior dimensão. A diversificação de actividades e interesses não é uniforme nem tão robusta como nos países a Norte, mas está já consolidada: os serviços são agora o sector mais relevante em vastas áreas rurais, respondendo, em larga medida, às diversas dimensões das novas procuras de urbanos pelas amenidades e valências dos espaços rurais. Aqui emergem novos actores, muitos deles exteriores, que jogam os seus interesses frequentemente à margem das populações locais, também elas progressivamente dissociadas do seu território. No entanto, estas dinâmicas, às quais se associa a presença de novos residentes, contribuíram para estancar a erosão demográfica, assistindo-se mesmo a sinais de revigoração em algumas zonas, ainda que o padrão dominante seja a diminuição, agora menos acentuada, das densidades populacionais.

### ***Os rurais em Portugal***

Enquadrado nas situações da Europa do Sul, este foco particular dirige-se ao objectivo

deste trabalho, para o qual importa assinalar a existência de territórios distinguíveis pelas suas características económicas e sociais. Mas, antes de mais, assinalados já os traços fundamentais da realidade actual, deixam-se algumas notas sobre o contexto em que se desenvolveu o percurso de alterações no rural português.

É sabido que Portugal, mergulhado, em grande parte do século XX, num regime autoritário e fechado ao exterior, acompanhou muito moderadamente o processo industrializador que se impôs nos países mais desenvolvidos da Europa. Apesar da “ideologia ruralista” do Estado Novo, no início da década de 60 o país confrontava-se ainda com uma agricultura com produtividades muito baixas (mesmo quando comparadas com outros países do Sul da Europa), “sem sinais de dinamismo” e “assentando na abundância de trabalho e na utilização de técnicas de cultivo tradicionais”, sobretudo orientada para “assegurar a autarcia alimentar do país”, mesmo que “à custa de uma dieta qualitativamente pobre para a maioria da população” (Hespanha, 1994). Antes disso, a “questão das subsistências” (Baptista, 2001 e 2003) constituiu uma preocupação que ocupou o país desde a segunda metade do século XIX e apenas foi resolvida nas primeiras décadas do século XX. Era a guerra aos incultos, assim descrita por Caldas (1978: 103): “o inculto não era imaginário, tinha a dimensão desmedida de metade do território nacional, adormecido e avaramente guardado por quem aferrolhava ainda os pergaminhos da propriedade plena que salvara da revolução liberal”. Finda a questão dos incultos, impõe-se então uma “fase demográfica” na agricultura nacional, tendo as décadas de 40 e 50 assistido à sua “maior expressão demográfica e territorial” (Baptista, 2003: 51).

Nos anos que se seguiram, a história é a do forte êxodo, mais marcado pelo “efeito repulsivo da economia rural portuguesa” do que pela hesitante modernização da agricultura: entre 1960 e 1974 terá emigrado cerca de 10% da população, quase sempre com destino nos países da Europa do Norte (Hespanha, 1994). A população ligada à agricultura foi inevitavelmente reduzindo e o peso da produção agrícola na economia também decresceu, mas a modernização foi lenta e o ajustamento estrutural tímido, mantendo-se uma dimensão média das explorações relativamente baixa, grande parte obedecendo a uma lógica de pluriactividade. Acrescenta-se que, na viragem para o século XXI, comparando com a realidade da década de 60, a agricultura portuguesa ocupava apenas metade das pessoas e para a maioria das famílias ligadas a explorações agrícolas a principal fonte de rendimentos tinha outra origem (Baptista, 2001).

Nas linhas gerais das mudanças das últimas décadas, importa assinalar também, em especial desde 25 de Abril de 1974, uma considerável melhoria das condições de vida,

associada, por exemplo, à electrificação e saneamento, assim como à presença de equipamentos sociais ou à expansão e melhoria das redes viárias – que hoje garantem uma maior mobilidade de, para e entre estes territórios. Neste percurso de transformações que se descreveu, são evidentes as significativas alterações económicas e sociais nas áreas rurais, entre as quais se destacam a perda de importância da agricultura e uma diversificação económica relativamente modesta, a forte redução da população no conjunto destes aglomerados ou o esbatimento da especificidade das sociabilidades no mundo rural. Actualmente, perante a presença de novas dinâmicas sociais e económicas, que conformam uma transição rural a que já se fez referência, as questões decisivas para o desenvolvimento destes territórios são substancialmente diferentes do cenário de há meio século atrás.

Traçado este percurso, aborda-se então a diferenciação territorial deste processo de mudanças e dos seus efeitos, a partir da qual se distinguem vários *rurais* no contexto nacional. Segue-se aqui a tipologia proposta no já referido estudo sobre “As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente português”, que, segundo critérios em parte definidos num trabalho anterior (Novais, Lourenço e Baptista, 2000) e relacionados com a densidade populacional e o peso da população rural activa agrícola, identifica um *rural de baixa densidade*, um *rural agrícola*, um *rural de indústria e serviços* e um *rural urbano*. Esta diversidade, convém sublinhar, tem pesos diferentes no território: respectivamente, estes rurais correspondem a 98, 36, 55 e 80 concelhos; e a 59,2%, 8,6%, 15,1% e 16,7% da superfície do Continente (Baptista, 2010).

É no rural de baixa densidade, que ocupa bem mais de metade do território – estendendo-se um pouco por todo o interior do Continente, desde o norte algarvio, passando por todo o Alentejo e pela raia beirã, até Trás-os-Montes –, mas onde apenas reside cerca de 16% da população rural, que se centram as preocupações deste trabalho.

### ***Novas dinâmicas***

São estes territórios correspondentes ao *rural de baixa densidade* em que mais se sente o declínio demográfico e onde o recuo da agricultura mais dificilmente vem sendo substituído por novas actividades – contrariedades que legitimam discursos que vêm advogando um final anunciado para estas zonas. No entanto, mesmo que quase sempre de forma débil, registam-se sinais de dinamismo, em grande parte associados à busca, iniciada nas últimas décadas por vastos sectores da população urbana, pelo contacto com a natureza e com as vivências e costumes rurais.

Este “movimento de revalorização do mundo rural” (Ribeiro, 2003: 200), essencialmente motivado pelo desconforto relativamente às rotinas e aos valores dominantes no mundo urbano, encara, como já se referiu anteriormente, os espaços rurais também como espaços de consumo: num rural em mudança, é frequentemente uma visão romântica que atrai visitantes para estes territórios, num cenário que, de qualquer forma, já não é dominado pela produção agrícola e pelas sociabilidades que esta conformava. Estes turistas, consumidores destes espaços e das actividades que neles se vão desenvolvendo devido à sua presença, permitem mesmo colocar novas hipóteses nos difíceis trilhos para o desenvolvimento das áreas rurais mais afastadas dos grandes centros urbanos do litoral.

Para além da emergência destas novas procuras, essencialmente turísticas, há também aqueles que vão escolhendo estes territórios como local de residência, alguns deles estrangeiros, outros regressados da emigração, a sua maioria em pleno gozo das suas reformas. São novos residentes, que, apesar de constituírem ainda uma realidade relativamente marginal, perspectivam, em alguns territórios, a hipótese de contrariar o acentuado despovoamento. Muitas destas pessoas são estrangeiras, geralmente oriundas do Norte da Europa: quer aqueles que, no momento da reforma, procuram climas mais amenos, sociedades mais tradicionais e até meios de vida mais baratos (Cavaco, 2003); também outros, geralmente ainda em idade activa e com habilitação superior, que buscam no rural português a possibilidade de efectivar modos de vida alternativos, como ocorre em algumas aldeias da Serra da Lousã (Dinis e Malta, 2003). Há também aqueles que, regressados da emigração (Portela e Nobre, 2002), nostálgicos das suas origens ou por qualquer outro motivo, recuperam e transformam o património familiar, muitas vezes num processo longo e progressivo, para constituírem novamente a sua residência principal nos locais de nascença.

Neste trabalho, no entanto, a avaliação recai sobre os impactes da presença temporária de urbanos nas zonas rurais. Assim, no próximo capítulo, desenvolvem-se os diversos aspectos associados ao turismo em espaços rurais e, mais concretamente, o contexto em que se desenvolve a utilização de residências secundárias e o seu impacte nas dinâmicas económicas e sociais dos territórios rurais.

### 3. O TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS E A UTILIZAÇÃO DE RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS

As práticas turísticas são uma realidade incontornável nas sociedades modernas. No contexto dos países desenvolvidos, assiste-se mesmo a uma massificação do fenómeno: a generalização do direito a tempos livres de trabalho, um poder de compra aceitável para grande parte da população, bem como factores culturais diversos, sustentam uma procura que está longe de ser efémera. Da mesma forma, a oferta é cada vez mais diversificada, envolvendo múltiplos agentes, negócios e territórios.

A partir da segunda metade do século XX, a actividade turística cresceu muito significativamente e sofreu importantes mutações. Esse “crescimento explosivo” – no número de turistas, na diversidade de destinos, na multiplicação de actividades e iniciativas empresariais relacionadas – acompanhou as mudanças sociais e económicas nos países desenvolvidos, tendo o turismo progressivamente evoluído no sentido da “diversificação, sofisticação e complexificação” (Martins, 2006: 281). Foram conquistados novos territórios e novos participantes, num movimento impulsionado ao ritmo que o direito ao lazer se alargou a vastas camadas das populações destes países. No fundo, o turismo é actualmente uma enorme “indústria de sensações” com dimensão global e um relevante peso (económico, nomeadamente) para os locais incluídos, em maior ou menor escala, na rota das procuras turísticas.

Os dados divulgados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), o organismo das Nações Unidas dedicado à avaliação do fenómeno turístico, demonstram a sua crescente importância. Um expressivo indicador é o facto do número de chegadas de “turistas internacionais” – ou seja, aqueles que escolheram destinos fora dos seus países de origem – ter aumentado de cerca de 25 milhões em 1950 para perto de 700 milhões no ano 2000, estimando-se que em 2010 ronde os 900 milhões. A este amplo movimento de pessoas corresponde um forte impacto económico: a título de exemplo, aquela organização aponta para que, em 2003, 6% de todas as exportações de bens e serviços a nível mundial se deveram às receitas provenientes do turismo internacional. Acrescente-se que, apesar da crescente diversificação nas últimas décadas, a Europa é ainda, com larga distância, a região mais procurada no âmbito do turismo internacional. Um domínio que, contudo, não impede que praticamente todas as zonas do mundo participem actualmente no fenómeno turístico, recebendo e emitindo turistas.

Os números revelados no parágrafo anterior, apesar de impressionantes, são ainda modestos quando comparados com os fluxos associados ao turismo interno. A OMT estima que, no ano 2000, os destinos nacionais tenham sido alvo de uma procura dez vezes superior aos destinos fora do país de origem, ou seja, 7 mil milhões de chegadas em todo o mundo.

Em Portugal, o turismo é um sector com grande importância. Os dados fornecidos pelo Turismo de Portugal, I.P. (2009a) indicam, relativamente ao ano de 2008, um peso equivalente a mais de 10% de toda a economia nacional: mais de 17 mil milhões de euros, resultado do somatório do consumo associado ao turismo internacional e dos turistas residentes em Portugal. Estes valores correspondem a fluxos turísticos não menos relevantes: segundo a mesma fonte, ainda em 2008, desembarcaram em Portugal mais de 13 milhões de passageiros em voos internacionais e 9 milhões de viagens dos turistas residentes (cerca de 85% do total das viagens identificadas entre quem vive em território nacional) tiveram destino no próprio país.

Traçado já um panorama muito genérico em torno da relevância actual da actividade turística e tendo em vista as reflexões que se seguem, importa precisar o que se entende por turismo. Em geral, está associado à evasão para desfrute de tempos livres, seguindo, quem o pratica, um ou vários tipos de motivações. Perante a diversidade de práticas e crescente complexidade das mobilidades nas sociedades actuais, Cavaco (2003: 26) considera a existência de “um problema decisivo de conceito”, mas sugere que “o turismo identifica-se com a deslocação – desejada e escolhida livremente – relativamente ao lugar de residência habitual para um outro lugar mais ou menos afastado, com vista à concretização dum projecto pessoal de recreação baseada no *repouso*, no *jogo* ou na *descoberta* ou ainda numa combinação complexa destas diferentes práticas, a 'pluriactividade' turística”.

Esta interpretação, centrada na coincidência entre lazer e deslocação, não é totalmente identificável com a seguida pela Organização Mundial do Turismo: os números adiantados por este organismo apenas consideram as deslocações em que se recorre a formas de alojamento comercial, incluindo também as motivadas por razões profissionais. Já nos dados da responsabilidade do Turismo de Portugal, I.P. considera-se como turista o “visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado”, sendo também contabilizadas as viagens por motivos profissionais.

A complexidade das mobilidades e das diversas articulações entre tempos de trabalho e lazer nas sociedades modernas justifica, portanto, uma relativa amplitude na conceptualização, bem como alguma dificuldade na delimitação das dimensões relacionadas com o turismo. Neste trabalho, segue-se a ideia, retomando Cavaco (2003: 26), de que são “as práticas turísticas que definem quem, quando e onde se é turista”. Nesta perspectiva, a prática turística não está obrigatoriamente dependente da existência de relações mercantis ou do recurso a serviços e actividades especificamente destinados a cobrir necessidades ou cumprir objectivos associados a essa prática turística (como, por exemplo, o alojamento).

Assim, é legítimo integrar a utilização de residências secundárias no contexto do fenómeno turístico. Neste trabalho, em particular, é considerado o recurso a estes alojamentos em meio rural e, deste ponto de vista, a utilização de residências secundárias será interpretada enquanto dimensão do turismo em espaços rurais.

O presente capítulo dirige-se precisamente ao debate em torno dos conceitos e das incidências mais directamente relacionadas com o objectivo deste estudo. É abordado o contexto em que ocorre a afirmação do turismo em espaços rurais, as suas motivações e a diversidade de procuras, práticas e actividades a que corresponde. E, mais à frente, destaca-se o fenómeno das residências secundárias em meio rural e discute-se a contribuição dos seus utilizadores para dinâmicas económicas e sociais nestes territórios.

### 3.1. Turismo em espaços rurais: procuras e mercado

As áreas rurais são ainda, em muitos países, um destino minoritário das procuras turísticas. A nível global, domina claramente a busca por sol e praia, bem como por ambientes urbanos ou de interesse histórico. Ainda assim, a procura turística pelos espaços rurais regista um crescimento significativo e sinais de consolidação.

Esta afirmação dos espaços rurais enquanto espaços de turismo coincide com alterações nos padrões das práticas turísticas, nomeadamente um alargamento das procuras, combinado com uma maior repartição dos períodos e partidas de férias ao longo do ano, bem como o crescente aproveitamento dos fins-de-semana e dos feriados: a duração das estadias tende a diminuir na medida em que se diversificam os projectos de lazer dos indivíduos, observando-se uma multiplicação dos interesses e das procuras, a busca de

novos destinos por turistas cada vez mais exigentes e experientes, mas também com maior mobilidade em resultado da generalização do transporte individual e a extensão e melhoria das redes viárias.

O rural inclui-se, assim, nessa “descoberta de lugares novos, diferentes, habitados por pessoas também elas diferentes e por outros turistas” (Cavaco, 2003: 27). No entanto, importa considerar com mais pormenor o contexto em que se vem afirmando o turismo em espaços rurais, atendendo aos contornos sociais e culturais que o envolvem, reservando um olhar particular sobre a realidade portuguesa.

### ***Os espaços rurais como espaços de turismo***

Como já se disse, o rural, embora se mantenha à margem de grande parte dos fluxos turísticos, integra crescentemente o mapa dos destinos de lazer nos países desenvolvidos. Nestas sociedades, em que a maioria da população vive, há já várias gerações, em ambientes urbanos, verifica-se um crescente interesse pelas amenidades proporcionadas pelas zonas rurais: não só como local de residência (que se expressa, conforme descrito no capítulo anterior, pela existência de migrações de sentido contra-urbanizador), mas também como objecto de procuras turísticas.

Com efeito, constata-se que onde os processos de urbanização foram mais profundos, são também mais significativas as procuras pelos espaços rurais enquanto destinos turísticos. No contexto europeu, este movimento expandiu-se fortemente a partir da década de 60 do século passado (Cánoves *et al.*, 2004), embora ainda restrito a algumas regiões – em Portugal o fenómeno é mais recente e menos amplo, dado o êxodo rural mais tardio e incompleto.

Estas procuras turísticas, relativamente recentes e marginais quando comparadas com as tendências dominantes, estão, deste modo, associadas a uma “crítica ao modelo urbano-industrial dominante de sociedade e seus valores” (Ribeiro, 2003). Nelas se expressam a emergência das preocupações ambientais e o desejo de contacto com ambientes considerados naturais e saudáveis, mas também a atracção pelas vivências e costumes rurais. Conforme assinala Carvalho (2006: 4), este movimento “é indissociável de profundas mudanças no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos modos de vida e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a importância de conservar o



ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países desenvolvidos”.

Assim, o crescente interesse pelas zonas rurais é mais do que um simples reflexo da diversificação dos destinos turísticos ou da potencialidade e características dos territórios. Na origem destas procuras por diversas actividades – como a caça e variadas práticas desportivas, o contacto com o património histórico e arquitectónico e o desfrute de paisagens, o interesse pelos produtos e gastronomia tradicionais, mas também pelos modos de vida tradicionais ou ainda simplesmente a busca de momentos de lazer e descanso –, cruzam-se motivações mais pragmáticas com outras mais simbólicas, sendo estas últimas em grande medida subsidiárias de uma visão idílica do rural, partilhada por largos sectores das populações urbanas que o percebem como “reservatórios de bens naturais, culturais e humanos” (Baptista, 2003: 56).

Em suma, os territórios rurais são, em muitos casos, os espaços concretos e insubstituíveis onde se concretizam as práticas turísticas. Mas, não raras vezes, o rural é sobretudo o cenário onde tem lugar a busca por valores culturais e por modos de vida que contrastam com o quotidiano urbano – mesmo que, em muitos casos, a resposta a essa procura tenda a “favorecer a banalização da cultura e a criação de uma autenticidade teatral” (Cavaco, 2009: 60) –, onde são acolhidos os desejos de descanso e lazer de turistas que fogem às procuras dominantes e desejam encontrar essa “última reserva do que se suspeita ter-se perdido, do que se perdeu, ou do que está em vias de se perder, na cidade e nos modos de vida que ela engendrou” (Ribeiro, 2003: 201).

### ***Turistas e oferta turística***

Na Europa do Sul, pelas razões já apontadas, a história da descoberta dos espaços rurais como espaços de consumo e turismo assume, de uma forma geral, significado sobretudo nas últimas duas a três décadas (Baptista, 2001).

Sobre a realidade espanhola e em linha com esta última observação, Cánoves *et al.* (2004), numa avaliação com incidência particular no mercado turístico que se desenvolve como resultado da diversificação das explorações agrícolas, identificam na década de 80 do século passado o arranque do seu crescimento significativo e sustentado. Estas referências são confirmadas por Molera e Albaladejo (2007), que, centrando-se na evolução e diversificação das procuras, identificam vários segmentos (de mercado) de turistas nas áreas rurais do sudeste espanhol, segundo as suas motivações. Partindo desta última

leitura, existem portanto “sub-segmentos” entre os turistas no rural, tornando insuficiente a sua distinção apenas em função da escolha do destino (rural).

Esta diferenciação entre turistas foi também identificada no rural português. Kastenholtz (1997) segmentou a procura turística durante os meses de Verão nas zonas rurais do Norte e Centro do Continente, distinguindo quatro tipos fundamentais: os “want-it-all ruralists” (que valorizam um conjunto alargado de actividades e oportunidades, geralmente jovens e com níveis de formação e estatutos profissionais elevados), os “independent ruralists” (que perseguem o sossego, a descoberta e a autonomia, na maioria estrangeiros), os “traditional ruralists” (também constituído maioritariamente por estrangeiros e com médias etárias mais altas, que, além da busca pela tranquilidade, se interessam pelo modo de vida rural e pelo património) e os “environmental ruralists” (mais focados nas dimensões de entretenimento e socialização, com grande presença de jovens). Para esta autora, da identificação de perfis diferenciados de turistas, decorrem elementos para um potencial planeamento da oferta: o conhecimento das características da procura permite adaptação, com impacte nos resultados económicos das actividades empresariais, mas também, de forma mais alargada, do ponto de vista social e ecológico.

As estatísticas parecem indicar que há ainda bastante a fazer neste campo. Observando a informação do Turismo de Portugal, I.P. (2009b) que condensa dados relativos à oferta e procura das várias modalidades de alojamentos comerciais em meio rural, constata-se que, no ano de 2008, estavam em funcionamento 1.047 unidades, num total de 11.692 camas disponíveis, tendo acolhido nesse período cerca de 523 mil dormidas (44% das quais provenientes da procura por turistas estrangeiros), correspondendo a uma taxa de ocupação-cama de apenas 14,8%.

As baixas taxas de ocupação das unidades de alojamento podem estar associadas à existência, referenciada por Ribeiro (2003), de uma “estratégia patrimonial” por parte dos proprietários, movidos frequentemente mais pela oportunidade de recuperação dos seus edifícios – concedida pela “inegável generosidade dos apoios financeiros”, com boas condições de acesso e poucas contrapartidas – do que pelo campo empresarial. De facto, apesar de, em Portugal, até há pouco mais de uma década, as unidades de alojamento comercial em meio rural terem sido um vector quase exclusivo da legislação e das políticas públicas no domínio do turismo em espaços rurais, “ressalta a capacidade limitada de alojamento, com acentuada fragmentação e diversidade, alguma informalidade, associada à estrutura familiar, a par da pluriactividade/tempo parcial dos gestores-proprietários” (Cavaco, 2009: 61).

Esta oferta de alojamentos, longe de ser aproveitada, desenhada pelas opções legislativas e pelo acesso (circunscrito, desde logo, às famílias rurais com património valorizado pelo seu interesse arquitectónico) a apoios públicos, selecciona a procura com base no seu poder aquisitivo. Esta realidade, frequentemente justificada com o objectivo de “manter o crescimento da procura dentro de limites moderados, ajustados à capacidade de carga destes destinos” (Ribeiro, 2003: 205), pode afastar sectores significativos da população urbana com interesse pelas zonas rurais. Deste ponto de vista, convém ressaltar que, apesar da heterogeneidade assinalada entre os turistas no rural português, subsistem traços gerais que os identificam fundamentalmente com consumidores de extracto urbano, na sua maioria com níveis de rendimentos e formação académica acima da média, alguns deles estrangeiros, sobretudo mobilizados pela identificação dos espaços rurais com as dimensões culturais e ambientais, com o património ou com a saúde.

Entre outros factores diversos, que se abordam mais à frente, pode admitir-se que as características da oferta existente contribuem também para o peso significativo do recurso a formas não mercantis de alojamento, como a utilização de residências secundárias. Por outro lado, além da oferta de alojamentos, existem dimensões destas procuras que têm correspondência em novos mercados e iniciativas, nomeadamente a prestação de serviços associados ao conjunto de actividades que se vêm desenvolvendo nos espaços rurais, como a restauração, a venda de produtos tradicionais ou a organização de actividades desportivas e ao ar livre.

### ***Uma via para o desenvolvimento das zonas rurais?***

Estas novas procuras são crescentemente apontadas como um vector fundamental para o desenvolvimento das zonas rurais nos países desenvolvidos. Ao nível europeu, a Política Agrícola Comum evoluiu, ainda que mais do ponto de vista do discurso público do que dos resultados concretos (Calvário, 2010), de uma perspectiva sectorial (agrícola) para uma visão territorial (rural). Considerando um universo mais alargado, a OCDE (2006) refere-se também à generalização de um novo desenho das políticas, com uma abordagem que engloba vários sectores e aponta para as potencialidades locais com vista ao desenvolvimento das zonas rurais, procurando debelar os efeitos da existência de falhas de mercado e assegurar a provisão de bens públicos: esta organização, embora reconhecendo que este caminho nas políticas públicas para os espaços rurais está apenas no início, identifica o reforço dos objectivos relacionados com o acesso das populações rurais a serviços públicos essenciais, mas também a defesa das amenidades e características locais que possam permitir a diversificação da actividade económica.

Nesta perspectiva, alargam-se as expectativas sobre as potencialidades do turismo para o desenvolvimento das áreas rurais e, em particular, para a revitalização das zonas mais deprimidas. Assim, mesmo admitindo que se trata de um mercado de dimensões relativamente modestas, o seu impacto a nível local pode ser muito significativo, do ponto de vista social e económico.

Cánoves *et al.* (2004) referem vários benefícios que podem decorrer das actividades turísticas nas zonas rurais, como a diversificação das economias locais (nomeadamente na área dos serviços), a manutenção dos serviços públicos e infraestruturas (transportes, escolas, unidades de saúde), a revitalização social (e, por vezes, também demográfica), a alteração do papel social das mulheres (que, em muitos casos, gerem estas iniciativas) ou o impulso à preservação dos recursos naturais e paisagísticos (por constituem as bases da atractividade turística). Estas autoras notam, no entanto, num olhar geral sobre o contexto europeu, que o alcance destes benefícios tem sido relativamente limitado (a diversificação é relativamente tímida, os negócios são muitas vezes guiados por agentes exteriores e os empregos gerados são frequentemente sazonais e incertos), registando até alguns riscos (ambientais e culturais, nomeadamente) e custos (maiores gastos na provisão de serviços públicos e o aumento do custo de vida) associados às actividades turísticas nas zonas rurais.

Relativamente a Portugal, o já referido enquadramento legal em torno do turismo em espaços rurais, centrado na oferta de alojamentos e num alto nível de exigências relativamente ao património e ao tipo de serviço prestado, excluiu grande parte das famílias e agentes locais. Ribeiro (2003) aponta que apenas nos últimos anos do século passado a legislação passa a considerar as ofertas de serviços complementares ao alojamento (e mais ligadas à valorização das amenidades locais), associando já o turismo ao objectivo do desenvolvimento rural, ou seja, à dinamização das economias locais, à criação de emprego e à fixação das populações.

A concretização deste objectivo tem ainda revelado algumas dificuldades. O efeito destas procuras e interesse pelos territórios rurais nem sempre tem resultado na dinamização esperada das economias locais. Estarão, assim, ainda longe de ser integralmente cumpridos, no contexto português, os objectivos de “igualdade, competitividade e mobilização dos recursos rurais” indicados pela OCDE (2006: 56).

Sobrepõem-se frequentemente interesses privados com posições favoráveis, muitas vezes sobretudo movidos pelas oportunidades concedidas pelos apoios públicos, como no caso, já

referido, da construção da oferta de alojamentos. Em algumas zonas, nomeadamente a Sul do Continente, persiste a vantagem da grande propriedade, que, “com frequência a pretexto de novas actividades” (Baptista, 2003: 57), prossegue uma lógica de privatização do espaço a seu favor e de fortalecimento dos seus domínios fundiários. Não menos importante é o facto de se registarem ainda fortes debilidades nas capacidades endógenas, muitas vezes caracterizadas por “unidades familiares de muito pequena escala, pluriactividade e bases económicas diversas dos diferentes actores, ineficácias múltiplas, pouca competitividade, poucos conhecimentos, dispersão espacial, isolamento e difícil penetração no mercado” (Cavaco, 2009: 61). Deste modo, muitas iniciativas são nitidamente comandadas a partir do exterior, com poucos impactes no território que as acolhe, em que “o local é meramente o ponto geográfico onde se situa o negócio, sendo todos os equipamentos, matérias-primas e mesmo a mão-de-obra, importados do exterior” (Baptista, 2005: 23).

No entanto, apesar dos limites apontados nas observações precedentes, sobretudo dirigidas às fragilidades na constituição de um mercado de bens e serviços em torno das práticas turísticas, bem como às dúvidas sobre a sua real capacidade de contrariar as tendências depressivas em presença, reafirma-se que estas procuras podem contribuir para dinâmicas sociais e económicas relevantes nos territórios rurais, nomeadamente naqueles mais marginais e marcados pela baixa densidade populacional. De facto, mesmo com pequena escala, as iniciativas associadas ao turismo podem ter uma importância decisiva, pelo seu “efeito multiplicativo” (Kastenholz, 1997: 1) ao nível local. Neste particular, como assinala Cavaco (2009), contam as iniciativas e esforços institucionais, como a organização de eventos locais, que atraem pelo seu cariz temático ou festivo; ou ainda, noutro exemplo, o caso da promoção e requalificação de aldeias consideradas “históricas”.

Há ainda a considerar as procuras que se concretizam à margem da existência ou constituição de mercados específicos, nomeadamente de alojamento. É o caso da utilização de residências secundárias, que “não tem sido devidamente avaliada apesar da sua grande dimensão” (Baptista, 2006a: 90) e do seu impacte nos territórios rurais, nomeadamente naqueles que se mantêm excluídos das dinâmicas económicas e sociais proporcionadas pela emergência de produtos turísticos baseados na oferta mercantil que se procurou abordar nas linhas anteriores.

### 3.2. A utilização de residências secundárias e as dinâmicas locais no rural português

Até aqui, nas reflexões precedentes, abordou-se o fenómeno turístico e a sua consolidação nos espaços rurais, com destaque para a constituição e características de um mercado que responde, ainda com muitas limitações no contexto português, a novas procuras de origem urbana. Nas linhas que se seguem, centram-se atenções no objecto de estudo deste trabalho, ou seja, na utilização de residências secundárias em meio rural, procurando referências para uma avaliação da potencial contribuição dos seus utilizadores, pelas actividades que desenvolvem durante as suas estadias, para as dinâmicas económicas e sociais locais.

Antes de mais, importa realçar que “a maioria dos turistas dos meios rurais recorre a casas de familiares e amigos ou a casas de férias” (Cavaco, 2009: 62), no conjunto dos países desenvolvidos e também em Portugal. Ou seja, mesmo tendo em conta que a utilização de residências secundárias tem incidências particulares e motivações diversas, que a seguir se abordam, pode admitir-se que grande parte do interesse pelos territórios rurais se concretiza em estadias não mediadas pelo mercado de alojamento.

Desta forma, uma parte importante dos fluxos correspondentes às procuras pelas zonas rurais permanece oculta nas estatísticas e mesmo nos estudos da responsabilidade dos organismos oficiais na área do turismo: como já se referiu anteriormente, a Organização Mundial do Turismo, mas também, a nível nacional, o Turismo de Portugal, I.P., concentram a sua avaliação nas estadias em alojamentos comerciais – a OMT, aliás, como nota Cavaco (2003), não inclui a utilização de residências secundárias no âmbito do turismo.

#### ***Um fenómeno em crescimento***

Apesar da limitação atrás referida, no que diz respeito a Portugal, o Instituto Nacional de Estatística fornece dados úteis nesta matéria. Os mais recentes recenseamentos de população distinguem os “alojamentos familiares vagos” dos “alojamentos familiares ocupados”. São estes últimos que aqui importam, uma vez que se trata daqueles que, no momento censitário, não se encontravam disponíveis no mercado de habitação, ou seja, os que foram considerados como sendo utilizados. O Censos de 2001, distingue então, entre este tipo de alojamentos, os de “residência habitual” e os de “uso sazonal ou secundário”: este último, sendo definido como o “alojamento familiar ocupado que é utilizado

periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual” – correspondendo a uma “fusão” dos alojamentos de “ocupação ausente” e de “uso sazonal” apontados nos recenseamentos anteriores – assinala, no fundo, a partir dos critérios fixados, a existência das residências secundárias.

Os dados assim recolhidos, avaliados por Cavaco (2003, 2005 e 2009), revelam que, no Continente, o número deste tipo de alojamentos não parou de crescer nas últimas décadas: passaram de 423 mil em 1981 para 659 mil em 1991, ou seja, uma variação de 55,6% nesse decénio; em 2001 eram já 897 mil (18,6% relativamente ao total de alojamentos), um acréscimo de 25,9% no espaço de uma década e mais do dobro relativamente a 1981.

Assim, segundo o recenseamento de 2001, cerca de um quinto de todos os alojamentos no país estariam a ser utilizados de forma sazonal ou secundária. Registam-se, contudo, importantes diferenças regionais: esta proporção é, por exemplo, de 38,5% no Algarve, de 32,4% no Alto-Trás-os-Montes, de 35,8% no Pinhal Interior Sul, de 34,1% na Beira Interior Norte ou de 33,6% na Beira Interior Sul; mas é, no extremo oposto, menos de 10% no Grande Porto e Entre Douro e Vouga. Os dados revelam, além do acentuado crescimento do número de residências secundárias, uma distribuição no espaço marcada por uma forte dispersão, em grande parte motivada pelas reduzidas dimensões do território nacional e pela melhoria das vias rodoviárias (Cavaco, 2005). Ainda assim, têm predominância as zonas correspondentes às regiões mais marcadas pela migração (para o estrangeiro ou para as cidades do litoral), às mais atractivas como destino de férias, às mais próximas da residência principal ou ainda às que vêm atraindo estrangeiros, na sua maioria já aposentados (Cavaco, 2003).

### ***Os utilizadores e as dinâmicas locais***

Existem, pois, várias motivações que enquadram esta crescente utilização de residências secundárias em meio rural. Pesam decisivamente os factores gerais que justificam os movimentos mais amplos de atracção de origem urbana pelo rural, já descritos, mas também razões específicas que configuram diferentes lógicas e até ritmos de utilização, que, em parte, se traduzem também na sua distribuição pelo território.

Independentemente das suas variadas motivações, a utilização destas casas pode reforçar a procura local de bens e serviços, como o retalho de produtos alimentares e domésticos, a restauração, os produtos tradicionais ou ainda o mercado da construção civil. Importa considerar, é certo, os limites da própria oferta local nos territórios mais periféricos

(Sampaio, 2009), alguns deles já com pouca ou nenhuma população residente de forma permanente e onde, portanto, os impactes das estadias nestas residências secundárias têm efeito noutros locais (Carvalho, 2006). Em todo o caso, os padrões de consumo destes utilizadores, a suas exigências em variedade e qualidade, leva-os muitas vezes à aquisição de parte dos produtos essenciais para as suas estadias no próprio local de residência principal. Da mesma forma, contando, na sua maioria, com grande mobilidade (transporte individual) e tempo disponível, muitos optam frequentemente por se abastecer em unidades comerciais de média e grande dimensão nas cidades mais próximas, o que, aliás, em muitas aldeias, é já prática entre as próprias populações locais.

Apesar destas advertências, aqui segue-se a pista que identifica a possibilidade de que a presença de utilizadores de residências secundárias possa “contribuir decisivamente para o desenvolvimento local e para a inversão dos processos de abandono” (Cavaco, 2005: 399) nestes territórios, favorecendo a manutenção de pequenas unidades de comércio, mobilizando alguns recursos locais e ainda pela importância, do ponto de vista social, da revitalização a que estes fluxos frequentemente correspondem, com impactes nas sociabilidades, no associativismo ou simplesmente na quebra do isolamento das populações, sobretudo as mais marcadas pelo envelhecimento.

### ***O que são residências secundárias?***

Os pontos seguintes referem-se, com mais detalhe, às situações que configuram com maior frequência a utilização de residências secundárias, quanto aos locais escolhidos, às suas motivações e particularidades. Mas, antes de mais, é fundamental clarificar a abordagem conceptual aqui seguida para a avaliação do objecto de estudo, ou seja, importa delimitar o que se entende por residência secundária, tanto mais que o termo vai sendo utilizado para designar coisas que nem sempre são coincidentes.

A este propósito, acentuando a dificuldade nesta delimitação, assinala-se a existência de novas “mobilidades permanentes, contínuas, entre várias residências, todas igualmente principais ou secundárias” (Cavaco, 2009: 64). Mesmo admitindo que esta realidade escapa à larga maioria da população, verificam-se casos, nomeadamente entre aqueles que estão já no gozo das suas reformas, de uma marcada alternância entre residências, diluindo o seu carácter principal e secundário. A mesma autora diferencia ainda residências de férias e residências secundárias, distinguindo, respectivamente, as estadias episódicas, por um lado, daquelas que, por outro, são periódicas, repetidas, numa segunda residência que é ocupada de forma alternativa, mas igualmente habitual.



Acompanhando fundamentalmente a definição seguida nos Censos, num estudo que incide sobre as áreas de baixa densidade populacional do Algarve, Sampaio (2009) considera como residência secundária o alojamento que, sendo utilizado, não é ocupado por ninguém de forma permanente. Numa abordagem mais dependente das motivações, o estudo de Carvalho (2006: 5) define residência secundária como “uma alternativa de residência (fixa) de uma família, cujo domicílio principal está situado em outro lugar e que é usada essencialmente por membros dessa família para fins recreativos ou de lazer”.

Neste trabalho, em que se procura essencialmente compreender os efeitos locais que resultam das estadias, a abordagem centra-se claramente no ponto de vista de quem utiliza estas habitações. Nesta perspectiva, são considerados utilizadores de residências secundárias aqueles que utilizam alojamentos de forma periódica, independentemente dos seus ritmos ou motivações, que podem mesmo ser diversos entre os frequentadores de uma mesma casa. Interessa, aliás, avaliar como se relacionam estes (e outros) factores com a contribuição destes utilizadores para as dinâmicas locais. Da mesma forma, sendo a avaliação centrada em quem usa os alojamentos, o critério que, nos Censos, exclui as habitações que são residência principal de outros, não é aqui seguido.

### ***O critério da proximidade***

A aquisição de residências secundárias segue, em muitos casos, uma lógica de proximidade relativamente à residência principal. Assim sucede em muitas áreas rurais à volta das principais cidades do litoral, em que a presença de segundas habitações está associada a uma utilização frequente, facilitada pela acessibilidade. São muitas vezes zonas que permitem desenvolver actividades de recreio (balneares, nomeadamente), mas também locais mais isolados que proporcionam momentos de descanso e fuga frequente ao quotidiano da cidade e do trabalho.

Na zona da Grande Lisboa constata-se justamente este fenómeno, com a forte presença de residências secundárias, em grande parte seguindo as áreas balneares: os dados dos Censos de 2001, registam que 27,4% de todos os alojamentos de uso sazonal ou secundário do Continente se concentram na região de Lisboa e Vale do Tejo (Cavaco, 2003 e 2005). Num outro exemplo, relativamente à Serra da Lousã, vários estudos (Dinis e Malta, 2003; Carvalho, 2006) indicam que os proprietários de residências secundárias são maioritariamente oriundos de concelhos vizinhos, nomeadamente de Coimbra ou da Lousã.

Apesar da proximidade ser ainda um factor importante na aquisição das residências secundárias, a distância não constitui uma barreira tão forte como no passado, dada a já referida evolução nas mobilidades. Atenuam-se, assim, as limitações de tempo nas deslocações sazonais para locais mais distantes, o que vem permitindo a diversificação dos locais escolhidos para as segundas habitações. Sublinha-se, no entanto, que a distância não é irrelevante para compreender a frequência e duração das estadias.

### ***A procura de valências específicas***

Além dos factores gerais que justificam esta dispersão das residências secundárias pelo Continente português, a decisão sobre o local para a sua aquisição tem muitas vezes como base procuras específicas.

Assim, muitos encontram sossego e isolamento em zonas de grande erosão populacional e mesmo de abandono, de que é exemplo o movimento de aquisição de “montes alentejanos”. Outros procuram locais onde podem desenvolver práticas desportivas e lúdicas durante as suas estadias, como a caça ou os desportos radicais. Outros ainda revêem-se nos valores históricos, culturais ou patrimoniais, adquirindo (e, muitas vezes, reconstruindo) casas típicas em aldeias consideradas rústicas ou históricas, num movimento que em muitos casos contribui, sem apoios públicos, para a preservação do património arquitectónico (Carvalho, 2006).

No entanto, entre estas procuras, domina ainda a atractividade das zonas próximas da costa, onde muitas famílias decidem adquirir alojamentos – que, em alguns casos, além de usados de forma sazonal, são interpretados como fonte de rendimentos complementares (alugueres por curtos períodos) ou ainda como parte de uma estratégia de investimento através da valorização dos imóveis (Cavaco, 2003). Esta busca por uma casa perto do mar percorre um pouco todo o litoral, com particular incidência no Algarve. Regista-se ainda a existência de alguns núcleos balneares, como São Pedro de Moel ou a praia da Vieira (Cavaco, 2005), em que a população que reside de forma permanente é muito reduzida e as residências secundárias são largamente maioritárias.

Entre estes utilizadores, será certamente possível encontrar inúmeras diferenças, não só quanto às suas motivações, mas também, por exemplo, no que diz respeito aos fluxos de utilização das residências. No entanto, une-os o facto de se relacionarem de uma forma marcadamente hedonística com os locais que elegem para as suas estadias. Nas situações

que se descrevem a seguir, embora esta seja uma dimensão decisiva, há outros factores a considerar.

### ***As raízes provincianas e a relação com o local***

Uma parte importante das residências secundárias “tem filiação no intenso êxodo rural posterior a 1950” (Cavaco, 2005: 394). Esta fuga das difíceis condições de vida sentidas no rural português, na procura de trabalho onde ele havia, teve essencialmente dois tipos de destino: para o estrangeiro, nomeadamente para os países do Norte da Europa, que viviam um período de expansão económica, passados que estavam os difíceis anos de reconstrução que se seguiram à Grande Guerra (Hespanha, 1994); mas também para as cidades do litoral, onde se sentia o crescimento da economia portuguesa e o maior dinamismo do sector industrial, que garantia novos empregos. Uns e outros, ao partirem, deixaram para trás as suas raízes, a aldeia onde nasceram e cresceram, que, apesar das adversidades que os levaram a partir quando tiveram oportunidade, se mantiveram, para muitos, uma referência.

Muitos destes migrantes e seus descendentes são hoje protagonistas de regressos às suas origens. Assim, se alguns optam, em especial no momento da reforma, por (re)estabelecer a sua residência principal na aldeia onde nasceram, muitos são aqueles que aí utilizam residências secundárias. No entanto, o destino da migração não é indiferente para interpretar os ritmos, épocas e até as motivações e as características destas utilizações.

Os emigrantes concentram quase sempre as suas estadias numa única época do ano, correspondente às suas férias, geralmente no Verão. É um momento importante para reactivar relações na origem e até ostentar o sucesso decorrente da sua partida, mas também aproveitado, em muitos casos, para preparar o regresso. De facto, como relatam Portela e Nobre (2002) num estudo sobre o retorno numa aldeia de Trás-os-Montes, muitos emigrantes, que deram continuidade no estrangeiro à imposição de “trabalhar muito e poupar muito” que se sentia no rural português, aplicam prioritariamente essas poupanças em habitação: “compra de terreno e a construção de casa própria, ou a aquisição de casa, ou mesmo a recuperação de habitação antiga”, onde de forma progressiva se vai preparando o regresso definitivo, muitas vezes no momento da reforma – a grande importância da autoconstrução transforma as férias numa ocasião para efectivar o sonho de “ter uma casinha em condições”, mas “saída do corpo”.

Neste trabalho, no entanto, a avaliação dirige-se sobretudo àqueles que migraram para as cidades mais dinâmicas do litoral e que hoje regressam periodicamente à aldeia onde nasceram, acompanhados pelas gerações descendentes que progressivamente vão até autonomizando as suas utilizações. Esta situação é bem distinta da anterior, não só no que diz respeito aos ritmos que pautam as suas passagens pela aldeia e às motivações que as justificam, mas também na relação que mantêm com o local e as actividades que aí desenvolvem. Muitas vezes estas estadias fazem-se na casa onde passaram a sua infância, quase sempre já recuperadas ou reconstruídas – adaptadas, portanto, a um novo padrão de vida e de conforto, conquistado no seu êxodo e bem diferente do contexto de dificuldades que impôs a sua saída.

A utilização destes alojamentos segue, portanto, uma lógica essencialmente familiar e remetem para uma ligação com o local que determina algumas particularidades. Um conjunto de interesses presentes no local podem determinar deslocações que não são claramente identificáveis com actividades turísticas, nomeadamente as visitas e apoio a familiares ou as obrigações decorrentes da existência de propriedades (agrícolas e florestais, nomeadamente). Aqui parte-se, no entanto, da hipótese de que estas dimensões, embora ainda presentes, vêm perdendo peso e sendo substituídas por outro tipo de lógicas associadas às estadias, agora mais relacionadas com o lazer e a valorização destes espaços como locais de férias ou como destino de descanso ou recreio ocasional. Para as novas gerações de utilizadores, com uma relação mais ténue com o local, podem mesmo sobrepor-se outros interesses: “mais racionais do que emotivos nos seus investimentos, abandonam frequentemente as velhas heranças e constroem ou adquirem residências secundárias em espaços urbanos e acessíveis” (Cavaco, 2005: 395).

Apesar destas ressalvas, persiste o factor essencial que distingue estes utilizadores, ou seja, a ligação especial que os vincula ao local e que potencia muitas vezes o desenvolvimento de actividades distintas de outros tipos de utilizadores de residências secundárias descritos anteriormente. Esta dimensão particular, que remete para um compromisso com a vida da aldeia que os viu nascer (ou onde têm as suas raízes), pode evidenciar-se em práticas turísticas diferenciadas, na valorização do contacto com os residentes e outros utilizadores de residências secundárias ou ainda numa participação mais frequente no associativismo local.

Para concluir, distinguem-se aqui os *alojamentos familiares de uso secundário* no conjunto das habitações delimitadas como residências secundárias, utilizadas com base nesta relação anterior com o local por estes “filhos da terra” e respectivo agregado familiar. Esta

designação tem, portanto, um sentido mais estrito do que aquela que é seguida nos critérios utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística para os últimos recenseamentos da população, que pode ser interpretada como uma maior aproximação à totalidade das residências secundárias. É naquela relevante fracção dos alojamentos e nas suas particularidades que se centram as preocupações deste estudo.

## 4. OBJECTO E METODOLOGIA

Tendo em conta as reflexões e referências dos capítulos anteriores, importa delimitar o objecto de estudo deste trabalho, bem como o modelo de análise seguido e a metodologia desenvolvida, que suportam as avaliações e conclusões que se apresentam mais à frente.

### 4.1. Objecto de estudo e modelo de análise

O objectivo central deste trabalho é avaliar o papel dos utilizadores de residências secundárias na emergência ou consolidação de dinâmicas económicas e sociais no *rural de baixa densidade*. Tendo presente as várias situações que enquadram este fenómeno, já descritas no capítulo anterior, neste estudo destaca-se a utilização de residências secundárias que resulta de uma relação anterior dos utilizadores com o local: mais concretamente, por aqueles que migraram para outras zonas no interior do país, geralmente para as grandes cidades do litoral.

O modelo de análise que enquadra a investigação assume que estes utilizadores desenvolvem um conjunto de práticas durante as suas estadias que os distingue de outras situações. Assim, parte-se da hipótese de que a sua relação particular com o local conduz estes utilizadores a actividades relevantes, que, ultrapassando as dimensões mais estritamente turísticas, não deixam de justificar a sua análise, nomeadamente pela importância na afirmação das dinâmicas que se pretendem avaliar.

Em primeiro lugar, assume-se que ligação destas pessoas ao território pode motivar uma importante participação no associativismo local, renovada, com maior ou menor compromisso, durante as estadias. Da mesma forma, em muitas zonas, a realização dos principais eventos sociais está muito dependente da participação deste contingente de “filhos da terra”, agora visitantes sazonais, que muitas vezes participam até na sua organização.

Por outro lado, a presença, em alguns casos, de familiares no local, geralmente idosos, pode implicar visitas mais relacionadas com cuidados ou obrigações e menos com recreio ou ócio. No mesmo sentido, a posse de áreas fundiárias (agrícolas ou florestais), quando ainda aproveitadas para fins produtivos, pode implicar a deslocação ao local e a

correspondente utilização das residências. Aqui propõe-se, no entanto, que estas dimensões, embora ainda presentes, vêm perdendo a sua importância e sendo substituídas por outro tipo de lógicas associadas às estadias, agora mais relacionadas com o lazer e a valorização destes espaços como locais de férias ou como destino ocasional em momentos de descanso e lazer.

No fundo, estes utilizadores são portadores de referências antigas combinadas com uma sintonia relativamente às tendências mais recentes. A sua relação especial com o local – afectiva, mas também prática – implica um compromisso com o território que determina a existência de dimensões não turísticas associadas às suas visitas. No entanto, prevalecem actualmente as motivações hedonísticas, com características enquadráveis no movimento geral que justifica um crescente interesse pelos espaços rurais enquanto espaços de turismo.

O modelo de análise aqui seguido sublinha a contribuição destes utilizadores para a afirmação de dinâmicas económicas e sociais locais, impulsionada por um contexto geral de aumento da mobilidade de e para (também entre) os territórios rurais, que se traduz por uma intensificação da frequência de utilização. Propõe-se a existência, nas motivações e nas práticas desenvolvidas durante as estadias, da combinação entre factores antigos e mais recentes, estando presentes vários elementos de compromisso no/com o território, por um lado, e a busca do rural para os momentos de lazer e descanso, por outro. Assim, para aferir o impacto da presença destes utilizadores no local, são avaliadas dimensões relacionadas com o consumo (no comércio local, na restauração), com o impulso à actividade económica (aproveitamento produtivo de áreas fundiárias ou recurso ao mercado local da construção civil) e ainda com a participação no associativismo local.

É ainda testada uma outra hipótese, que remete para a importância da ligação destes utilizadores ao local. Assim, independentemente da evolução nas práticas e motivações para as estadias, defende-se que a escolha do local depende ainda, em grande medida, dessa relação anterior com o território. Deste modo, importa avaliar como a progressiva desvinculação das gerações mais novas de utilizadores relativamente ao local influencia este fluxo e a perspectiva da sua continuidade.

## 4.2. Metodologia

A dimensão e a complexidade do fenómeno da utilização das residências secundárias não permitiram que ele fosse avaliado em todo o seu âmbito territorial. Para se alcançar a profundidade que se pretende nas reflexões e conclusões, optou-se por um estudo de caso centrado numa única aldeia, enquadrada no *rural de baixa densidade*, conforme delimitado no objectivo do trabalho. Para o efeito, seleccionou-se Medelim, uma aldeia cujo território corresponde a uma freguesia com o mesmo nome, situada no concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco.

A avaliação das variáveis decorrentes do modelo de análise proposto, com o qual possam ser, posteriormente, confrontadas, foi garantida através da elaboração de um questionário, aplicado directamente pelo autor do estudo no local. A opção pelo inquérito por questionário como instrumento de observação privilegiado neste trabalho, resulta da convicção de este ser aquele que mais se adequa a uma “análise de um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão” (Campenhoudt e Quivy, 2003), como se considerou ser o caso.

### ***A estrutura do questionário***

Em primeiro lugar, importa esclarecer que o questionário e a sua estrutura foram pensados para se dirigirem a um inquirido que representa a casa. A residência é, portanto, a unidade básica de análise – cada um dos inquéritos remete, assim, para uma única casa e para a sua utilização. O inquirido, denominado por “utilizador principal”, foi seleccionado, em cada casa, sempre que possível, através de um critério que garantisse que se trata daquele que tem um papel de destaque na gestão da casa e nos fluxos das suas utilizações.

As 25 perguntas incluídas no questionário (ver Anexo) foram distribuídas por 4 grupos: dados pessoais do inquirido e dos restantes utilizadores da casa; informações relativas à casa; informações sobre a utilização da casa; e ainda a forma como os inquiridos se relacionam com o local, nomeadamente as actividades que aí desenvolvem durante as suas estadias.

O primeiro grupo serve sobretudo para reter os dados básicos sobre os utilizadores, de modo a poderem ser cruzados com a informação obtida nas outras secções do questionário. Esta é uma preocupação essencial para dar significado às conclusões, tanto mais que o



conjunto dos indivíduos inquiridos não resultou de uma selecção com vista a homogeneizá-lo, como se explica mais à frente.

A informação em torno da casa recai essencialmente sobre questões relacionadas com a propriedade e nas eventuais intervenções levadas a cabo no sentido de melhorar a habitabilidade ou alterar a estrutura das residências. Este último ponto é, aliás, muito importante para as hipóteses formuladas, uma vez que visa confirmar o impacto que estes utilizadores têm na dinamização do sector local da construção civil e do mercado dos materiais que lhe está associado.

Na “utilização da casa”, são avaliadas as épocas em que os utilizadores desenvolvem as suas estadias na aldeia, não só no que respeita à realidade actual, mas também a um momento passado – que depende da idade do inquirido, mas também de outro tipo de condicionantes, como o momento de aquisição da casa, por exemplo –, com a preocupação de identificar a evolução da utilização destes alojamentos (intensificação, diminuição ou manutenção) e os motivos apontados para ela. São ainda recolhidas as razões principais para a utilização da casa, consideradas importantes para interpretar os ritmos e as escolhas das épocas das estadias, com implicações nas actividades desenvolvidas pelos inquiridos.

A “relação com o local” é captada na última secção de perguntas e remete justamente para as actividades em que estes utilizadores se envolvem nas suas passagens pelo local. Aqui é avaliada a hipótese desta realidade contribuir para a afirmação de dinâmicas locais, através da participação associativa, das actividades produtivas relacionadas com a posse de propriedades fundiárias e ainda por intermédio dos hábitos de consumo destes utilizadores.

### ***Dados elementares sobre a aplicação do questionário***

O questionário foi executado, no local, directamente pelo próprio autor deste estudo, durante os meses de Agosto e Setembro de 2006. Ou seja, as pessoas foram inquiridas num momento em que utilizavam as residências – aliás, na maioria das situações, o inquérito foi realizado nas casas utilizadas durante as estadias na aldeia. Foram realizados 50 inquéritos, número considerado suficiente para um universo total de 205 residências secundárias apuradas nos Censos de 2001 em Medelim.

### ***A “escolha” dos inquiridos e a aplicação do questionário***

Para além da determinação do número de pessoas a inquirir (os já referidos 50 utilizadores

principais), decisão anterior à execução dos questionários, pouco mais foi possível “controlar” relativamente a este conjunto, pelas condicionantes próprias deste trabalho. De facto, o estabelecimento dos contactos necessários ao prosseguimento dos inquéritos foi assegurado, sobretudo, através da mediação (e das garantias de credibilidade, até) do então Presidente da Junta de Freguesia. Ou seja, a composição da “amostra” acaba por reflectir, em grande medida, a rede social de contacto deste informador (que, apesar de tudo, por razões óbvias, tem um conhecimento profundo da totalidade da população); embora menos significativo, deve registar-se também o contributo de muitos inquiridos, que facilitaram o contacto com novas pessoas para este efeito.

### ***Outras fontes de informação locais***

A recolha de informação no local baseou-se principalmente na aplicação do questionário. No entanto, foram importantes também as conversas informais com habitantes locais (sazonais ou não) e, em especial, o contacto com um informador privilegiado, o Presidente da Junta de Freguesia no momento da execução do questionário. Algumas realidades locais, não apreensíveis através das estatísticas, foram deste modo abordadas, muitas vezes informalmente, constituindo pistas úteis para complementar os resultados do trabalho de campo.

Assim, além das conversas informais, resultado do contacto com os inquiridos e com a população em geral, realizou-se ainda, no período da recolha de informação através do questionário, uma entrevista com o Presidente da Junta de Freguesia. Nela se procurou reter um ponto de vista simultaneamente institucional e prático da vida na aldeia e na região, bem como conhecer os desafios, as prioridades e as dificuldades interpretadas pelo poder autárquico e ainda abordar algumas questões de difícil percepção pela leitura dos resultados do questionário. Mais recentemente, em Agosto de 2010, tendo em conta o tempo já decorrido desde a recolha da informação, foi contactado o novo Presidente da Junta de Freguesia (uma mudança que resultou do acto eleitoral entretanto realizado), no sentido de tomar contacto com eventuais mudanças ou novos dados relevantes para este estudo (sobre a população, os equipamentos, etc.).

### ***A escolha de Medelim***

Apenas duas notas muito breves chegam para justificar, no essencial, a escolha de Medelim para acolher este estudo. Em primeiro lugar, regista-se que este é um território claramente enquadrável no *rural de baixa densidade* – condição indispensável, uma vez que é este o

contexto que se pretende avaliar. Medelim, como a quase totalidade do concelho, assistiu a uma redução da presença da agricultura e tem acentuadas características de depressão económica e social, como o envelhecimento e a perda de população, associados a uma muito baixa densidade populacional.

Por outro lado, Medelim, acompanhando os dados sobre a totalidade do concelho, regista uma enorme presença de residências secundárias. Ou seja, este é um território onde se espera uma maior facilidade na averiguação do impacte desta realidade na economia e na sociedade locais. Ainda muito importante é o facto de esta ser uma zona em que estas residências equivalem sobretudo aos *alojamentos familiares de uso secundário*, conforme discutido no capítulo anterior, sendo, portanto, correspondente à situação que se avalia neste trabalho. No capítulo seguinte, abordam-se com mais pormenor as características do local, da sua população e equipamentos.

## 5. MEDELIM: CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

### 5.1. Introdução

#### ***Medelim: a “aldeia dos balcões”, num concelho conhecido pelo património***

Medelim é uma aldeia administrativamente enquadrada numa freguesia com o mesmo nome, situada no extremo Norte do concelho de Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco. Mais precisamente, encontra-se a 18 Km da sede de concelho e a 42 Km da sede de distrito. A freguesia tem uma área de cerca de 30 Km<sup>2</sup> e a aldeia coincide integralmente com a sua zona povoada.

A sua localização torna-a incontornável na rota seguida por turistas, que buscam frequentemente outros destinos no concelho. No entanto, a sua proximidade às aldeias de Idanha-a-Velha, Monsanto ou Penha Garcia, muito conhecidas e procuradas pelo seu património histórico e arquitectónico, não tem grande tradução em visitas ou estadias por parte desses viajantes.

Ainda assim, Medelim reivindica-se da designação de “aldeia dos balcões”, devido à existência destas estruturas em granito num grande número das casas da aldeia, que adaptava as habitações às necessidades decorrentes da produção agrícola e, em particular, da criação de gado. Este é um registo arquitectónico que traduz um estilo de vida que já não existe há várias décadas: hoje os balcões perderam a sua anterior função, mas ajudam a recordar esse passado. Aliás, como se pode perceber pelos esforços de preservação e divulgação desenvolvidos pelo poder local nos últimos anos, os balcões podem também ser importantes para a memória colectiva e para a atractividade do local, aproveitando a presença frequente de turistas na região.

### 5.2. A população

#### ***Uma região envelhecida e em acentuado declínio demográfico***

Alguns dados demográficos referentes ao concelho de Idanha-a-Nova são bastante esclarecedores: segundo os Censos de 2001, no contexto do Continente Português, ocupa

o terceiro lugar no Índice de Envelhecimento<sup>1</sup> – 453,01 (média do Continente: 102,23) – e é o quarto concelho mais desertificado – 8,25 habitantes por Km<sup>2</sup> (média do Continente: 112,2 hab/km<sup>2</sup>). Outro tipo de informação, como, por exemplo, o facto de este ser o concelho com a maior Taxa de Analfabetismo<sup>2</sup> de todo o Continente – 32% (média do Continente: 9%) – sublinha as dificuldades deste contexto social.

No entanto, Idanha-a-Nova apresenta o décimo índice mais elevado de habitação sazonal, com cerca de 46% (Continente: 18,3%). Apesar de não haver dados estatísticos que o possam confirmar, parece seguro afirmar (pela observação e pelos depoimentos obtidos no local) que estes números correspondem sobretudo a *alojamentos familiares de uso secundário* – os “filhos da terra”, no momento da sua partida na procura de outras oportunidades, deixaram para trás as suas casas, que agora utilizam sazonalmente.

Analisando as Séries Cronológicas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), verifica-se, entre 1981 e 2002, um decréscimo da população residente no concelho a um ritmo praticamente constante: 16010 residentes em 1981 e 11253 em 2002, perdendo neste período cerca de 30% da sua população a uma média de 224 residentes por ano. Estimativas da população residente para 2009, também da responsabilidade do INE, apontam para uma continuidade desta realidade – 11659 residentes apurados no Censos de 2001, mas apenas 9952 estimados para 2009.

Este cenário de depressão populacional é inverso ao registado até à década de 60 do século passado. De facto, desde que existem dados estatísticos disponíveis (1864) a população cresceu quase sempre (exceptuando o registo de 1920) até àquele período. Estes crescimentos são até espectaculares, tendo a população duplicado em menos de um século (1864-1940). Na situação actual, os valores são inferiores aos registados na segunda metade do século XIX., o que representa uma divergência brutal com a realidade nacional nesta matéria – a população residente no país, desde, por exemplo, a referida década de 60, aumentou cerca de 15%.

Esta perda populacional é acompanhada por uma composição etária bastante desfavorável. Em 2001, apenas 9% da população era composta por indivíduos até aos 14 anos e 9,5% entre os 15 e os 24, enquanto cerca de 40% tinha 65 ou mais anos; uma realidade que se agravou relativamente à década anterior.

---

<sup>1</sup> Índice de Envelhecimento = (População com 65 anos e mais / População com 15 anos e menos) × 100

<sup>2</sup> Taxa de Analfabetismo (%) = (População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / População com 10 ou mais anos) × 100

Os dados relativos ao emprego e à actividade económica revelam também debilidades importantes. Em 2001, a população activa constituía apenas cerca de 32% da população total – praticamente metade da qual estava ocupada na área dos serviços e cerca de 31% ligada ao sector primário. De facto, os serviços parecem ter tomado o anterior lugar de destaque das actividades primárias na economia local: a percentagem da população que trabalha no sector secundário manteve-se, nas últimas décadas, praticamente estabilizada, mas regista-se um espectacular aumento da percentagem daqueles que trabalham nos serviços (25% em 1981 e 37% em 1991) e uma grande redução da população ocupada no sector primário (56% em 1981 e 42% em 1991). Regista-se ainda uma Taxa de Desemprego<sup>3</sup> superior à média nacional de então (9%) e superior às décadas anteriores (5% em 1991 e 8% em 1981).

### ***A aldeia no contexto do concelho***

Medelim acompanha no essencial a realidade que já se descreveu para o total do concelho, apesar de existirem algumas particularidades que merecem anotação. O Quadro 5.1. reúne alguns dados relevantes (demográficos e sobre a habitação), relativos ao concelho e à aldeia.

Os 342 residentes que, segundo os Censos de 2001, moravam na freguesia, resultam numa densidade populacional superior à do concelho, apesar de ser ainda muito baixa (11,22 habitantes/Km<sup>2</sup>); de facto, mesmo apresentando valores bastante modestos, Medelim ocupa o quinto lugar no que toca a este critério relativamente às restantes freguesias do município.

A acentuada perda de população entre 1991 e 2001 (25%) foi, no entanto, superior à do concelho (16%). O cenário é idêntico quando se comparam os valores actuais com os dados relativos à época em que teve início este declínio: Medelim perdeu 62% dos residentes relativamente a 1960 (e, em 2001, tinha apenas metade da população residente em 1970).

São também sentidas na aldeia as dificuldades decorrentes do envelhecimento da população: em 2001, 48% dos indivíduos tinham 65 anos ou mais, enquanto que apenas 8% tinham uma idade igual ou inferior a 14 anos (e apenas 18% tinham uma idade igual ou inferior a 25 anos).

Um outro dado bastante relevante é o facto de em Medelim as residências secundárias terem uma importância ainda maior, quando comparadas com o total do município: 56% dos

---

<sup>3</sup> Taxa de Desemprego (%) = (População desempregada (sentido lato) / População activa) × 100

alojamentos familiares são utilizados sazonalmente, um dos índices mais altos do concelho. Por outro lado, são muito poucos os alojamentos que se encontram vagos (menos de 1%) e mantém-se exactamente o mesmo número de alojamentos que se registavam em 1991.

**QUADRO 5.1.** DADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO E AOS ALOJAMENTOS, EM MEDELIM E NO CONCELHO, EM 2001

	Concelho	Medelim
População Residente	11659	342
Densidade Populacional (hab/Km <sup>2</sup> )	8,25	11,22
Nº de alojamentos familiares	11402	365
Ocupados	10365	362
residência principal	5064	157
uso sazonal ou secundário	5301	205
Vagos	1037	3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

### 5.3. A aldeia: actividades e estruturas

Para um olhar sobre a vida na aldeia inclui-se a inventariação das unidades de comércio e das instituições presentes e os serviços prestados ou as actividades que realizam, bem como dos equipamentos disponíveis e a sua relação com a população. Não se incluem aqui todos os serviços estritamente prestados pelo poder autárquico (Junta de Freguesia ou Câmara Municipal), apesar de, em muitos casos, as situações que se descrevem também dependerem dele de alguma maneira (do ponto de vista financeiro, nomeadamente). Pretende-se ainda avaliar a evolução desta realidade, pelo que se compara a situação entre o momento da realização do inquérito (em 2006) e 20 anos antes (um momento de referência no passado também nas perguntas aos inquiridos), acrescentando-se também os dados mais recentes (recolhidos em 2010). Os Quadros 5.2. e 5.3. sintetizam esta informação.

#### ***Os equipamentos e os serviços públicos***

Medelim há muito conta com a presença de vários equipamentos e serviços públicos relevantes para a sua população, apesar de se terem verificado, durante o decorrer do século XX, alguns encerramentos e funcionamentos intermitentes (Ramos, 2009): na década de 20 do século passado foi pela primeira vez instalado um posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) e, no final do século XIX, existia já uma estação dos correios; a rede de telefones foi montada em 1950 e luz eléctrica chegou em 1960; no entanto, o fornecimento de água canalizada a partir da rede pública apenas foi concretizado na década de 80 do século passado.

No momento em que foi realizado o inquérito, o Estado Central estava presente em Medelim fundamentalmente através da prestação de dois serviços públicos básicos: uma “Escola Primária”, que disponibilizava a escolarização no 1º Ciclo do Ensino Básico (também a crianças de outras freguesias); e uma Extensão do Centro de Saúde, que garante a prestação de cuidados médicos de proximidade (embora apenas em alguns dias da semana). Ambas as estruturas estavam já disponíveis no passado, no entanto, a escola encerrou em 2007, tendo sido agregada a uma outra na freguesia vizinha de Monsanto. Da mesma forma, o posto da GNR foi definitivamente encerrado em 1995.

Em 2006, a estação dos correios, apesar de ainda estar em actividade, tinha desde há já alguns anos um horário reduzido. Para a sua manutenção, a Junta de Freguesia disponibiliza um dos seus dois funcionários permanentes para assegurar o seu funcionamento. Mais recentemente, a autarquia disponibiliza as próprias novas instalações – resultado da renovação do antigo posto da GNR –, para acolher a estação dos correios, bem como, num pequeno ginásio no mesmo edifício, faculta um espaço para o exercício físico.

A presença de um Centro de Dia (da responsabilidade da Misericórdia e com o apoio da Junta de Freguesia), que já existia no passado, assegura a assistência a idosos e presta serviços ao domicílio (apoando, actualmente, 25 pessoas no total). Já durante o ano de 2010, foi concluída a obra que em breve ampliará as suas valências, com a entrada em funcionamento de um Lar com dormidas – as 19 camas disponíveis têm já todas ocupação garantida com as pré-inscrições, que ultrapassaram largamente a capacidade desta nova estrutura. O Centro de Dia e o Lar, em conjunto, empregam 13 pessoas (11 na prestação de cuidados, 1 técnico em Serviço Social e 1 enfermeiro), colaborando ainda um médico em regime de voluntariado.

A Casa da Cultura, o único equipamento cultural permanente da aldeia, abriu portas há alguns anos. Nela funciona um museu, que procura apresentar a história, o património e as actividades das gentes de Medelim. Esta estrutura, organizada pela Câmara Municipal, não tem, no entanto, uma presença consolidada na aldeia – a ausência de um horário definido (funciona esporadicamente, geralmente aos fins-de-semana, mas sempre de forma irregular) é criticada pela população e também pelos responsáveis autárquicos locais.

A iniciativa privada tem também um papel importante na disponibilização de serviços à população, apesar de alguns equipamentos terem encerrado: a bomba de gasolina, embora com um funcionamento irregular, esteve presente nas últimas décadas, mas fechou portas



recentemente; 3 lagares, que empregavam à volta de outras tantas dezenas de pessoas, deixaram de funcionar há já alguns anos. Em sentido contrário, regista-se a abertura há alguns anos de uma pequena farmácia na freguesia, que emprega de forma permanente uma pessoa.

**QUADRO 5.2.** EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PRESENTES EM MEDELIM (EM 1986, 2006 E 2010)

	1986	2006	2010
Escola 1º ciclo	sim	sim	não
Centro de Dia / Lar	Centro de Dia	Centro de Dia	Centro de Dia e Lar
Extensão de Centro de Saúde	sim	sim	sim
Farmácia	não	sim	sim
Correios	sim	sim (com horário reduzido e funcionário da JF)	sim (com horário reduzido e funcionário da JF)
Posto GNR	sim	não	não
Casa da Cultura	não	sim	sim
Bombas de gasolina	sim	sim	não
Lagares	3	nenhum	nenhum

Merece ainda referência o “Externato”, apesar do seu encerramento ter ocorrido em 1980. Esta unidade, de iniciativa privada, chegou a ser uma das raras instituições em todo o concelho onde se leccionava até ao (antigo) 7º ano – alguns inquiridos, à margem do conteúdo do questionário, falaram com orgulho dos “doutores” que a terra ajudou a formar.

### ***O comércio***

A presença de cafés, sempre perto das vias rodoviárias que dão acesso a outras paragens, foram uma realidade nas últimas décadas. Tanto no momento da realização do inquérito como duas décadas antes, existiam dois estabelecimentos comerciais deste tipo, embora já não fossem os mesmos. Um destes cafés, no entanto, encerrou já depois do momento da realização do inquérito. Existia ainda, no passado, um restaurante que, apesar de escolher o mesmo tipo de localização, não resistiu à falta de negócio. Além disso, a Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Medelim (ACRDM) abriu recentemente um espaço de convívio que inclui as valências próprias de um café.

Em 2006, existiam também 3 pequenas mercearias (as mesmas que 20 anos antes), tendo uma delas entretanto encerrado. Um destes estabelecimentos, que se mantém em actividade, funciona também como padaria e comercializa ainda produtos regionais. Mais recentemente, abriu o “Forno Comunitário”, que, embora seja explorado comercialmente, possibilita, em momentos definidos, a sua utilização pela comunidade (também por parte dos que utilizam as residências de forma sazonal).

**QUADRO 5.3.** UNIDADES DE COMÉRCIO PRESENTES EM MEDELIM (EM 1986, 2006 E 2010)

	1986	2006	2010
Restaurantes	1	nenhum	nenhum
Cafés	2	2 (+ ACRDM)	1 (+ ACRDM)
Mercearias / minimercados	3	3	2
Padarias	1	2 (uma delas corresponde a um dos minimercados)	2 (uma delas corresponde a um dos minimercados)

Importa referir que existem ainda outras iniciativas de vertente comercial em Medelim, nomeadamente duas oficinas de reparação automóvel e um cabeleireiro – unidades que, dadas as suas características, não são de recurso frequente para os utilizadores de residências secundárias, pelo que pouco sentem os efeitos da passagem deste contingente pela aldeia.

### ***O associativismo***

A actividade associativa conheceu nas últimas décadas um desenvolvimento importante, desde logo porque se constatou que, de forma geral, o número de associados vem crescendo consideravelmente. O movimento associativo na aldeia alargou-se em 2002, com a fundação d’“O Arcaz de Medelim” – baseada em trabalho voluntário, desenvolvido por mulheres –, centrada na produção e venda de artesanato e outros artigos tradicionais, angariando fundos que revertem para a comunidade e contribuindo ainda para a divulgação da aldeia.

A ACRDM é, de longe, a que representa um maior número de associados (mais de 600) e disponibiliza aos seus sócios um conjunto de serviços recreativos e lúdicos, acesso à *internet* e a uma estrutura para a prática desportiva (campo “polidesportivo”). A Misericórdia envolve também muitas pessoas (250), algumas delas fazendo trabalho de voluntariado no Centro de Dia. A Associação de Caçadores junta 80 associados, não só residentes na freguesia como também visitantes regulares.

É ainda importante referir um outro tipo de experiência colectiva na aldeia: as “Festas”, realizadas anualmente, no Verão, são organizadas, de forma rotativa e voluntária, por uma “Comissão das Festas” que envolve cerca de uma dezena de pessoas. Este evento é, sem dúvida, aquele que mais gente atrai à aldeia, nomeadamente os utilizadores de residências secundárias. Apesar da sua importância, a realização das “Festas” teve uma interrupção em 2009, devido à falta de pessoas disponíveis para formar a referida comissão.

## 6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A construção e posterior aplicação do questionário constituíram, no âmbito deste trabalho, uma fonte de informação fundamental. Importa, pois, proceder à análise dos resultados obtidos. Neste capítulo, procura-se responder a esse objectivo, buscando as clarificações em torno das variáveis que são preocupação para a confrontação com o modelo de análise.

### 6.1. Os utilizadores principais

Trata-se aqui de reter dados relativos aos inquiridos, que correspondem aos utilizadores principais, ou seja, como já se explicou anteriormente, aqueles que têm um papel de destaque na gestão da casa e na forma como é utilizada.

#### ***As origens dos inquiridos: “filhos da terra”, por nascimento ou “afinidade”***

Todos os inquiridos têm origens no local. A grande maioria nasceu em Medelim ou noutra localidade da região: 86% nasceram no concelho, 80% dos quais na própria aldeia. Entre os restantes, o nascimento ocorre na cidade que foi o destino dos pais (e, num caso, dos avós) na busca de uma vida diferente; ou, simplesmente, acontece ocasionalmente noutro local e os primeiros anos de vida são, nestes casos, passados na aldeia (tendo eles próprios, mais tarde, a iniciativa de abandonar o local).

O conjunto dos inquiridos é, portanto, totalmente composto por indivíduos com raízes no local, correspondendo assim aos objectivos deste trabalho. Se esta é, sem dúvida, a situação prevalecente no local, foi possível verificar durante a execução do questionário a existência de algumas excepções (que, no entanto, além de recentes, são muito pouco representativas).

Já a situação perante o momento e a geração que promove a saída da aldeia apresenta alguma diversidade. Assim, os inquiridos integram maioritariamente (76%) a geração que partiu, independentemente da diversidade de idades no interior do conjunto. As razões para este facto são, sobretudo, metodológicas, uma vez que a delimitação destes “utilizadores principais”, já explicitada anteriormente, conduz a este tipo de resultado. Ainda assim, 22% declararam ter sido a geração anterior a tomar a decisão da partida, quer estes tenham ou

não participado nela (ou seja, tivessem ou não nascido num momento anterior). Registou-se ainda um caso em que foram os avós a tomar a decisão de procurar outras paragens.

O Quadro 6.1. junta informação no que toca ao momento em que ocorreram as partidas, independentemente da geração que toma a iniciativa. A diversidade de situações é significativa, embora os resultados confirmem a hipótese de que estes utilizadores são essencialmente protagonistas do êxodo rural do século anterior. Constata-se, assim, uma concentração nas décadas de 50 e 60 do século passado, apesar dos anos 40 e 70 serem ainda significativos nesta matéria. A saída mais recente foi em 1985 e a situação em que as raízes familiares há mais tempo deixaram a aldeia teve ainda lugar no século XIX, em 1898.

**QUADRO 6.1.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS (E PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL), SEGUNDO O PERÍODO EM QUE ABANDONARAM A ALDEIA

Período	Número de indivíduos	%
Anterior à década 20	2	4,0
Década 20	3	6,0
Década 30	2	4,0
Década 40	9	18,0
Década 50	15	30,0
Década 60	13	26,0
Década 70	5	10,0
Década 80	1	2,0
TOTAL	50	100,0

### ***A residência principal***

Ao êxodo correspondeu, quase sempre, um percurso em que os inquiridos mudaram várias vezes a sua residência principal. De facto, apenas 12% destes utilizadores declararam mudar de residência apenas uma vez, enquanto que 64% fizeram-no três ou mais vezes. No entanto, estas mudanças apenas muito raramente significaram uma escolha de outro local para viver. Ou seja, a partir do momento da saída da aldeia (de sua própria responsabilidade ou seguindo a decisão de gerações anteriores), verifica-se uma grande estabilidade, durante o percurso de vida, quanto ao local da residência principal.

A esmagadora maioria destes utilizadores (84%) tem a sua residência principal em Lisboa ou na Grande Lisboa. Os restantes dividem-se sobretudo por algumas cidades do litoral – apenas em 2 casos no Grande Porto. Apenas um inquirido declarou morar em Castelo Branco, a sede de distrito. Ou seja, encontrou-se a esperada prevalência de situações relacionadas com o êxodo para as cidades do litoral, neste caso sobretudo para a região de Lisboa. Convém notar ainda que, apesar de nenhum caso estar presente no conjunto

inquirido e de representar uma realidade bastante marginal na aldeia, houve também quem tivesse escolhido o estrangeiro como destino para a sua partida, como se confirmou com várias fontes locais durante a execução do inquérito, nomeadamente o então Presidente da Junta: “*não são muitos, mas... 4 ou 5 casais emigraram*”.

### ***Dados pessoais elementares: a idade e o sexo dos inquiridos***

Os inquiridos têm idades compreendidas entre os 42 e os 88 anos. A sua idade média é de 64,8 anos e mais de metade (52%) tem 65 ou mais anos. Aliás, apenas 4 inquiridos têm menos de 50 anos, o que representa apenas 8% do total. Dividindo as idades em classes, verifica-se que a maioria dos utilizadores principais estão “nos cinquentas”, “nos sessentas” ou até “nos setentas”. Registam-se ainda 8% com 80 anos ou mais (Quadro 6.2.). Quanto ao sexo, da totalidade dos indivíduos que responderam a este questionário, 60% são mulheres, ou seja, 30 inquiridos.

**QUADRO 6.2.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS (E PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL), POR GRUPO ETÁRIO

Grupo Etário	Número de indivíduos	%
< 50	4	8,0
50-59	15	30,0
60-69	13	26,0
70-79	14	28,0
>=80	4	8,0
TOTAL	50	100,0

### ***O nível de instrução e as qualificações***

Quanto ao nível de instrução, praticamente metade (46%) dos utilizadores principais concluíram apenas a (antiga) 4ª classe. Apenas 6% declarou não ter qualquer nível de instrução, apesar de “saber ler e escrever”. Entre os que cumpriram, no mínimo, o “antigo 5º ano” – ou seja, o 9º ano de escolaridade – contam-se 42% dos inquiridos, entre os quais 12% concluíram um curso no ensino superior (nível de bacharelato ou superior).

A determinação do nível de qualificação dos utilizadores foi a forma escolhida para, de alguma maneira, poder estabelecer uma correspondência com o seu estatuto social, considerada uma tarefa importante para uma interpretação dos resultados. Optou-se por uma tipologia dependente da ocupação dos inquiridos, dividindo-se os utilizadores em “Militares”, “Muito Qualificados”, “Medianamente Qualificados”, “Nada Qualificados” e “Estudantes”. Se a primeira e a última designação não deixam margem para equívocos

significativos, já no que toca aos restantes grupos considerados a subjectividade é bastante maior. Daí que se tenha feito corresponder a cada um deles um conjunto de profissões, tipificadas na “Classificação Nacional de Profissões”, publicação da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional, conforme se explicita no Quadro 6.3. Considerou-se, para este efeito, os desempregados ou reformados no nível correspondente à sua antiga ocupação e os domésticos como integrantes dos “Nada Qualificados”.

**QUADRO 6.3.** CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES E A TIPOLOGIA PROPOSTA. NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS E OUTROS UTILIZADORES, SEGUNDO A PROFISSÃO

Qualificação	Classificação Nacional de Profissões	Número de utilizadores principais	Número de outros utilizadores
"Militares"	0. Membros das forças armadas	2	3
"Muito Qualificados"	1. Quadros superiores da A.P., dirigentes e quadros superiores de empresas	2	12
	2. Especialistas das profissões intelectuais e científicas	5	47
"Medianamente Qualificados"	3. Técnicos profissionais de nível intermédio	5	22
	4. Pessoal administrativo e similar	11	38
	5. Pessoal dos serviços e vendedores	4	25
	6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0	0
	7. Operários, artífices e trabalhadores qualificados	4	7
	8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	0	7
"Nada Qualificados"	9. Trabalhadores não qualificados (+ domésticos)	17	32
	Estudantes	0	62
	Outros	0	87
	TOTAL	50	342

Nota: em “Outros”, agregam-se os indivíduos sobre os quais não há informação disponível e ainda os menores de 6 anos (que, portanto, não têm ainda idade para ser classificáveis como estudantes).

Partindo desta tipologia, verifica-se que praticamente metade dos utilizadores principais são “Medianamente Qualificados” e que mais de um terço são “Nada Qualificados”. Os “Muito Qualificados” apresentam ainda uma frequência significativa (Quadro 6.4.).

**QUADRO 6.4.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS (E PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL), SEGUNDO O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO

Nível de Qualificação	Número de indivíduos	%
Militares	2	4,0
Muito Qualificados	7	14,0
Medianamente Qualificados	24	48,0
Nada Qualificados	17	34,0
Estudantes	0	0,0
Outros	0	0,0
TOTAL	50	100,0

O nível de qualificação, assim considerado, apresenta diferenças importantes entre homens e mulheres (Quadro 6.5.). De facto, nos homens, nenhum inquirido se encontra entre os “Nada Qualificados”, enquanto que esse é o estatuto de mais de metade das mulheres (devido, em grande parte, ao facto de se incluírem aqui os domésticos); também no extremo oposto do nível de qualificação, os “Muito Qualificados”, contam-se, percentualmente, mais homens – o dobro, mais precisamente – do que mulheres. Ou seja, há uma marcada diferenciação de género nas qualificações dos inquiridos.

**QUADRO 6.5.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS, SEGUNDO O GÉNERO E O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO.  
PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL DE HOMENS E MULHERES

Nível de Qualificação	Homens	%	Mulheres	%
Militares	2	10,0	0	0,0
Muito Qualificados	4	20,0	3	10,0
Medianamente Qualificados	14	70,0	10	33,3
Nada Qualificados	0	0,0	17	56,7
Estudantes	0	0,0	0	0,0
Outros	0	0,0	0	0,0
TOTAL	20	100,0	30	100,0

Importa ainda acrescentar que, entre os utilizadores principais, praticamente metade (46%) são reformados e que apenas num caso se verificou uma situação de desemprego. Entre os que estão a trabalhar, todos o fazem de forma permanente.

## 6.2. Os outros utilizadores

Neste ponto, a avaliação recai sobre os utilizadores não inquiridos, indicados pelos utilizadores principais no âmbito do questionário. Este é, evidentemente, um conjunto muito mais heterogéneo que o anterior. Daí que se comece por dividir estes indivíduos por gerações (relativas ao utilizador principal), que servirão de base para a avaliação de diversas variáveis.

### ***As gerações que utilizam as casas***

Foram definidas as seguintes designações para as diferentes gerações em que se tipificaram os utilizadores: “Próprio”, que corresponde aos indivíduos que fazem parte da mesma geração que o utilizador principal (em que se incluíram o cônjuge, irmãos, primos, etc.); “ascendentes” (integrando, sobretudo, pais e sogros); “Descendentes 1” (onde foram incluídos filhos, noras e genros, sobrinhos, etc.); “Descendentes 2” (na qual se encontram

netos, sobrinhos-netos, etc.); e ainda “Descendentes 3” (incluindo os bisnetos).

O número de efectivos pertencentes a cada uma destas categorias foi condensado no Quadro 6.6., onde se verifica que são sobretudo os descendentes do utilizador principal que hoje utilizam os alojamentos. É ainda saliente o facto de serem os ascendentes o grupo menos representado, um resultado que se explica pelas escolhas metodológicas já referidas.

**QUADRO 6.6.** NÚMERO DE OUTROS UTILIZADORES (E PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL), SEGUNDO AS GERAÇÕES A QUE PERTENCEM

Outros utilizadores	Número de indivíduos	%
Próprio	64	18,7
Ascendentes	5	1,5
Descendentes 1	148	43,3
Descendentes 2	102	29,8
Descendentes 3	23	6,7
TOTAL	342	100,0

### **As qualificações**

Segue-se aqui a mesma tipologia adoptada para definir o nível de qualificação dos utilizadores principais. Os resultados apresentam-se no Quadro 6.7., onde se inclui uma linha com “Outros”, que junta os indivíduos sobre os quais não se tem informação que permita a sua classificação, os menores de 6 anos (independentemente da geração a que pertencem) e ainda os pertencentes a “Descendentes 3” (que são demasiado jovens para poderem ser classificados numa das categorias e sobre os quais não se tem, muitas vezes, suficiente informação).

**QUADRO 6.7.** NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DOS OUTROS UTILIZADORES, SEGUNDO A GERAÇÃO A QUE PERTENCEM. PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL DE CADA GERAÇÃO E TOTAL DE OUTROS UTILIZADORES

	Próprio		Ascendentes		Descendentes 1		Descendentes 2		Descendentes 3		TOTAL	
Outros utilizadores	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Militares	1	1,6	0	0,0	2	1,4	0	0,0	0	0,0	3	0,9
Muito Qualificados	9	14,1	0	0,0	44	29,7	6	5,9	0	0,0	59	17,3
Medianamente Qualificados	35	54,7	1	20,0	59	39,9	4	3,9	0	0,0	99	28,9
Nada Qualificados	17	26,6	4	80,0	10	6,8	1	1,0	0	0,0	32	9,4
Estudantes	0	0,0	0	0,0	15	10,1	47	46,1	0	0,0	62	18,1
Outros	2	3,1	0	0,0	18	12,2	44	43,1	23	100,0	87	25,4
TOTAL	62	100,0	5	100,0	148	100,0	58	100,0	23	100,0	342	100,0



As respostas indicam que os maiores níveis de qualificação estão associados à geração que sucede à dos inquiridos (em que ainda dominam os “Medianamente Qualificados”). A comparação com os “Ascendentes”, embora se afigure como útil, não parece possível, uma vez que a amostra é muito reduzida. Os “Descendentes 2” são na sua grande maioria (81%) estudantes, independentemente ciclo de ensino que frequentam.

### 6.3. Alguns dados relativos à totalidade dos utilizadores

Este ponto procura ser uma síntese dos dois anteriores, onde se assinalam os aspectos considerados mais relevantes no que diz respeito aos utilizadores dos alojamentos, agora vistos de forma global. O Quadro 6.8. pretende ser uma ajuda nesse sentido.

De uma forma geral, afirmam-se algumas tendências nestes resultados: as mulheres são a maioria da amostra (53,1%); são os descendentes – sobretudo os “Descendentes 1” – que, em maior número, utilizam as casas; quanto à qualificação, os “medianamente qualificados” são o grupo mais representado (31,4%) e os indivíduos das gerações mais recentes tendem a apresentar níveis de qualificação mais elevados; também o género perde peso na definição da qualificação nas gerações mais próximas, onde era antes mais evidente, sobretudo, uma grande porção de mulheres no desempenho de profissões de baixa qualificação.

**QUADRO 6.8. NÚMERO DE UTILIZADORES: SEGUNDO AS GERAÇÕES, O GÉNERO E O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO**

Gerações e Género	Nível de Qualificação						TOTAL
	Militares	Muito Qualificados	Medianamente Qualificados	Nada Qualificados	Estudantes	Outros	
Utilizadores Principais (Homens)	2	4	14	0	0	0	20
Utilizadores Principais (Mulheres)	0	3	10	17	0	0	30
Próprio (Homens)	1	4	22	3	0	2	32
Próprio (Mulheres)	0	5	13	14	0	0	32
Ascendentes (Homens)	0	0	1	1	0	0	2
Ascendentes (Mulheres)	0	0	0	3	0	0	3
Descendentes 1 (Homens)	2	23	28	3	9	8	73
Descendentes 1 (Mulheres)	0	21	31	7	6	10	75
Descendentes 2 (Homens)	0	2	1	0	22	22	47
Descendentes 2 (Mulheres)	0	4	3	1	25	22	55
Descendentes 3	-----	-----	-----	-----	-----	23	23
TOTAL	5	66	123	49	62	87	392

Pode fazer-se uma constatação central a partir destes resultados: o volume de pessoas envolvidas nestas utilizações é bastante considerável, já que este conjunto de 50 casas – apenas uma porção do total de residências secundárias (que, em 2001, segundo os Censos, seriam 205) –, é utilizado por mais pessoas (392) do que aquelas dadas como residentes em 2001 (que, também segundo os Censos, eram 342). Também Baptista (2006b), no já referido estudo sobre o espaço rural no Continente português, chega a uma conclusão semelhante: avaliado um conjunto de estudos de caso integrados no *rural de baixa densidade* (alguns deles também do concelho de Castelo Branco), constata-se que o número de utilizadores de *alojamentos familiares de uso secundário* representa 122% da população residente.

## 6.4. A casa

Relativamente à casa utilizada pelos inquiridos, procurou-se obter informação essencialmente em torno da propriedade ou da forma como estes acedem à sua utilização e ainda sobre eventuais intervenções que tenham ocorrido no imóvel.

### **Propriedade**

A maioria dos utilizadores declararam-se proprietários da casa – 34 casos, correspondentes a 68% do total, como se observa no Quadro 6.9. Por outro lado, são 8 os casos em que os inquiridos apenas têm o usufruto da casa, que ainda pertence aos seus ascendentes. E apenas 4 inquiridos afirmaram partilhar a posse da casa com outros (correspondendo a situações que se relacionam com as partilhas das heranças: ainda não foram finalizadas ou o acordo prevê a posse partilhada). Há ainda a registar 4 casos em que os utilizadores arrendam a casa que utilizam nas suas deslocações à aldeia.

**QUADRO 6.9.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS (E PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL), SEGUNDO A MODALIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS CASAS

Modalidade	Número de indivíduos	%
Proprietário	34	68,0
Usufruto	8	16,0
Posse partilhada	4	8,0
Arrendamento	4	8,0
TOTAL	50	100,0

Os resultados demonstram ainda (Quadro 6.10.) que a herança e a compra são as formas mais comuns de aquisição – com 15 casos cada uma, correspondendo, no total, a mais de 88% dos proprietários. Apenas 2 inquiridos afirmam terem construído de raiz a casa que agora utilizam nas suas estadias na aldeia. Noutros 2 casos, a aquisição foi assegurada pela combinação entre a herança e a compra (aos restantes herdeiros).

**QUADRO 6.10.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS, SEGUNDO A MODALIDADE DE AQUISIÇÃO DAS CASAS. PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES PROPRIETÁRIOS

Forma de aquisição	Número de indivíduos	%
por herança	15	44,1
por compra	15	44,1
construção de raiz	2	5,9
herança + compra	2	5,9
TOTAL	34	100,0

Importa ainda referir que cerca de um quinto (18%) das casas utilizadas pelos inquiridos são a residência principal de familiares (nomeadamente, dos pais). Estes casos estão, pois, fora do âmbito das estatísticas nacionais, onde, como já se referiu, estas casas não são consideradas como residências secundárias.

### ***Intervenções***

Do total de casas avaliadas no inquérito, em apenas cerca de um quarto (24%) os seus proprietários ou utilizadores declaram não terem sido realizadas obras – remodelações no interior ou no exterior, com ou sem alteração da traça.

Entre aqueles que já fizeram intervenções na casa, cerca de 90% remodelaram o interior e 76% o exterior, enquanto que apenas 21% alteraram a traça. Muitos deles – mais de metade (52%) – fizeram obras (quase sempre no mesmo momento) no interior e no exterior, mas sem alteração da traça: ou seja, alterações de fundo, mas com a preocupação de não alterar significativamente o “aspecto” da casa. Por outro lado, todos os utilizadores que afirmaram ter alterado a traça da casa aquando das intervenções, procederam no mesmo momento a remodelações no interior e no exterior.

A mão-de-obra e os materiais utilizados nestas obras foram sobretudo locais. Tomando como referência o concelho, entre aqueles que efectuaram intervenções nas casas, cerca de 68% obtiveram localmente tanto a mão-de-obra como os materiais – quase sempre na própria aldeia. Quando os utilizadores optaram por contratar mão-de-obra e obter os

respectivos materiais fora do concelho, essas situações correspondem quase sempre a locais no concelho vizinho (Penamacor) e nunca a locais fora do Distrito (de Castelo Branco).

Estes resultados confirmam a importância da presença destes utilizadores para a dinamização do sector da construção civil, notória pela generalização das intervenções e pela procura de recursos (humanos e materiais) locais.

## 6.5. Dados gerais sobre a utilização da casa

Relativamente à utilização das casas, procurou-se apurar sobretudo os seus momentos e razões (no presente e no passado), bem como assinalar as eventuais alterações ocorridas na frequência e/ou duração das estadias e as razões que lhes estão associadas.

### ***A utilização no presente***

Foi registado, entre os 50 inquéritos realizados, um total de 392 utilizadores relativamente ao momento da execução do inquérito. Chega-se, assim, a uma média de cerca de 7,8 utilizadores por cada casa. Este é um número com significado, apesar das diferenças verificadas no interior do conjunto: apenas uma das casas acolhe 42 utilizadores sazonais; no extremo oposto, em 3 casas apenas se apurou a existência de 2 utilizadores.

Uma significativa maioria destas pessoas (75%) escolhe pelo menos o Verão para as suas passagens pela aldeia. Esta é, de longe, a época mais concorrida. Seguem-se, como alvo das preferências, a Páscoa e as visitas esporádicas. O Natal é ainda escolhido por mais de um quinto do total e “algumas vezes” no fim-de-semana a aldeia recebe a visita de 12% dos utilizadores das casas abrangidas pelo inquérito. Todas as outras épocas do ano contam com menos de 10% daqueles que usam as casas da amostra, sendo que a opção “sempre aos fins-de-semana” não foi indicada por ninguém.

Os utilizadores principais elegem, proporcionalmente, as épocas das suas estadias de forma semelhante relativamente ao total de utilizadores. No entanto, nota-se uma ainda maior prevalência do Verão, da Páscoa e do Natal nas suas escolhas. É também superior a proporção daqueles se deslocam à aldeia “esporadicamente” e “algumas vezes” ao fim-de-semana.

Estes resultados, reunidos no Quadro 6.11., evidenciam uma grande concentração das estadias nos momentos das férias. Nestes momentos, o fluxo populacional que converge para a aldeia é bastante significativo: segundo as respostas obtidas, durante o Verão, apenas estas 50 casas são responsáveis por 294 presenças sazonais (recorde-se que a população residente, segundo os Censos de 2001, era de 342 pessoas). Mesmo admitindo que estas respostas correspondem a situações muito diversas quanto à duração das estadias, esta é uma dinâmica populacional que não é negligenciável. É também relevante o facto de 15 destes utilizadores (distribuídos por 7 casas), independentemente de outras estadias de mais curta duração, passarem largas temporadas na aldeia: vários meses, quase sempre no Verão, em alguns casos numa alternância permanente com a residência (ainda considerada) principal.

**QUADRO 6.11.** NÚMERO DE UTILIZADORES SEGUNDO A ÉPOCA DE UTILIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS (NO PRESENTE). PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AOS UTILIZADORES PRINCIPAIS E A TODOS OS UTILIZADORES

Época		Utilizadores principais		Todos os utilizadores	
		Número	%	Número	%
Fim-de-semana	Sempre	0	0,0	0	0,0
	Muitas vezes	4	8,0	9	2,3
	Algumas vezes	10	20,0	45	11,5
Férias	Natal	17	34,0	81	20,7
	Páscoa	32	64,0	155	39,5
	Verão	42	84,0	294	75,0
Raramente	Feriado / Ponte	5	10,0	13	3,3
	Esporadicamente	19	38,0	135	34,4
	Acontecimento	5	10,0	26	6,6

### ***A utilização no passado***

A utilização da casa foi também avaliada relativamente ao passado – há 10 ou 20 anos, conforme a idade do entrevistado (menor ou maior de 50 anos de idade, respectivamente), ou ainda sujeita a outro tipo de limitações (como o momento em que os inquiridos iniciaram a utilização da casa, por exemplo).

Relativamente a esta utilização no passado, foram apurados 213 indivíduos (entre os quais, 49 utilizadores principais), correspondendo a uma média de cerca de 4,3 utilizadores por casa. Este número corresponde a pouco mais de metade dos utilizadores actuais, embora seja necessário ressaltar que apenas se registaram, para esta contabilização, as pessoas

que ainda usavam a casa no momento do inquérito – uma opção metodológica que se prendeu, antes de mais, com o facto de se ter considerado útil captar os dados pessoais de todos os utilizadores. Ainda assim, a dimensão desta diferença revela, sem dúvida, o crescimento significativo na utilização da casa.

Olhando os resultados, condensados no Quadro 6.12., verifica-se que, do ponto de vista global, as escolhas em torno das épocas para as estadias são semelhantes às captadas para o momento da recolha da informação, embora com uma menor presença nos fins-de-semana e uma maior concentração nas férias (especialmente relevante no que toca ao Verão, mas a diferença é também sensível no Natal e na Páscoa). Por outro lado, a passagem esporádica pela aldeia era no passado bem menos significativa. Todas as outras opções de resposta contaram com menos de 10% de registos. Analisando apenas os utilizadores principais e comparando com a totalidade, verifica-se que estes seguem praticamente a mesma distribuição dos momentos escolhidos para as passagens pela aldeia.

**QUADRO 6.12.** NÚMERO DE UTILIZADORES SEGUNDO A ÉPOCA DE UTILIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS (NO PASSADO). PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AOS UTILIZADORES PRINCIPAIS E A TODOS OS UTILIZADORES

Época		Utilizadores principais		Todos os utilizadores	
		Número	%	Número	%
Fim-de-semana	Sempre	2	4,0	3	1,5
	Muitas vezes	1	2,0	2	1,0
	Algumas vezes	5	10,0	15	7,4
Férias	Natal	24	48,0	90	44,6
	Páscoa	28	56,0	105	52,0
	Verão	45	90,0	188	93,1
Raramente	Feriado / Ponte	5	10,0	14	6,9
	Esporadicamente	3	6,0	22	10,9
	Acontecimento	5	10,0	16	7,9

Estes resultados parecem confirmar o recente aumento de mobilidade para o local considerado no modelo de análise. De facto, confrontando as respostas obtidas relativamente ao presente e no passado, constata-se não só um aumento do número de utilizadores, mas também alguma diversificação das épocas em que se desenvolvem as estadias.

### ***As alterações na utilização (dos utilizadores principais)***

Apenas cerca de um quarto dos inquiridos (26%) declarou não ter alterado a frequência e duração das suas estadias na aldeia. Os que intensificaram ou diminuíram esse ritmo correspondem, respectivamente, a 54% e 20% dos utilizadores principais, o que suporta também a hipótese do já referido aumento dos fluxos populacionais para o local.

Entre aqueles que declararam ter intensificado o ritmo da utilização, as razões apontadas estão sobretudo associadas ao aumento do tempo disponível para o efeito. Em primeiro lugar, a alteração da sua relação com o trabalho, que lhes proporcionou maior disponibilidade para as suas deslocações: quer seja, sobretudo, por via da passagem à reforma (apontada por 78%); quer seja por outros motivos profissionais (redução do horário de trabalho, por exemplo). São também importantes as motivações familiares, fundamentalmente na “origem” (sobretudo a diminuição da dependência dos filhos), indicada por 33% – a assistência ou visita a familiares explica a maior frequência das passagens pela aldeia em apenas 7% dos que admitem essa intensificação. A melhoria das acessibilidades ou um maior interesse pela aldeia são razões marginais para justificar a maior utilização das casas.

As razões apontadas por aqueles que diminuíram a utilização da casa são mais diversificadas: 40% falam no aumento das necessidades de assistência a filhos ou netos (na “origem”), 30% apontam motivos profissionais e 20% indicam dificuldades em garantir um meio de transporte para as deslocações. A diminuição das dependências familiares locais é muito pouco importante (referida por apenas um utilizador).

### ***As razões para a utilização***

As referências a um passado vivido na aldeia parecem ser motivos determinantes para a utilização das residências. As “saudades” ou as “raízes” são, na actualidade, a razão mais apontada para a manutenção de uma presença regular no local, enquanto que perdem peso as necessidades de assistência ou visita a familiares. Em todo o caso, a oportunidade de gozar uma temporada de lazer e descanso são também muito referidos.

Embora muitos inquiridos tenham apontado as mesmas razões para justificar as suas deslocações à aldeia na actualidade e no passado, as motivações actuais mostram maior concentração das respostas relacionadas com as “raízes” (66%) e com a fruição de momentos de lazer e descanso (52%) – um grande número de inquiridos aponta as duas em

simultâneo. Mas a grande diferença verifica-se nas razões familiares: o apelo da presença na aldeia de pessoas necessitadas de assistência ou objecto de visita perdeu muita da sua importância – mais de metade das respostas relativas ao passado, mas apenas um pouco mais de um quarto quando se referem à actualidade (e em nenhum caso são o único motivo apontado). A procura de momentos de lazer contribui com proporções semelhantes às actuais, enquanto que, como seria de esperar, as motivações com referências ao passado aumentaram. Estes resultados estão reunidos no Quadro 6.13.

**QUADRO 6.13.** AS RAZÕES PRINCIPAIS INVOCADAS PARA AS UTILIZAÇÕES (PRESENTE E PASSADO).  
PERCENTAGEM, PARA CADA TIPO DE MOTIVO INVOCADO, RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES  
PRINCIPAIS

Razões invocadas pelos utilizadores	Relativamente à utilização no presente		Relativamente à utilização no passado	
	Número de indivíduos	%	Número de indivíduos	%
Assistência / visita a familiares	13	26,0	27	55,1
Lazer, descanso	26	52,0	24	49,0
Referências ao passado, "raízes", "saudade"	33	66,0	21	42,9
Outras	5	10,0	6	12,2

## 6.6. Padrões de utilização

No ponto anterior, considerou-se a utilização das casas segundo as épocas do ano. No entanto, importa também analisar a utilização do ponto de vista individual, ou seja, as épocas em que cada utilizador frequenta a residência. Para este efeito, foram definidos padrões de utilização a partir das épocas delimitadas no inquérito. No entanto, tendo em conta os objectivos e para facilitar a análise, foram agrupadas algumas respostas: fim-de-semana “muitas vezes” e “algumas vezes” (agora fim-de-semana “às vezes”); Natal e Páscoa; e o “feriado / ponte” foi também considerado “esporadicamente”. Assim, qualquer resposta numa destas categorias antes separadas, é considerada afirmativa na sua versão agrupada. Foi ainda diferenciado um padrão que inclui os utilizadores que passam temporadas longas nas residências, independentemente de recorrem ou não às casas em períodos mais curtos.

Tendo em conta as respostas, para cada utilizador, relativas ao presente e ao passado, foram encontrados 23 padrões de utilização diferentes, que se descrevem no Quadro 6.14.



**QUADRO 6.14.** DIFERENTES PADRÕES DE UTILIZAÇÃO CAPTADOS, TENDO EM CONTA O CONJUNTO DOS UTILIZADORES

Padrão de utilização	Época						
	Vários meses	Sempre ao fim-de-semana	Fim-de-semana às vezes	Natal / Páscoa	Verão	Esporádico	Acontecimento
1	-	-	X	X	X	-	-
2	-	-	-	X	X	X	-
3	-	-	-	X	X	X	X
4	-	-	-	-	X	X	-
5	-	-	X	X	X	X	-
6	-	-	X	X	X	X	X
7	-	-	-	X	X	-	-
8	-	-	-	-	X	-	-
9	-	-	X	X	X	-	X
10	-	-	X	-	X	X	-
11	-	-	-	-	-	-	X
12	-	-	X	-	X	-	-
13	-	-	-	-	-	X	-
14	X						
15	-	-	X	-	X	-	X
16	-	-	-	X	-	-	-
17	-	-	-	-	X	-	X
18	-	-	-	X	X	-	X
19	-	-	X	-	-	-	-
20	-	-	X	-	-	X	-
21	-	X	-	X	X	-	-
22	-	-	X	-	-	-	X

O Quadro 6.15. junta o número de indivíduos que segue cada um destes padrões de utilização, tanto no presente como no passado. No presente, para o conjunto dos utilizadores, dominam claramente os padrões 8 e 7 (ligados à utilização nos períodos de férias – Páscoa e Natal e, sobretudo, Verão; o peso relativo dos padrões 2 e 4 revela a mesma tendência), bem como o padrão 13 (que reflecte uma utilização esporádica). No passado, também no que diz respeito à totalidade dos utilizadores, verifica-se uma concentração num número mais reduzido de padrões, com uma predominância ainda mais marcada das estadias nas épocas das férias (grande domínio dos padrões 7 e 8, seguidos, a grande distância, pelos padrões 2 e 1), sendo as utilizações esporádicas bem menos representativas do que no presente.

Os utilizadores principais acompanham fundamentalmente a mesma tendência e o mesmo tipo de evolução: no passado, o padrão 7 (presença nos 3 principais períodos de férias) e o padrão 8 (exclusivamente no Verão) eram seguidos, em conjunto, por cerca de dois terços dos indivíduos; no presente, essa concentração é menor e, sobretudo, revela-se a importância dos que utilizam a casa vários meses por ano (padrão 14), que estava totalmente ausente nas referências ao momento anterior.

**QUADRO 6.15.** NÚMERO DE UTILIZADORES (TOTAL E PRINCIPAIS) SEGUNDO O PADRÃO DE UTILIZAÇÃO (NO PRESENTE E NO PASSADO)

Padrão de utilização	PRESENTE		PASSADO	
	Nº total de utilizadores	Nº de utilizadores principais	Nº total de utilizadores	Nº de utilizadores principais
1	20	4	12	4
2	36	9	15	5
3	1	1	0	0
4	25	6	3	1
5	9	3	2	1
6	4	3	4	1
7	75	10	81	20
8	90	2	69	12
9	5	2	2	1
10	4	2	0	0
11	3	1	0	0
12	7	0	0	0
13	70	0	12	0
14	15	7	0	0
15	2	0	0	0
16	5	0	0	0
17	6	0	5	2
18	9	0	4	1
19	5	0	0	0
20	1	0	0	0
21	0	0	3	1
22	0	0	1	0
	TOTAL = 392	TOTAL = 50	TOTAL = 213	TOTAL = 49

Tendo em conta o elevado número de padrões de utilização em presença, foi definida uma tipologia de padrões, conforme se apresenta no Quadro 6.16. O objectivo foi facilitar a leitura destes dados, mas também agregar padrões em tipos que espelham as transformações consideradas no modelo de análise e já discutidas nos capítulos anteriores.

**QUADRO 6.16.** NÚMERO DE UTILIZADORES (TOTAL E PRINCIPAIS) SEGUNDO O TIPO DE PADRÃO DE UTILIZAÇÃO (NO PRESENTE E NO PASSADO). PERCENTAGEM, RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES E UTILIZADORES PRINCIPAIS

Tipo de padrão de utilização	Padrões	PRESENTE				PASSADO			
		Nº total de utilizadores (principais + outros)	%	Nº de utilizadores principais	%	Nº total de utilizadores (principais + outros)	%	Nº de utilizadores principais	%
Segunda residência	14	15	3,8	7	14,0	0	0,0	0	0,0
"Férias"	2, 3, 4, 7, 8, 11, 16, 17, 18	250	63,8	29	58,0	177	83,1	41	83,7
"Fins-de-semana"	1, 5, 6, 9, 10, 12, 15, 19, 20, 21, 22	57	14,5	14	28,0	24	11,3	8	16,3
Esporádico	13	70	17,9	0	0,0	12	5,6	0	0,0
TOTAL		392	100,0	50	100,0	213	100,0	49	100,0

Foram, assim, considerados 4 tipos de padrões de utilização: “segunda residência”, que junta aqueles que utilizam as casas vários meses durante o ano; “férias”, onde se incluem os padrões que correspondem a utilizações nos períodos de férias, também quando combinadas com as passagens esporádicas ou aquelas motivadas por um acontecimento específico no local; “fins-de-semana”, que agrupa todos os padrões que incluem utilizações aos fins-de-semana, independentemente de outras frequências (nas férias ou esporádicas); e ainda “esporádico”, que junta os utilizadores que utilizam a casa apenas esporadicamente.

Os dados demonstram claramente que o tipo de padrão das “férias” é o mais seguido pelos utilizadores. No entanto, constata-se também que esse domínio se esbateu nas últimas décadas, revelando uma evolução em favor de padrões de utilização que incluem os fins-de-semana, a alternância com a residência principal ou as estadias esporádicas. Esta tendência é ainda mais marcada quando se têm em conta apenas os utilizadores principais, que, relativamente ao passado, apresentam uma maior mudança para tipos de padrões que não o das “férias”.

## 6.7. Os padrões de utilização e as gerações

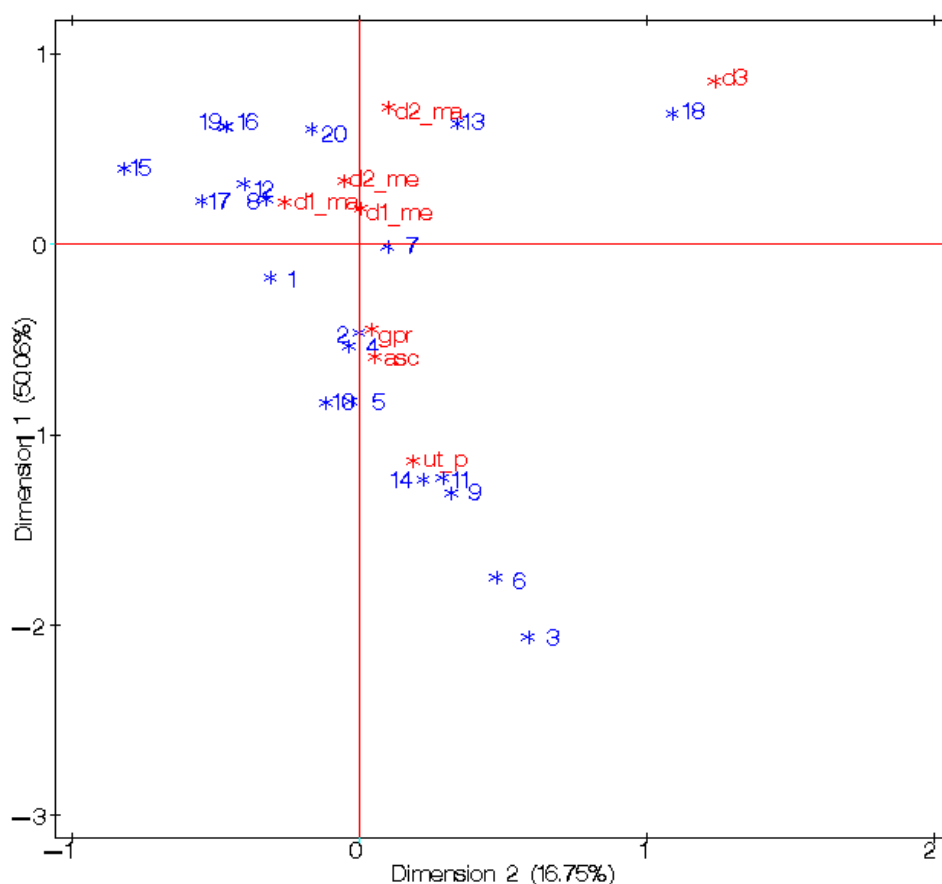
O modelo de análise define a relação anterior destes utilizadores com o local como factor distintivo, defendendo também que esta é uma dimensão decisiva para a própria escolha desse mesmo local para as estadias. Assim, importa avaliar se e como se diferenciam as utilizações em função da geração a que pertencem os utilizadores, admitindo que esta é uma variável que pode ter influência na vinculação ao território e, portanto, também nas estadias.

Foram consideradas as gerações já definidas em 6.2. No entanto, distinguiram-se os maiores e menores de 18 anos (apenas para os “Descendentes 1” e os “Descendentes 2”, uma vez ser nestas gerações que se justifica esta clarificação) – uma decisão que se prende com a necessidade de definir um critério para procurar aferir a autonomia nas decisões destes utilizadores sobre as suas estadias.

Tendo em conta os padrões de utilização de cada utilizador, bem como a sua pertença a cada uma das gerações definidas, procedeu-se a uma análise de correspondências, com recurso ao *software* SAS.

A Figura 1. mostra a projecção das nuvens de pontos no primeiro plano factorial: “padrão de utilização” (no presente) e “geração dos utilizadores”. Foram, portanto, considerados os dois primeiros eixos factoriais, que, no conjunto, representam 66,80% da inércia total (o primeiro explica, por si só, 50,06% da inércia). O Quadro 6.17. e o Quadro 6.18. mostram, além das frequências relativas, o sinal das coordenadas e a contribuição para a inércia, para os três primeiros eixos, dos pontos-linha (geração) e dos pontos-coluna (padrão de utilização), respectivamente. Reteve-se o terceiro eixo factorial, uma vez que representa 14,31% da inércia total (muito próximo da proporção do segundo eixo).

**FIGURA 6.1.** NUVENS DE PONTOS RESULTANTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS POR CRUZAMENTO ENTRE OS PADRÕES DE UTILIZAÇÃO (NO PRESENTE) E AS GERAÇÕES (PLANO FACTORIAL DOS EIXOS 1 E 2)



**Legenda:** os números, a azul, entre 1 e 20, correspondem aos padrões de utilização; os pontos a vermelho assinalam as gerações: *asc* = “Ascendentes”; *ut\_p* = utilizadores principais; *gpr* = “Próprio”; *d1\_me* = “Descendentes 1” (menores); *d1\_ma* = “Descendentes 1” (maiores); *d2\_me* = “Descendentes 2” (menores); *d2\_ma* = “Descendentes 2” (maiores); *d3* = “Descendentes 3”.

**QUADRO 6.17.** VARIÁVEL “GERAÇÃO DOS UTILIZADORES”: FREQUÊNCIA RELATIVA; SINAL DAS COORDENADAS E CONTRIBUIÇÃO PARA A INÉRCIA, NOS 3 PRIMEIROS EIXOS

Geração	Frequência relativa	Sinal da coordenada			Contribuição		
		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
asc	0,0128	-	+	+	0,0145	0,0004	0,6108
ut_p	0,1301	-	+	-	0,5534	0,0450	0,0174
gpr	0,1633	-	+	-	0,1059	0,0033	0,0206
d1_me	0,0485	+	+	+	0,0057	0,0000	0,1445
d1_ma	0,3240	+	-	-	0,0506	0,2159	0,0173
d2_me	0,2321	+	-	+	0,0855	0,0064	0,0338
d2_ma	0,0408	+	+	-	0,0687	0,0041	0,1556
d3	0,0485	+	+	-	0,1157	0,7250	0,0000

**QUADRO 6.18.** VARIÁVEL “PADRÃO DE UTILIZAÇÃO” (NO PRESENTE): FREQUÊNCIA RELATIVA; SINAL DAS COORDENADAS E CONTRIBUIÇÃO PARA A INÉRCIA, NOS 3 PRIMEIROS EIXOS

Padrão de utilização	Frequência relativa	Sinal da coordenada			Contribuição		
		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
1	0,0510	-	-	-	0,0051	0,0478	0,0128
2	0,0918	-	-	-	0,0649	0,0000	0,0502
3	0,0026	-	+	-	0,0355	0,0086	0,0039
4	0,0638	-	-	+	0,0592	0,0009	0,5024
5	0,0230	-	-	-	0,0511	0,0002	0,0265
6	0,0102	-	+	-	0,1021	0,0227	0,0154
7	0,1913	-	+	+	0,0002	0,0182	0,1556
8	0,2296	+	-	-	0,0425	0,2336	0,0000
9	0,0128	-	+	-	0,0715	0,0128	0,0189
10	0,0102	-	-	-	0,0232	0,0013	0,0104
11	0,0077	-	+	-	0,0376	0,0063	0,0113
12	0,0179	+	-	-	0,0058	0,0280	0,0000
13	0,1786	+	+	-	0,2358	0,2031	0,0606
14	0,0383	-	+	-	0,1901	0,0185	0,0518
15	0,0051	+	-	-	0,0026	0,0333	0,0031
16	0,0128	+	-	-	0,0159	0,0264	0,0299
17	0,0153	+	-	-	0,0027	0,0450	0,0039
18	0,0230	+	+	+	0,0354	0,2662	0,0089
19	0,0128	+	-	-	0,0159	0,0264	0,0299
20	0,0026	+	-	+	0,0031	0,0007	0,0043

Os dados do Quadro 6.17. indicam que a geração que mais contribui para o primeiro eixo é a “utilizador principal”, seguida, a grande distância, dos “Descendentes 3” (que apresenta uma frequência relativa baixa), dos “Próprio”, dos “Descendentes 2” (menores) e “Descendentes 2” (maiores). Tendo em conta o sinal das coordenadas, verifica-se que este eixo opõe as gerações do utilizador principal (“ut\_p” e “gpr”) e a segunda (maiores e menores) e terceira geração de descendentes. Ainda relativamente ao primeiro eixo, mas observando a variável “padrão de utilização”, o Quadro 6.18. mostra que são os padrões 13 e 14 que mais contribuem, sendo opostos. Para este eixo contribuem ainda os padrões 6, 9 e 2, posicionando-se no lado negativo. Resumindo, este primeiro eixo parece opor os padrões de utilização das gerações do utilizador principal aos padrões de utilização da segunda e terceira geração.

Relativamente ao segundo eixo, no que diz respeito às gerações, a contribuição é dada em grande medida pelos “Descendentes 3” e, com menos peso e coordenada de sinal contrário, “Descendentes 1” (maiores). Estas gerações parecem-se associar-se aos padrões 18 e 13 e ao padrão 8, respectivamente. Ressalva-se, no entanto, a reduzida frequência relativa da geração “Descendentes 3” e do padrão 18.

Os dados relativos ao terceiro eixo factorial revelam que são os “Ascendentes”, apesar da sua muito baixa frequência relativa, a geração que mais contribui para a sua formação. Associados a estes, os “Descendentes 1” (menores) têm ainda uma contribuição relevante. Em oposição a estas gerações, estão os “Descendentes 2” (maiores). Os padrões mais relevantes neste eixo são, por um lado, o 4 e o 7, associados aos “Ascendentes” e aos

“Descendentes 1” (menores), opondo-se sobretudo ao padrão 13, associado aos “Descendentes 2” (maiores).

Globalmente, observando o resultado gráfico das nuvens de pontos e as ajudas à interpretação, pode admitir-se que os padrões de utilização apresentam alguma diferenciação consoante as gerações de utilizadores. Em particular, ressalta a oposição entre os utilizadores principais e os que pertencem à sua geração ou são ascendentes, relativamente aos “Descendentes 2” (maiores) e os “Descendentes 3”. Relevante é também o facto dos “Descendentes 2” (maiores) – uma geração constituída, na sua maioria, por indivíduos pertencentes à 2ª geração após aquela que abandonou a aldeia e à qual se pode atribuir autonomia nas decisões sobre as estadias –, estarem claramente associados a uma utilização esporádica das residências.

## 6.8. As actividades desenvolvidas pelos inquiridos

Foram avaliadas algumas actividades desenvolvidas pelos utilizadores com interesse para as dinâmicas locais, conforme decorre das hipóteses de trabalho: a participação no associativismo local, as actividades produtivas associadas à posse de terras e ainda as formas de consumo durante as estadias.

### ***Associativismo***

Relativamente às actividades associativas, procurou-se apurar a participação dos inquiridos em organizações de vários tipos: nas associações locais várias, nas “Festas” da aldeia ou em trabalho de voluntariado.

A maioria dos inquiridos (35, correspondentes a 70%) afirma ter algum vínculo à realidade associativa local, embora, entre eles, a maior parte se declare apenas como sócio (sobretudo na ACDRM) sem responsabilidades nem constrangimentos pessoais (em tempo, por exemplo) decorrentes desse vínculo.

Constatou-se no local o relevante contributo para a organização das “Festas” destes utilizadores, que se contam quase sempre entre os membros da “Comissão de Festas”. Entre os 50 inquiridos, 7 foram já festeiros: 6 no passado, a maioria dos quais mais do que uma vez – 2 deles declararam mesmo já ter participado na referida Comissão 8 vezes; outro

foi um dos responsáveis pela festa deste ano, o que, atendendo tanto à dimensão da amostra como ao reduzido número de elementos (à volta de uma dezena) que compõem a “Comissão de Festas”, não deixa de ser significativo.

Houve ainda 1 inquirido que declarou pertencer à direcção do Centro de Dia e outro que no passado foi dirigente da ACDRM. Ainda relevante é o facto do trabalho voluntário ter sido apontado por 3 utilizadores (2 no Centro de Dia e 1 n”O Arcaz de Medelim”).

No Quadro 6.19., apresenta-se a forma como os inquiridos (que “participam”, independentemente da forma como o fazem) se distribuem pelas associações locais.

**QUADRO 6.19.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO NAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS. PERCENTAGEM, PARA CADA ASSOCIAÇÃO, RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES PRINCIPAIS QUE PARTICIPAM

	Número de indivíduos	%
ACDRM	29	82,9
Misericórdia	10	28,6
Ass. Caçadores	1	2,9
Centro de Dia	3	8,6
O Arcaz de Medelim	3	8,6
Festas (no presente)	1	2,9
Festas (no passado)	6	17,1

### ***Património fundiário e actividades produtivas***

No que diz respeito às terras e às actividades produtivas nelas desenvolvidas, pretendeu-se avaliar a propriedade e a sua dimensão, os tipos de culturas e respectivos rendimentos, bem como o recurso a de mão-de-obra.

A maioria dos inquiridos (56%) declarou-se proprietário de terras próximo da aldeia. A forma de aquisição mais apontada foi a herança (57%), seguida da compra (25%) e ainda a combinação das duas anteriores (18%).

A dimensão média das propriedades é de 3,85 ha. No entanto, mais de um terço das terras têm dimensão igual ou inferior a 1 ha e apenas pouco mais de 7% é superior a 10 ha. As terras entre 1 ha e 5 ha são as mais representadas (Quadro 6.20.).

**QUADRO 6.20.** DIMENSÃO DAS TERRAS NA POSSE DOS UTILIZADORES PRINCIPAIS, POR CLASSES. PERCENTAGEM, PARA CADA CLASSE DE DIMENSÃO, RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS

Dimensão (ha)	Número de indivíduos	%
0-1	10	35,7
1-5	11	39,3
5-10	5	17,9
>10	2	7,1
Média	3,85	

Entre os proprietários, mais de metade (57,1%) ainda retiram rendimentos das suas terras, dos quais a maioria é proveniente da produção agrícola ou florestal. No entanto, registam-se ainda casos em que os proprietários recorrem a “rendeiros”, que exploram as terras “às terças” ou “às meias” (ou seja, partilham uma parte dos proveitos decorrentes da sua actividade – nestes casos, sempre em géneros e não em dinheiro – em troca do direito a utilizar a terra), como se regista no Quadro 6.21.

**QUADRO 6.21.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS, SEGUNDO A RELAÇÃO COM OS RENDIMENTOS DAÍ PROVENIENTES. PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS

	Número de indivíduos	%
"tiram rendimentos"		
<i>Produção</i>	10	
<i>Rendas</i>	6	
TOTAL	16	57,1
"não tiram rendimentos"	12	42,9

As culturas utilizadas nestas terras são quase sempre permanentes, sobretudo oliveiras para a produção de azeite, mas também sobreiros dos quais se retira a cortiça ou ainda, com menos expressão, os eucaliptos (estão ainda representadas as culturas de vinha ou as árvores de fruto, mas em apenas 1 caso cada). Os proveitos são maioritariamente destinados ao consumo da própria família (69%) – o mercado, aliás, nunca é a única motivação associada à produção nestas propriedades, aparecendo apenas combinado com o autoconsumo nos restantes 31% dos casos.

De qualquer forma, nos casos em que a tarefa de trabalhar a terra não é deixada aos rendeiros, a mão-de-obra é quase sempre familiar (apenas 1 inquirido apontou o recurso ao trabalho assalariado: eventual e de origem local). No entanto, como o tipo de culturas prevalecentes deixa adivinhar, estas situações correspondem hoje a um compromisso muito ténue com a actividade agrícola. Mesmo quando a família ainda se envolve neste trabalho, ele é geralmente concentrado numa época do ano específica, nomeadamente nas colheitas – sobretudo a colheita da azeitona, uma vez que no caso do sobreiro e do eucalipto esse



tipo de tarefa está hoje externalizada.

Considerou-se ainda relevante cruzar os dados relativos à posse de terras, e os eventuais rendimentos daí decorrentes, com os padrões de utilização seguidos pelos utilizadores principais, tanto no presente como no passado. Os resultados, apresentados no Quadro 6.22, evidenciam, desde logo, o crescimento, relativamente ao passado, da propriedade de terras entre estes utilizadores – uma situação que decorre, em grande medida, do facto de heranças que entretanto ocorreram – embora no presente, em termos relativos, tenha decrescido o peso dos que retiram rendimentos das propriedades. Regista-se ainda o peso dos que, seguindo um tipo de padrão de utilização de “fins-de-semana”, declararam retirar algum tipo de rendimento das terras; bem como, em sentido contrário, a grande concentração de utilizadores que não têm propriedades fundiárias entre os que segue padrões de utilização do tipo “férias”.

**QUADRO 6.22.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS, NO PRESENTE E NO PASSADO, POR TIPO DE PADRÃO DE UTILIZAÇÃO E SEGUNDO A POSSE OU NÃO DE TERRAS E OS EVENTUAIS RENDIMENTOS DAÍ PROVENIENTES

Tipo de padrão	PRESENTE				PASSADO			
	Terra, com rendimentos	Terra, sem rendimentos	Sem terra	TOTAL	Terra, com rendimentos	Terra, sem rendimentos	Sem terra	TOTAL
Segunda residência	0	4	3	7	0	0	0	0
"Férias"	6	6	17	29	9	4	28	41
"Fins-de-semana"	10	2	2	14	4	1	3	8
Esporádico	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	16	12	22	50	13	5	31	49

## Consumo

Apenas um dos inquiridos afirma não utilizar o comércio local (café, padaria ou mercearia). No entanto, quando se trata das compras mais relevantes necessárias durante as estadias (produtos alimentares, de higiene, limpeza ou outros) os resultados são bem diferentes, conforme se ilustra no Quadro 6.23. Apenas num caso os produtos são adquiridos na aldeia; em 2 casos os produtos são trazidos de casa; metade dos inquiridos compra num hipermercado da região; as restantes respostas são combinações das anteriores (com clara prevalência do abastecimentos nos hipermercados).

**QUADRO 6.23.** NÚMERO DE UTILIZADORES PRINCIPAIS, SEGUNDO A ORIGEM DOS PRODUTOS DE CONSUMO MAIS RELEVANTES DURANTE AS ESTADIAS. PERCENTAGEM RELATIVAMENTE AO TOTAL DE UTILIZADORES PRINCIPAIS

	Casa	Aldeia	Hiper-mercado	Hiper + Hiper a caminho	Casa + Aldeia	Casa + Hiper	Aldeia + Hiper	Casa + Aldeia + Hiper
Número de indivíduos	2	1	24	1	3	12	6	1
%	4	2	48	2	6	24	12	2

Os inquiridos afirmaram unanimemente adquirir produtos regionais durante as suas passagens pela aldeia (gastronómicos, quase exclusivamente). A maioria (62%) prefere comprá-los na aldeia, sendo apenas 2 os casos em que a aquisição é exclusivamente feita noutras zonas da região; os restantes casos (34%) são uma combinação das situações anteriores.

Apesar da grande importância do abastecimento em hipermercados, as respostas parecem indicar que a presença destes utilizadores tem um efeito positivo no comércio local, nomeadamente tendo em conta o recurso generalizado destes utilizadores aos cafés e padarias.

## 7. CONCLUSÕES

Este estudo de caso procurou respostas para a avaliação dos efeitos da utilização de residências secundárias no rural português que sente hoje o declínio social e económico, mas em que os intérpretes do êxodo de há décadas renovam o contacto com o local nas suas estadias em casas de família, agora também utilizadas por novas gerações. A informação recolhida, confrontando as hipóteses com os resultados, permite traçar algumas conclusões.

### ***Um fenómeno em crescimento, um fluxo de pessoas localmente significativo***

Um dos dados mais nítidos que resultam do desenvolvimento da informação recolhida é a constatação da importante mobilização populacional a que corresponde a utilização de residências secundárias em Medelim. Observadas no inquérito apenas as utilizações em 50 casas, o número de pessoas registado (392) é já superior à população residente (342) – recorde-se que, segundo os Censos de 2001, existiam na aldeia 205 alojamentos de uso sazonal ou secundário. É certo que a leitura destes dados recomenda alguma precaução, uma vez que não se recolheu informação que permita, por exemplo, estimar a duração das estadias. Em todo o caso, é seguro afirmar que este fenómeno representa, à escala local, um fluxo populacional relevante.

Os resultados indicam ainda um inequívoco crescimento do número de utilizadores. No período de referência definido no inquérito, regista-se um aumento de cerca de 84% (de 213 para 342). Estes números revelam, independentemente de outras avaliações, que as novas gerações se juntam às anteriores: nas respostas percebe-se que as casas são utilizadas pelos diversos membros das respectivas famílias, que entretanto cresceram.

### ***Maior diferenciação nas utilizações, novas mobilidades***

Neste universo mais alargado de utilizadores está simultaneamente presente uma maior diversidade nas formas de utilização das casas. A identificação de padrões de utilização segundo as épocas, permitiu constatar uma diferenciação que se acentuou relativamente ao passado.

Esta diversificação parece acompanhar o sentido da evolução nas mobilidades e dos movimentos gerais em que se enquadram as formas de consumo do espaço rural. De facto,

apesar de ainda dominarem os padrões de utilização que elegem sobretudo os períodos correspondentes às férias (Natal, Páscoa e Verão), crescem as estadias em fins-de-semana e aquelas que ocorrem de forma esporádica. Aparentemente, estes são sinais que reflectem a maior mobilidade de e para os territórios rurais, em que toma parte a melhoria das redes viárias e a autonomização que resulta do acesso ao transporte individual. Mas parece ainda indicar a presença das novas formas gestão do tempo livre, agora mais fragmentado e para o qual concorrem apelos diversos, que se afastam progressivamente do planeamento e repetição.

### ***“Raízes”, um factor determinante***

Estas novas tendências coexistem, no entanto, com a dimensão essencial que justifica a presença destas pessoas na aldeia: a relação anterior destes utilizadores com o local, além de determinar a localização das residências secundárias, é também o motivo mais apontado para justificar actualmente as estadias. As “origens”, as “raízes” ou simplesmente as “saudades” foram nomeadas por dois terços dos utilizadores principais, que maioritariamente nasceram em Medelim e aí basearam alguns anos da sua vida.

Esta ligação ao território distingue de forma decisiva estes “filhos da terra” de outras situações de utilização de residências secundárias. Desde logo, como foi possível verificar no local, valorizam, durante as suas estadias, o contacto com os residentes e outros visitantes temporários, implicam-se nas sociabilidades locais, animam relações de amizade ou familiares, são conhecidos e conhecem os habitantes locais.

Também a sua participação no associativismo local – 70% dos inquiridos nele se envolvem de alguma forma, apesar da maioria admitir que contribui com pouco mais do que o pagamento das quotas –, elemento decisivo para a manutenção destas organizações locais, parece indissociável da sua ligação à aldeia. Embora não tenha sido possível captar a verdadeira dimensão desta realidade entre o conjunto dos inquiridos, constatou-se no local que estes utilizadores têm um papel determinante nas iniciativas mais relevantes deste associativismo: a realização de algum trabalho voluntário e, fundamentalmente, o facto destas pessoas se contarem quase sempre entre os festeiros, constituindo a base organizativa do evento mais importante da aldeia.

Os sintomas de evolução nas motivações associadas às estadias são, no entanto, evidentes. Os resultados apontam para uma relação com o local mais liberta de obrigações, como demonstra a significativa perda de importância das motivações relacionadas com

visitas ou apoio a familiares (a razão mais apontada para as estadias no passado). Da mesma forma, apesar de mais de metade dos inquiridos (56%) possuírem actualmente terras na freguesia, as actividades agrícolas ou florestais estão ausentes das razões apontadas para as deslocações à aldeia.

Importa ainda referir que estes “filhos da terra” correspondem, na generalidade, a exemplos de sucesso no que diz respeito à decisão da partida, marcados por um percurso em que o estabelecimento noutra local permitiu alcançar uma qualidade de vida completamente distinta das dificuldades e falta de perspectivas que caracterizavam os primeiros anos vividos na aldeia. Ou seja, voltar ao local (mesmo que apenas sazonalmente) é também renovar esse balanço.

### ***As várias gerações de utilizadores***

Entre o universo de utilizadores considerado, foram identificadas 5 gerações distintas. Este facto revela, à partida, que existe uma continuidade na utilização das casas: a ligação ao local da geração representada pelos utilizadores principais (que corresponde, na maioria dos casos, à que abandonou a aldeia), sendo o factor decisivo para as passagens na aldeia, integra a presença de um número significativo de descendentes.

Observa-se, no entanto, alguma diferenciação dos padrões de utilização segundo a geração dos indivíduos. A relação entre os “Descendentes 2” (maiores) – ou seja, de forma geral, os netos dos utilizadores principais com mais de 18 anos – e as utilizações mais esporádicas, parece indicar uma tendência para formas de utilização menos frequentes associadas ao afastamento em relação à geração dos utilizadores principais, quando combinada com a maioridade (ou seja, com a autonomia).

### ***Notas finais***

Os resultados do inquérito e as restantes avaliações feitas no local parecem confirmar a hipótese central deste trabalho: a presença de residências secundárias e o crescente fluxo populacional que decorre da sua utilização têm impactes relevantes nas dimensões económicas e sociais locais. Além do significado para as sociabilidades locais – nas relações pessoais e na presença decisiva no associativismo e nos eventos colectivos – os resultados indicam também efeitos positivos na economia local. Em particular, são as áreas de negócio directamente relacionadas com o consumo que mais parecem beneficiar da presença destes utilizadores: 98% dos inquiridos declarou recorrer ao comércio local –

cafés, padarias e até às mercearias locais (apesar do enorme peso do abastecimento nos hipermercados). Regista-se também o impacto no sector local da construção civil e no respectivo mercado de materiais (76% de inquiridos que declararam ter feito intervenções nas casas, mobilizando sempre recursos locais ou das proximidades).

A relação anterior destes utilizadores com o local é o factor decisivo para compreender as estadias. As práticas que lhes estão associadas, que distinguem esta situação das que mais tipicamente se enquadram no movimento de procura crescente pelos espaços rurais enquanto espaços de consumo, não deixam de constituir factores importantes para contrariar o declínio social e económico do território que as acolhe.

Estes utilizadores, seguindo uma lógica familiar no uso das casas, são hoje mais numerosos e pertencem a diferentes gerações. Na diversidade de padrões de utilização e das suas motivações – que, recorde-se, apenas foram avaliadas para os utilizadores principais – cruzam-se dimensões turísticas (consumo, lazer) com as que decorrem de um compromisso particular com o território. Em todo o caso, as razões para as passagens pela aldeia, permanecendo intimamente relacionadas com a ligação especial ao local, parecem hoje menos pragmáticas e mais subjectivas do que no passado.

As referências às “raízes” ou à “saúde” aproximam estes utilizadores dos discursos do retorno. No entanto, quando questionados sobre a possibilidade de regresso definitivo à terra – hipótese que, apesar de tudo, muitos chegam a considerar no momento das reformas –, nenhum inquirido respondeu afirmativamente, estando as justificações quase sempre relacionadas com a falta de equipamentos para assistência na velhice. A recente entrada em funcionamento do Lar com dormidas na aldeia pode ser um factor importante para inverter esta tendência.

No futuro, a continuidade deste movimento sazonal em direcção à aldeia está, em grande medida, dependente das novas gerações de utilizadores. A informação recolhida neste estudo, apesar de indicar uma diferenciação da utilização com base nas gerações, apontando para padrões menos frequentes associados à autonomia dos indivíduos, não permite concluir se este facto se deve à sua fase no ciclo de vida, a uma tendência de desvinculação em relação às casas ou a uma combinação destes factores. Esta questão, deixada em aberto, parece ser uma pista importante para investigações futuras, sobretudo tendo em conta que o caso da utilização de residências secundárias em Medelim é certamente semelhante ao de muitos outros territórios do *rural de baixa densidade* no Continente português.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNALTE, Eladio e BAPTISTA, Fernando Oliveira (2009), Producción agraria, gestión ambiental y transición rural. Tres dimensiones de la 'cuestión rural' en la península ibérica, em Luís Moreno, Maria Mercedes Sánchez e Orlando Simões e João Castro Caldas (coord.), *Cultura, Inovação e Território – O Agroalimentar e o Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 1-15
- ARNALTE, Eladio e MUÑOZ ZAMORA, Carmen (2009), Desarrollo rural en la Península Ibérica: algunos modelos en el mediterráneo español, em Fernando Oliveira Baptista, Rui Jacito e Teresa Mendes (coord.), *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, Centro de Ciência Viva da Floresta e Câmara Municipal de Proença-a-Nova, pp. 9-20
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001), *Agriculturas e territórios*, Oeiras, Celta Editora, 207 p.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2003), Um rural sem território, em José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Celta Editora, pp. 47-66.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2005), Cinco notas sobre o desenvolvimento rural, em *Manifesta 2005: População rural e espaço*, Trancoso, Projecto AGRO 62, pp.17-27.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2006a), O rural depois da agricultura, em Maria Lucinda Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 47-66.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2006b), Apresentação feita no Seminário Final do Projecto AGRO 62: as dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente, Oeiras, ISA / INIA / ANIMAR
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2010), *O espaço rural – declínio da agricultura*, Lisboa, Celta Editora
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, LOURENÇO, Fernando e NOVAIS, Ana Maria (2000), *Portugal (Continente) – uma leitura do rural*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 49 p.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1978), *A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian
- CALVÁRIO, Rita (2010), *Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território*, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Lisboa
- CAMPENHOUDT, Luc Van e QUIVY, Rayond (2003), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva, 282 p.
- CÁNOVES, Gemma, VILLARINO, Monserrat, PRIESTLEY, Gerda K. e BLANCO, Asunción (2004), Rural tourism in Spain: an analysis of recent evolution, em *Geoforum* 35, Elsevier, pp. 755-769

- CARVALHO, Paulo (2006), *Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades*, Huelva, VI Colóquio Ibérico de Estudios Rurales, 33p.
- CAVACO, Carminda (2003), Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos, em Orlando Simões e outros (orgs.), *TERN: turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 25-38
- CAVACO, Carminda (2005), A diferenciação regional da função turística, em Carlos Alberto Medeiros (coord.), *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico (vol. 3)*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 385-399
- CAVACO, Carminda (2009), Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar, em *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, Centro de Ciência Viva da Floresta, Proença-a-Nova, pp. 39-72
- DINIS, Isabel e MALTA, Miguel (2003), Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território, em José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Celta Editora, pp. 111-127
- FARIA, Tiago (2006), *Residências secundárias e novas dinâmicas no rural de baixa densidade: um estudo de caso*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 50 p. + anexo
- HESPANHA, Pedro (1994), *Com os pés na terra: práticas fundiárias da população rural portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento.
- HOGGART, Keith e PANIAGUA, Angel (2001a), What rural restructuring?, em *Journal of Rural Studies* 17, Elsevier, pp. 41-62
- HOGGART, Keith e PANIAGUA, Angel (2001b), The restructuring of rural Spain?, em *Journal of Rural Studies* 17, Elsevier, pp. 63-80
- INE (2002), *Censos 2001*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE, “Séries Cronológicas”, <http://www.ine.pt/>
- IEFP (2001), *Classificação Nacional de Profissões – versão 1994*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, 750 p.
- JAUHIAINEN, Jussi S. (2009), Will the retiring baby boomers return to rural periphery?, em *Journal of Rural Studies* 25, Elsevier, pp. 25-34
- KASTENHOLZ, Elisabeth (1997), *Segmenting tourism in rural areas: the case of north and central Portugal*, Universidade de Aveiro, 25 p.
- MARSDEN, Terry, MURDOCH, Jonathan, LOWE, Philip, MUNTON, Richard e FLYNN, Andrew (1993), *Constructing the countryside*, Londres, UCL Press, 184 p.
- MARTINS, Luís Saldanha (2006), Um velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano, em Maria Lucinda Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 47-66
- MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence (2001), *História das agriculturas do mundo – do neolítico à crise contemporânea*, Lisboa, Instituto Piaget, 520 p.



- MILBOURNE, Paul (2007), Re-populating rural studies: Migrations, movements and mobilities, em *Journal of Rural Studies* 23, Elsevier, pp. 381-386
- MITCHELL, Clare J. A. (2004), Making sense of counterurbanization, em *Journal of Rural Studies* 20, Elsevier, pp. 15-34
- MOLERA, Lourdes e ALBALADEJO, Isabel Pilar (2007), Profiling segments of tourists in rural areas of South-Eastern Spain, em *Tourism Management* 28, Elsevier, pp. 757-767
- NÍ LAOIRE, Caitríona (2007), The 'green green grass of home'? Return migration to rural Ireland, em *Journal of Rural Studies* 23, Elsevier, pp. 332-344
- OCDE (2006), *The new rural paradigm: policies and governance*, Paris, 164 p.
- ORTIZ, Dionisio (2005), *El enfoque de la 'reestructuración rural' y su utilidad para el análisis de los procesos de cambio en el rural español*, Valência, Departamento de Economia e Ciências Sociais da Universidade Politécnica de Valência
- PORTELA, José e NOBRE, Sílvia (2002), Entre Pinela e Paris: emigração e regressos, em *Análise Social XXXVI* (161), pp. 1105-1146
- RAMOS, Paula (2009), *Medelim – História e Arte*, Junta de Freguesia de Medelim, 216p.
- RIBEIRO, Manuela (2003), Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal, em José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Celta Editora, pp. 199-215
- RODRIGUES, Orlando (2003), *Economia, políticas e diferenciação do espaço*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 36 p.
- STOCKDALE, Aileen (2006), Migration: Pre-requisite for rural economic regeneration?, em *Journal of Rural Studies* 22, Elsevier, pp. 354-366
- STOCKDALE, Aileen, FINDLAY, Allan e SHORT, David (2000), The repopulation of rural Scotland: opportunity and threat, em *Journal of Rural Studies* 16, Elsevier, pp. 243-257
- Turismo de Portugal, I.P. (2009a), *O Turismo em 2008*, 100 p.
- Turismo de Portugal, I.P. (2009b), *Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural: A oferta e a procura – 2008*, 21p.



# ANEXO

## O QUESTIONÁRIO



# I. Dados pessoais

## 1. Utilizadores:

Utilizadores	Grau de parentesco	Sexo	Idade	Nível de instrução	Situação perante a Act. Económica	Profissão Principal	Local de Actividade	Local de Residência Principal	Local de nascimento
Proprietário / utilizador									

### Códigos:

#### Nível de instrução:

- Não sabe ler nem escrever ..... 1
- Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau ..... 2
- 1º ciclo ou 4ª classe ..... 3
- 2º ciclo ou 6º ano ..... 4
- 3º ciclo ou 9º ano ..... 5
- Ensino secundário ou 12º ano (ou 7º ano do liceu) ..... 6
- Ensino profissional (12º ano) ..... 7
- Ensino médio (antigo) ..... 8
- Ensino superior (a partir de bacharelato) ..... 9

#### Profissão:

- Membros das forças armadas ..... 0
- Quadros superiores da A.P., dirigentes e quadros superiores de empresas ..... 1
- Especialistas das profissões intelectuais e científicas ..... 2
- Técnicos profissionais de nível intermédio ..... 3
- Pessoal administrativo e similar ..... 4
- Pessoal dos serviços e vendedores ..... 5
- Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas ..... 6
- Operários, artífices e trabalhadores qualificados ..... 7
- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem ..... 8
- Trabalhadores não qualificados ..... 9

#### Situação perante a actividade económica:

- Inactivo
  - reformado ..... 1.1
  - doméstico ..... 1.2
  - estudante ..... 1.3
  - incapacitado ..... 1.4
- Activo
  - desempregado ..... 2.1
  - empregado (eventual) ..... 2.2
  - empregado (permanente) ..... 2.3

## 2. Tem raízes no local?

Sim \_\_\_\_\_ (perguntas 3 e 4)

Não \_\_\_\_\_ (pergunta 4)

## 3. Que “geração” abandonou a aldeia?

	Qual?	Ano?
Próprio		
Pais		
Avós		
Anterior		

## 4. Onde e em que períodos já estabeleceu a sua residência principal?

Ano	Local de residência

## II. A casa

(se for possível, observar a localização no agregado populacional e qual o tipo de casa e a sua dimensão)

---

---

### 5. A casa é sua?

Sim \_\_\_\_\_ (perguntas 6,7)

	Desde quando?	Como adquiriu?
Proprietário		
Tem usufruto		
Posse partilhada		
Arrendada		
Cedida gratuitamente		

1. herança
2. compra (a quem?)
3. construção de raiz
4. outra (qual?)

Não \_\_\_\_\_ Quem é, então, o proprietário (grau de parentesco)? \_\_\_\_\_

### 6. Qual o tipo e a dimensão da casa (apenas se não for observável)?

---

### 7. Já fez alguma intervenção na casa? Que tipo de intervenção fez? Como adquiriu mão-de-obra e materiais?

	Quando?	Mão-de-obra?	Materiais?
Remodelação interior			
Remodelação exterior			
Alteração da traça			

1. adquirida localmente
2. adquirida noutro local
3. autoconstrução

1. adquirida localmente
2. adquirida noutro local

### III. Utilização da casa

*Perguntas destinadas aos que têm raízes no local*

8. Desde quando utiliza a casa como residência secundária?

---

### *Perguntas destinadas aos que não têm raízes no local*

9. O que o levou a escolher Medelim para a localização da sua residência secundária?

Atividades de lazer desenvolvidas na região \_\_\_\_\_

Interesse histórico/partimoniaal da região \_\_\_\_\_

Proximidade relativa da residência principal \_\_\_\_\_

Características do local (sossego, hospitalidade, etc) \_\_\_\_\_

Presença de amigos no local \_\_\_\_\_

Motivos profissionais \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_

Quais? \_\_\_\_\_

*Perguntas destinadas a ambos os tipos de utilizadores*

10. Que utilização faz actualmente da casa? E os restantes membros do agregado?

[illegible]



11. Que utilização fazia da casa há 10 anos (ou 20 anos, no caso do entrevistado ter mais de 50 anos) atrás? (verificar se é coerente com a resposta em 8.) E os restantes membros do agregado?

Momento \_\_\_\_\_

Utilizadores	Fim-de-semana			Férias			Raramente			Nunca
	Sempre	Muitas vezes	Algumas vezes	Natal	Páscoa	Verão	Feriado / ponte	Esporadicamente	Acontecimento	
Proprietário / utilizador										

12. Quais as principais razões para a utilização da casa, no passado e hoje? (não ler!)

Razões para a utilização	Há 20 anos	Há 10 anos	Hoje
Dependência económica			
Assistência / visita a familiares			
Profissionais			
Actividades turísticas			
Actividades desportivas			
Lazer, descanso			
Outras			

**Perguntas a efectuar no caso de existir alteração no padrão de utilização da casa**

**13. a .** Vejo que nos últimos anos diminuiu o seu uso da casa. Porquê? (não ler!)

- Menor dependência de ofertas de produtos do local (alimentares, por exemplo) \_\_\_\_\_
- Alteração das necessidades de assistência ou frequência nas visitas a familiares  
(morte, resposta do Est. Previd, etc.) \_\_\_\_\_
- Mudança na localização da residência principal \_\_\_\_\_
- Motivos profissionais (alteração do horário ou local de trabalho, etc.) \_\_\_\_\_
- Diminuição do interesse pela aldeia / região ou preferência por outros destinos \_\_\_\_\_
- Aumento dos rendimentos \_\_\_\_\_
- Diminuição dos rendimentos \_\_\_\_\_
- Outras \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

**13. b .** Vejo que nos últimos anos intensificou o seu uso da casa. Porquê? (não ler!)

- Melhoria nas acessibilidades, redução da distância-tempo \_\_\_\_\_
- Mudança na localização da residência principal \_\_\_\_\_
- Actividades económicas na aldeia (actividade agrícola, etc.) \_\_\_\_\_
- Aumento dos rendimentos \_\_\_\_\_
- Diminuição dos rendimentos \_\_\_\_\_
- Alteração das necessidades de assistência ou frequência nas  
visitas a familiares (incapacidade, depend. económica, etc.) \_\_\_\_\_
- Motivos profissionais  
(alteração do horário ou local de trabalho, etc.) \_\_\_\_\_
- Aumento do interesse pela aldeia / região \_\_\_\_\_
- Outras \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

**14. a .** Prevê deixar de utilizar esta casa como residência secundária?

Sim \_\_\_\_\_ (pergunta 15 a.)

Não \_\_\_\_\_

**14. b .** Prevê vir mais tarde a ocupar esta casa como residência principal?

Não \_\_\_\_\_

Sim \_\_\_\_\_ Quando? - brevemente \_\_\_\_\_

- a médio prazo \_\_\_\_\_

- no momento da reforma \_\_\_\_\_

- outros \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

Porquê? - estilo de vida \_\_\_\_\_

- motivos profissionais \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

- motivos familiares \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

- actividades económicas \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

- outros \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

15. a . Nesse caso, que destino pensa dar à casa?

Vender

\_\_\_\_\_

Arrendar

\_\_\_\_\_

Permitir a utilização por outros  
membros do agregado ou outros  
familiares

\_\_\_\_\_

Outro

\_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_

## IV. Relação com o local

### *Associativismos*

16. Participa em alguma associação local ou ajuda em alguma iniciativa da aldeia?

Sim \_\_\_\_\_

	Tipo de act. ass. / iniciativa local?	Com que frequência?	Com responsabilidade?
Festa da aldeia			
Associação Local			
Associação Profissional			
Voluntariado			
Outra			

1. uma vez por ano

2. semanal

3. mensal

4. irregular

5. outra (qual?)

1. direcção

2. outra (qual?)

Não \_\_\_\_\_

### *Património fundiário e actividades produtivas*

17. Tem terras na freguesia (ou perto)?

Sim \_\_\_\_\_ Quantos hectares? \_\_\_\_\_ (pergunta 18,19)

Não \_\_\_\_\_

18. Como acedeu à propriedade? Quando?

Herança \_\_\_\_\_

Compra \_\_\_\_\_

Cedência \_\_\_\_\_

Outra \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

## 19. Retira algum rendimento dessas terras?

Sim \_\_\_\_\_

	Em quantos hectares?	
	Hoje	Há 10 / 20 anos
Produção		
Subsídios		
Rendas		
Outros (quais?)		

(perguntas 20,21,22)

Não \_\_\_\_\_

## 20. Que tipo de culturas produz nesses terrenos?

Anuais (cereais, hortícolas, etc.) \_\_\_\_\_

Permanentes (oliveiras, sobreiros, árv. de fruto) \_\_\_\_\_

Quais?	
Hoje	Há 10 / 20 anos

## 21. Qual o destino da produção?

Hoje

Autoconsumo \_\_\_\_\_

Oferta \_\_\_\_\_ A quem? \_\_\_\_\_

Mercado \_\_\_\_\_

Há 10 / 20 anos

Autoconsumo \_\_\_\_\_

Oferta \_\_\_\_\_ A quem? \_\_\_\_\_

Mercado \_\_\_\_\_

## 22. Utiliza mão-de-obra ou factores na sua exploração?

Hoje

Mão-de-obra \_\_\_\_\_ (permanente/eventual) \_\_\_\_\_ Adquirida localmente? \_\_\_\_\_

Factores \_\_\_\_\_ Adquiridos localmente? \_\_\_\_\_

Há 10 / 20 anos

Mão-de-obra \_\_\_\_\_ (permanente/eventual) \_\_\_\_\_ Adquirida localmente? \_\_\_\_\_

Factores \_\_\_\_\_ Adquiridos localmente? \_\_\_\_\_

## **Consumo**

23. Qual a origem dos produtos (alimentares, higiene, etc.) necessários durante as suas estadias na aldeia?

Trazidos de casa \_\_\_\_\_  
Comprados na aldeia \_\_\_\_\_  
Comprados num hipermercado da região \_\_\_\_\_  
Outra \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

24. Durante as suas estadias na aldeia, utiliza o comércio local (café, padaria, etc.)?

Sim \_\_\_\_\_  
Não \_\_\_\_\_

25. É costume adquirir produtos regionais (gastronomia, artesanato, etc.) durante a sua estadia?

Sim, na aldeia \_\_\_\_\_  
Sim, noutras zonas da região \_\_\_\_\_  
Não \_\_\_\_\_